

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

PEDRO JOSÉ BARRIOS DANTAS

A apropriação masculina através das noções de território e territorialidade por meio de estudo de caso do Autorama e as implicações de discursos morais nas conformações espaciais

São Paulo

2017

PEDRO JOSÉ BARRIOS DANTAS

A apropriação masculina através das noções de território e territorialidade por meio de estudo de caso do Autorama e as implicações de discursos morais nas conformações espaciais

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Glória da Anunciação Alves

São Paulo

2017

Dedico este trabalho a minha mãe, Aimée

Agradecimentos

Em primeiro lugar, meu maior e mais especial agradecimento será e sempre vai ser a minha mãe Aimée Hyppólito Barrios, minha base, minha sustentação e meu maior exemplo para a vida. Meu único desejo seria que, neste momento, a tivesse presente para partilhar deste rito, o qual só é possível graças a ela e aos seus incentivos, sua confiança e sua educação. Gratidão eterna.

Estendo meus agradecimentos ao meu pai Acioli, que o tempo e as circunstâncias nos proporcionaram a aproximação e a minha tia Thais que, do seu jeito, sempre se dedicou a mim. À Laura Fontes, minha segunda mãe e presença constante e essencial na minha vida. Ao Ricardo e a Matilde, que me proporcionaram a maior benção que eu poderia ter: ser padrinho da minha amada Daniela. A Bia, que sempre demonstrou interesse pela minha pesquisa.

Agradeço especialmente ao Herbeth Chaves pelo companheirismo, pela cumplicidade e por dividir seu tempo e sua paciência comigo, acompanhando minhas aflições, ansiedades e inquietações que este trabalho me provocou.

Ao João Afif, que sempre que possível se dispunha a me acompanhar em alguns campos, e pela longa amizade. A Débora, que em tão pouco tempo se tornou essa amiga tão querida e especial na minha vida. Agradeço a Ana, que acompanhou o início deste trabalho juntamente com todas as incertezas. A Claudia e a Nayara, que as diferenças só aumentaram o amor, carinho e amizade (além de reconhecer a vocês três o suporte companhia na pior noite da minha vida). A Silvia, minha verdadeira irmã, presente sempre, mesmo com a distância e o tempo nos importunando. A Naira, outra irmã que a vida me presenteou e que me faz enxergar o lado bom da vida. A Natasha – e a Aline, que fizeram da minha passagem pela UNESP mais amena. A Carla, amiga querida que a Geografia me deu, e a Livia. A Camila, amiga de anos.

Agradeço a Paula Baes, que tanto me deu forças e estrutura (que de tia postíça se tornou uma mãe e amiga) e à Patrícia Ide, sempre preocupada comigo, que foi determinante para o término deste trabalho.

Agradeço aos meus colegas de EMPLASA, que tanto me deram suporte e força nos momentos em que eu mais precisei: Madela, Joilson, Cássio, Rafael, Bruno e Victor.

Aos meus amigos de infância Rafael, Matheus, Louise, Rodrigo e Diego; que nos raros momentos de reencontro me conduzem à minha essência. A Regina, que me norteia. Ao Bruno. A todas as demais pessoas da ALESP que sempre me acolheram tão bem e indiretamente ajudaram na minha formação como pessoa: Sandra, Norma, Solange, Wanda, Álvaro, Ângela, páscoa, Silvia, Rosana, Lúcia e demais amigos. Não poderia deixar de mencionar o Luiz e, em especial, sua querida mãe, Maria do Carmo, sempre tão gentil e preocupada comigo.

À minha querida orientadora Glória Anunciação Alves, que me acolheu quando eu mais precisava e respeitou as minhas decisões e meu tema escolhido – trazendo-me à realidade sempre que eu desviava de meus objetivos. Aos professores Isabel, da Geografia e Ricardo Mariano, da Sociologia, que mesmo sem saberem me deram um gigante suporte em momentos difíceis.

Ao Bill Santos, que me recebeu com muito respeito e carinho, relatando suas experiências e proporcionando a este trabalho e a mim ampliações das mais diversas esferas possíveis, seja sobre o conteúdo, seja, principalmente, pelo aprendizado e a ser um indivíduo que preze acima de tudo, pelo respeito.

A todas as pessoas que de alguma forma passaram pela minha vida e, mesmo nas mais simples ações, foram capazes de me transformar e contribuir para quem eu sou – e no que um dia me tornarei.

Especialmente um agradecimento a cada sujeito – frequentador, ambulante, cliente, profissional - que direta ou indiretamente contribuiu para esta pesquisa. A cada declaração, manifestação, história de vida, desabafo que, mais uma vez insisto em apontar que a contribuição não foi restrita ao trabalho; aliás, o ganho como pessoa, depois desta experiência, supera tudo.

Não sei quem sou, que alma tenho.

Quando falo com sinceridade não sei com que sinceridade falo. Sou variamente outro do que um eu que não sei se existe (se é esses outros).

Sinto crenças que não tenho. Enlevam-me ânsias que repudio. A minha perpétua atenção sobre mim perpetuamente me aponta traições de alma a um carácter que talvez eu não tenha, nem ela julga que eu tenho.

Sinto-me múltiplo. Sou como um quarto com inúmeros espelhos fantásticos que torcem para reflexões falsas uma única anterior realidade que não está em nenhuma e está em todas.

Como o panteísta se sente árvore [?] e até a flor, eu sinto-me vários seres. Sinto-me viver vidas alheias, em mim, incompletamente, como se o meu ser participasse de todos os homens, incompletamente de cada [?], por uma suma de não-eus sintetizados num eu postiço.

Fernando Pessoa

DANTAS, Pedro José Barrios. **A apropriação masculina através das noções de território e territorialidade por meio de estudo de caso do Autorama e as implicações de discursos morais nas conformações espaciais**. 2017. 122 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Resumo

O objetivo central deste trabalho é desenvolver um estudo sobre as implicações dos discursos e concepções morais no espaço e do espaço, tendo como recorte corroborativo o Autorama, no estacionamento do Parque do Ibirapuera. Trata-se de um espaço historicamente singular, que se costumava concentrar convivência LGBT, prostituição e práticas sexuais. Objeto constante de estigmatização, foi ostensivamente maculado pela opinião pública, pela vizinhança e pelo poder público até ser degradado paulatinamente por investidas políticas de tais categorias. Para realizar tal propósito, foram realizadas inúmeras visitas a campo em suas mais variadas ocasiões, além de entrevistas, observações e extensa fundamentação bibliográfica. Conforme atestaram todos esses procedimentos, a compreensão para com determinados espaços está intimamente relacionada com valores predeterminados, desenvolvidos historicamente, a partir de juízos qualificadores de práticas e sujeitos conformadores de territórios e territorialidades. Tais conceitos são fundamentais para o entendimento das relações e apropriações dos sujeitos para com os lugares, estabelecendo-se, assim, significações de indivíduos e grupos como identificação, reconhecimento e pertencimento.

Palavras-chave: Território, territorialidade, Autorama, Geografia.

DANTAS, Pedro José Barrios. **Male appropriation through notions of territory and territoriality through a case study of Autorama and the implications of moral discourses in spatial conformations**. 2017. 122 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Abstract

The main objective of this work is to develop a study on the implications of moral discourses and conceptions in space and space, with a corroborating cut of Autorama, in the parking lot of Ibirapuera Park. It is a historically unique space that used to concentrate LGBT coexistence, prostitution and sexual practices. A constant object of stigmatization, it was ostensibly tainted by public opinion, neighborhood and public power until gradually degraded by invested policies of such categories. To accomplish this purpose, innumerable visits to the field were carried out in its most varied occasions, in addition to interviews, observations and extensive bibliographic foundation. As all of these procedures attest, understanding for certain spaces is intimately related to predetermined values, developed historically, from judgments qualifying practices and subjects conforming territories and territorialities. Such concepts are fundamental for the understanding of the relations and appropriations of the subjects to the places, establishing, therefore, meanings of individuals and groups as identification, recognition and belonging.

Keywords: Territory, territoriality, Autorama, Geography.

Lista de Mapas

Mapa 1.....	14
Mapa 2.....	15
Mapa 3.....	16
Mapa 4.....	18
Mapa 5.....	36
Mapa 6.....	62
Mapa 7.....	67
Mapa 8.....	68

Lista de Fotografias

Fotografia 1.....	59
Fotografia 2.....	70
Fotografia 3.....	87
Fotografia 4.....	89
Fotografia 5.....	89
Fotografia 6.....	91

Lista de Figuras

Figura 1.....	83
---------------	----

Sumário

Introdução.....	10
Metodologia e Justificativa do tema.....	12
1. Preâmbulo do Objeto de estudo.....	14
2. O saneamento moral da corrupção sexual.....	20
3. Situando os conceitos de território e territorialidade para uma análise propriamente geográfica.....	32
4. A prostituição de rua.....	35
5. Territórios marginais.....	42
6. Elementos de fundamentação teórica.....	52
7. O Autorama.....	59
7.1 Uma possível História através das Operações Richetti.....	62
7.2 Da experiência urbana.....	72
7.2.1 A prostituição masculina.....	73
7.2.2 Os frequentadores.....	77
7.2.2.1 Os clientes.....	77
7.2.2.2 Os frequentadores do parque.....	78
8. Notas sobre identidade.....	79
9. Gestos e Códigos.....	86
10. Fragmentação social e desmembramento simbólico.....	90
11. As esferas Pública e Privada.....	94
11.1 A relação Metrópole e Anonimato.....	100
Considerações Finais.....	104
Bibliografia.....	108
Apêndice.....	113

Introdução

A premissa deste trabalho é o conhecimento, que se trata da busca pela compreensão, aqui crítica, da realidade por meio de experiências... não à toa que a informação neste estudo é colocada em segundo plano justamente por considerarmos que o mero acúmulo de informações, sem seu devido trabalho, não leva a compreensões e entendimentos possíveis.

É possível afirmar que o maior desafio deste trabalho tenha sido a significativa desconstrução da então ideia inicial de tema proposto no idealizado projeto, ocasionada pelas primeiras tomadas a campo que foram determinantes para a reformulação do que era vislumbrado ainda na fase do projeto de pesquisa. Tal necessidade foi exposta ainda na primeira reunião de orientação quando foi observado um preceito fundamental para toda e qualquer pesquisa: toda a teoria e bibliografia estudada prévia e concomitantemente à pesquisa deve servir como referência e nunca como preceito em vista de adequação da realidade observada a aquele material. Ou seja, toda a bibliografia que nos debruçamos para a realização dessa pesquisa foi utilizada como um ponto de partida para levantamentos de questões e argumentações, mas nunca como correspondente ao nosso objeto, pois nossa visão é a de que em se tratando de relações humanas, em especificamente às que se desdobram nas relações de domínios espaciais, tudo se torna relativo e inconstante.

Toda essa ressalva foi levantada para que agora pudéssemos tratar minimamente sobre o processo de construção deste trabalho. Dentre as possibilidades da formação interdisciplinar proporcionada na Universidade, o contato com temas diversos, em especial sobre a sexualidade, despertou grande interesse de minha parte. Dentro disso tudo um ponto despertou-me ainda mais a atenção em relação a tais temas. Cada qual com sua particularidade, é muito recorrente encontrar na literatura de áreas do pensamento como Filosofia, Antropologia e da Psicologia grandes publicações que trabalham diretamente com os conceitos de território e territorialidade, além de tantos outros que dialogam com assuntos relacionados ao espaço. Ainda que seus escritores não tenham se baseado em parâmetros da própria ciência geográfica, aqui os utilizaremos, pois estes já foram objeto de interesse de

grandes geógrafos, o que para nós é de muita valia, já que autores referência, como Haesbaert, já sanaram boa parte das lacunas epistemológicas que por ventura são ocasionadas quando um mesmo assunto é tratado por diversos ramos de pensamento.

Como veremos no decorrer da exposição, o processo de apropriação do objeto de estudo, conhecido como Autorama, foi bastante complexo, entre outros aspectos, pela quantidade de variáveis factuais que combinaram seu desenvolvimento. A opção pela escolha deste lugar, especificamente, como objeto de estudo teve início pelo interesse, inicialmente, de se estudar os processos de territorialização a partir da prostituição. O interesse pela vertente da prostituição masculina foi provocado pelo contato com os estudos da belíssima publicação do antropólogo argentino Néstor Perlongher, *O negócio do michê*, de 1987 que a partir de uma etnografia da prostituição masculina no centro da cidade de São Paulo, constrói fundamentos teóricos muito sólidos que abarcam desde outras perspectivas acerca de territórios/territorialidades até, indiretamente, interessantes inferências sobre metodologia de um trabalho de campo.

A proposta deste trabalho é resgatar ideias de diversas áreas exclusas à Geografia que dialogam com a temática do território por meio de temáticas similares e convergentes à de nossa disciplina.

Para certificar tudo isso, apresentaremos como, durante os anos, a prostituição e a homossexualidade foram colocadas como categorias análogas e igualmente condenadas.

Faz-se necessário evidenciar que nenhum conceito aqui utilizado foi trabalhado de maneira total e de maneira esgotada. Todos eles foram referenciados a partir das necessidades impostas por este trabalho e por nosso objeto; ainda mais porque são conceitos muito extensos e complexos, e se dedicássemos a aprofundar cada tema fugiríamos de nossa proposta.

Uma das grandes dificuldades do trabalho – para não se dizer a maior – foi a tentativa de condensar em teorias e no papel a complexidade das dinâmicas vistas em campo. Como um trabalho de ciências humanas, a observação *in loco* apresentava aspectos que ao mesmo tempo em que eram ricos, eram variados e

complexos. A cada dia e a cada visita presenciava-se algum componente que contradizia o que fora visto e escutado na visita anterior.

Metodologia e Justificativa do tema

A cidade de São Paulo, como qualquer outra cidade, possui áreas que, por diversas razões, passaram a constituir e concentrar práticas específicas, em especial as de profissionais sexuais. Essas atividades são comumente encontradas em espaços de passagem e que ocupam avenidas e ruas de grande movimento e que, de certa forma, têm dinâmicas semelhantes (respeitadas suas particularidades) no que diz respeito ao modo de apropriação e ocupação.

A opção pelo enfoque ao estacionamento e entorno do parque do Ibirapuera justifica-se pelas consideráveis peculiaridades que o espaço e suas práticas não convencionais possuem. Primeiramente, trata-se de um local público dissociado, cuja circulação é parcialmente restritiva, não se trata de um passadouro. Segundo, envolve não apenas a prática condutora do trabalho – a prostituição – mas também condutas sexuais que não envolvem dinheiro e, acima de tudo, trata-se de um histórico local de sociabilidade gay da cidade.

É, portanto, um ponto favorável para um trabalho que tenha por finalidade os estudos geográficos que se preocupem com a conformação espacial que se levem em conta, além dos processos constitutivos, a questão qualitativa da apropriação de tais lugares. Vislumbra-se, precipuamente, a compreensão de que a conformação de territórios, territorialidades, espacialidade e lugares são as expressões finais, o sumo de ordenamentos discursivos não espontâneos de ordem de planos ideológicos, de valores, de juízos ou de princípios “fabricados”.

Por se tratar de um estudo multiforme, o trabalho foi desenvolvido em duas frentes que se complementaram conforme o prosseguimento do conhecimento.

Sobre a metodologia nos trabalhos de campo, a pesquisa foi inspirada pela primorosa obra *Sociedade de Esquina*, de William Foote Whyte. Nela, o pesquisador desenvolve meios até então inovadores de atuação em campo que se constituem na

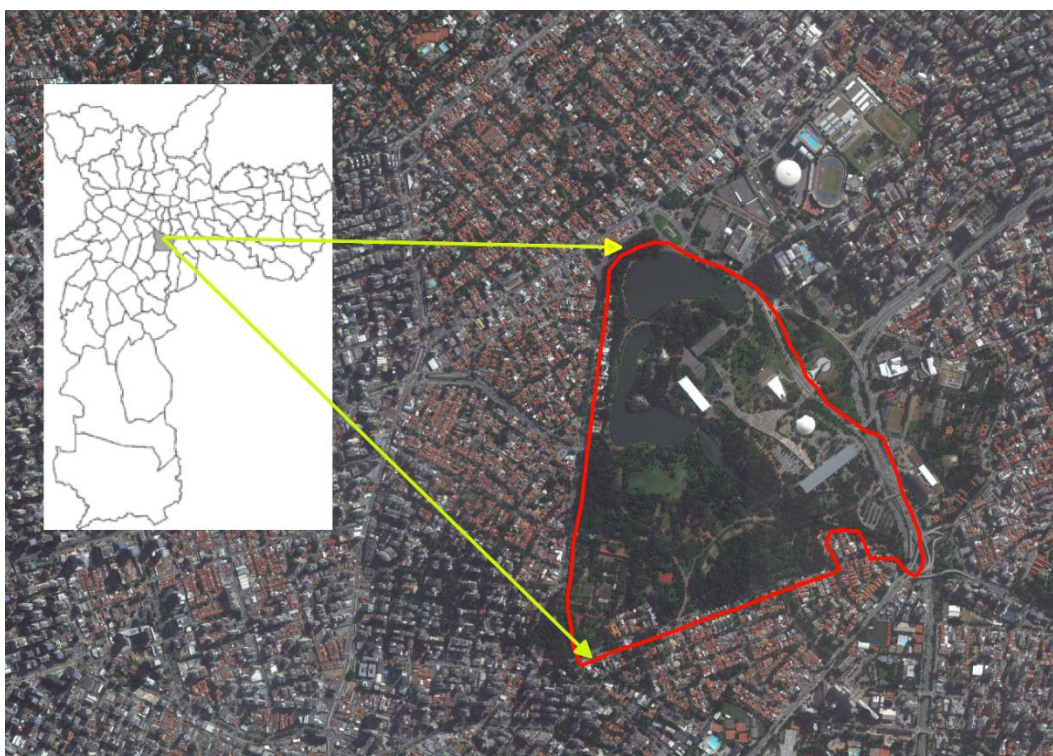
inserção plena da figura do acadêmico no meio a ser compreendido. Para tanto, William vê a necessidade de se introduzir ao máximo possível na rotina de seu objeto; passa a residir no tal bairro, frequentar os ambientes possíveis; passando a contar com um “informante” que lhe auxiliasse com perguntas (que não poderiam ser feitas por ele) e com a facilidade de acesso a reuniões e locais mais restritos.

A influência daquele livro, em especial, nesta nossa pesquisa foi fundamental para a metodologia em campo. Em momento algum foram usados questionários ou entrevistas objetivas para com os “entrevistados”. Por se tratar de um local cujos frequentadores, especialmente atualmente, prezam pela discrição e até sigilo, as informações necessárias foram obtidas por meio de conversas postas como informais para que os indivíduos se comportassem com “naturalidade” e que não houvesse possibilidade de constrangimento ao inferir que de alguma forma suas particularidades, que por alguma razão suas identificações não fossem devassadas do modo que uma presença direta de pesquisa de trabalho acadêmico pudesse interferir no andamento regular das dinâmicas que ali se estabelecem.

Além disso, os trabalhos de campo foram realizados em todos os períodos do processo de pesquisa, produção e escrita deste trabalho. A opção por isso foi feita em decorrência da complexidade do nosso objeto de estudo. Cada “visitação” foi intentada para compreender a tamanha inconstância de tal lugar. São diversos os fatores que comprometem as dinâmicas, as ocupações e as relações ali estabelecidas; por isso a busca por abarcar o maior espaço de tempo possível para, na mesma medida, tentar captar o mais próximo do entendimento daquele lugar. Assim, conseguimos efetuar campos nos mais diversos “estados” possíveis. Desde as condições climáticas contrastantes (inverno, verão, chuva, garoa, noites calorosas, frio), eventos no Ibirapuera (São Paulo Fashion Week, Árvore de Natal, Bienal de Arte) até a presença nos mais variados horários possíveis; tudo a fim de uma pesquisa que pudesse transmitir a variabilidade daquele espaço e das condutas ali realizadas.

1. Preâmbulo do objeto de estudo

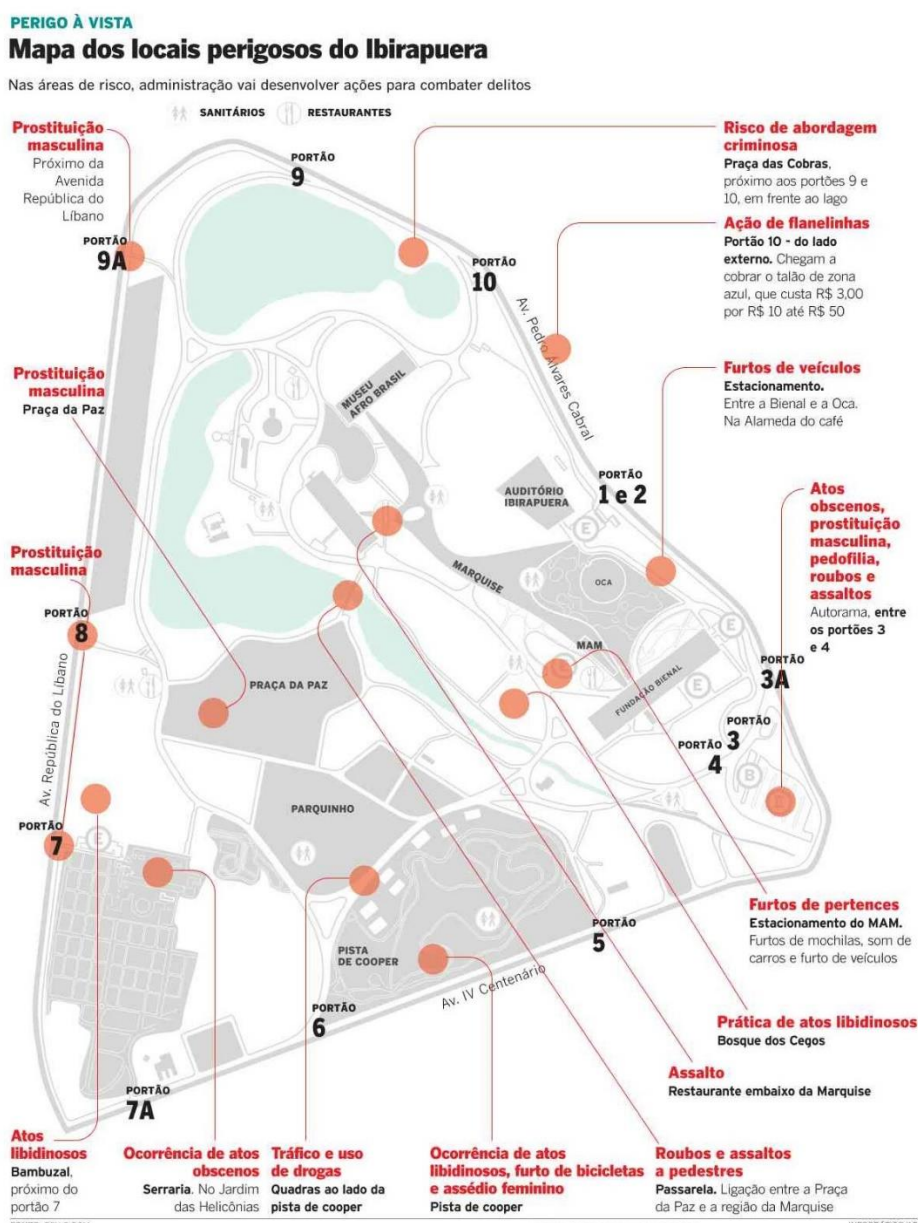
Inaugurado em agosto de 1954 como comemoração do quarto centenário da cidade de São Paulo, o Parque do Ibirapuera é o mais famoso parque da cidade e concentra, em um verdadeiro complexo, museus, parque de exposição, auditório, planetário, lanchonetes, um viveiro e apreciável infraestrutura que, além de se destacar como área verde e de lazer da capital, coloca-se como ponto turístico e cultural, trazendo ao seu entorno ainda mais valorização imobiliária com um dos metros quadrados mais caros da cidade.



Mapa 1 Localização do Parque do Ibirapuera na cidade de São Paulo. Fonte: do autor, 2016, Google Earth.

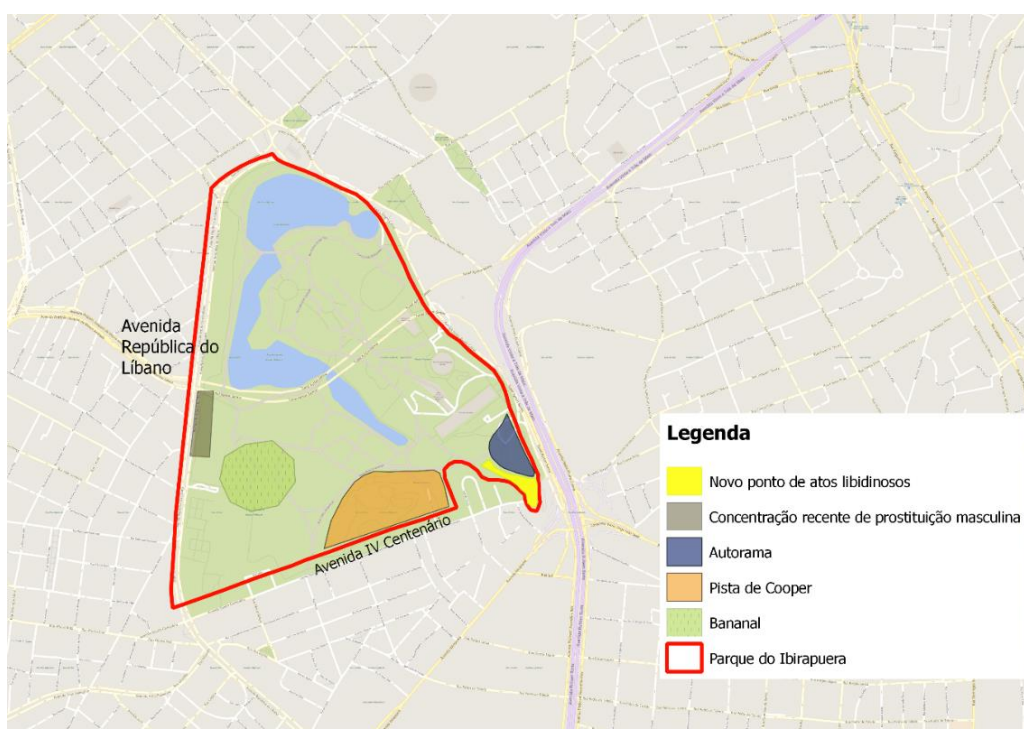
Dentro do próprio parque existem zonas que concentram práticas bem alternativas ao que é comumente esperado para um parque público. Tais condutas, que não são aceitas socialmente, são em sua maioria relacionadas a atividades sexuais e, por isso, têm sido alvo constante do Conselho do Parque e de moradores da região.

Desde 2009 a administração do Parque em conjunto com a Guarda Civil Metropolitana vem mapeando áreas “problemáticas” que fogem ao controle dos gestores. Locais conhecidos pelas práticas libidinosas estão espalhados pelo parque, especialmente onde a circulação é menor e a quantidade de árvores, maior: o Jardim das Helicônias, a Pista de Cooper, o Bambuzal próximo ao portão 7, o Bosque dos Cegos e o “Bananal” são os pontos que têm sido foco de maior preocupação pela administração. Além dessas atividades há, ainda, o consumo e um princípio de atuação do tráfico de drogas.



Mapa 2. Infográfico informativo produzido pelo jornal Estado de São Paulo que ilustra o apresentado pela reportagem alegando os “perigos” presente no Parque do Ibirapuera. Fonte Estado de São Paulo, 9 de outubro de 2009.

Essa reportagem, do ano de 2009 ocorreu justamente na época em que o Conselho do Parque passou a direcionar seus efetivos esforços em acabar com o Autorama, como veremos com mais cuidado no decorrer do trabalho. Segundo apontou o tal Conselho de Segurança Comunitário da Vila Mariana todas essas práticas e ocorrências expostas na figura 2 estavam relacionadas com uma reprodução do que acontecia no Autorama, e não como ocorrências autônomas. Essa forma de pensamento e análise, como também veremos, pode ser entendida como mais uma decorrência de visões absolutamente estigmatizadoras que conformarão, com a reiteração da profusão de discursos e políticas, a depreciação cada vez maior do lugar e de suas populações e a consequente deterioração e definhamento do mesmo.



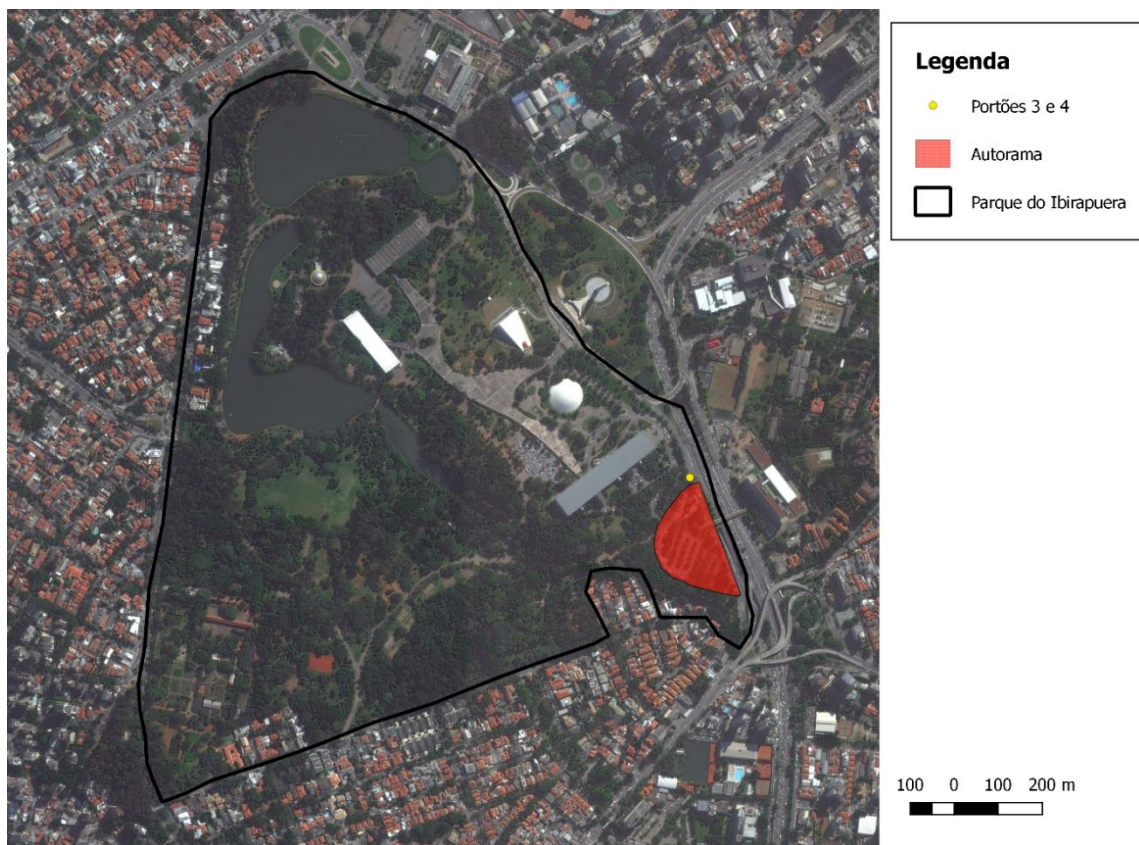
Mapa 3. Mapa das presentes manifestações de práticas consideradas subversivas como prostituição e atos libidinosos. Fonte: do autor, 2017, Bing Maps.

Cabe complementar que as áreas conhecidas por essas práticas libidinosas mencionadas acima são praticadas também por casais ou grupos heterossexuais. Contudo observa-se, apesar de um aparente “incômodo” por parte de alguns grupos, uma tolerância muito maior do que o que aconteceu com o espaço do Autorama, por

exemplo, que significa muito mais do que um espaço de atos libidinosos; como veremos, é (era) um espaço de sociabilidade gay que foi asfixiado.

A história do que ficou conhecido como “Autorama” não é nada precisa; contudo pode-se afirmar que sua fama foi ganha logo no início dos anos 80, quando foi formado um então novo reduto gay da cidade especialmente pela sua localização e por estar distante dos demais, que se concentravam no centro da cidade. No início, o espaço que de dia era destinado ao treinamento de futuros motoristas, usado pelo DETRAN; à noite era dividido por pilotos de “racha” e homossexuais. O tal apelido vem, além daquela prática, pelo traçado das baias do estacionamento do parque, que naquela época era muito mais extenso do que hoje, seguindo até a Avenida IV Centenário; e se assemelhavam a um autorama, um simulador de corrida.

Desde então, a apropriação daquele lugar foi constituída por inúmeras outras formas de ocupação que deram aquele espaço uma configuração muito particular – o que nos interessou para ser o objeto deste trabalho. A contar de um ponto de encontro homossexual até as práticas libidinosas, as diversas formas de prostituição e de sociabilidades que foram desenvolvidas ali, presumimos de antemão uma acentuada mutabilidade daquele espaço, que é reflexo da também variedade de seus agentes.



Mapa 4 O estacionamento do Parque do Ibirapuera, conhecido à noite como Autorama; cujo acesso se dá pela Av. Pedro Álvares Cabral. Fonte: do autor, Google Earth.

Tentar traçar uma linha histórica precisa sobre aquele lugar é uma tarefa complicada por duas razões. Primeiro, carece de registros institucionais; o que nos permite dizer que não existe uma História deste lugar, entre outras razões pela estigmatização e por estar alheio aos interesses sociais. Segundo, que todas as informações obtidas para tal empreendimento são de fontes volúveis: se dividem entre reportagens jornalísticas e histórias orais de frequentadores, que muitas vezes exprimem opiniões pessoais e “contaminadas” por impressões bem discrepantes.

Além de tudo isso, outro fator dificultoso a ser trabalhado aqui é a instabilidade daquele lugar no decorrer dos anos. Não se trata de uma apropriação de espaço completamente regular e homogênea, muito pelo contrário, foi – e ainda é – experimentada entre altos e baixos seja pelo uso daquele espaço, seja pela forma da ocupação ou até mesmo pelo efeito da queda de braço entre inúmeros grupos sociais como os frequentadores do “autorama”, os do parque, moradores da vizinhança e o Estado.

É evidente a estigmatização daquele espaço perante a sociedade e aqueles que não o frequentam. Portanto, observa-se que o autorama é o que é hoje, foi o que foi em sua história e representa incontáveis sentimentos, julgamentos e sensações particulares a cada indivíduo ou grupos de pessoas graças às concepções morais que regem as mesmas noções (visões) de mundo e permitem seus juízos e, consequentemente, qual a relação para com tal lugar. Por isso, primeiramente cabe a nós entendermos como é dado o processo discursivo da moralidade e como ela impacta não apenas a sexualidade, mas – como é o intuito deste trabalho – também a espacialidade por meio de territórios e territorialidades; o que também poderemos ver é que também são produtos daquelas mesmas relações sociais originadas por mentalidades moralmente constituídas.

2. O saneamento moral da corrupção sexual

De um modo um tanto sintético e abrangente pode-se afirmar que a Moral é o conjunto de regras de condutas a serem correspondidas em um determinado período histórico, contexto social ou cultura e pode ser observada sob duas vertentes distintas, porém complementares: o caráter pessoal e o caráter social da moral. O primeiro é a significação do indivíduo para com as normas/regras/condutas estabelecidas. O segundo é o polo do discurso, a própria moral social, que configura aquelas já ditas normas/regras/condutas. Notemos que as distinguimos basicamente para fins didáticos, pois é impossível compreendê-las de modo isolado, sendo que se trata de uma relação dialética visto que normas são concepções abstratas originadas por indivíduos, estes mesmos que sofrem esse embate entre “construir” uma moral própria e ao mesmo tempo em que são influenciados pela moral social.

Compreender essa relação dialética dos cernes do pessoal-social na formação da moral é de extrema importância para entender, ao menos de uma perspectiva, a complexidade dos sujeitos. O ser humano não é um quadro em branco em que a cultura ou o meio social modelam particularidades e qualidades e que houvesse uma cíclica reprodução desses valores. Da mesma maneira que o indivíduo na sua formação não é capaz de, sem interferências externas, constituir a sua moralidade. Pois é justamente no conflito desses planos, geradores de dilemas, juízo, ponderação, que se edificam os valores morais.

Não podemos, neste estudo, deixar de aprofundar nesses conflitos internos, que acarretam, internamente no indivíduo uma desaprovação de sua própria conduta quando ele compara esta com a das demais pessoas, àquilo que é socialmente esperado. Verifica-se, assim, o choque entre as condutas morais individuais e as sociais, que, por meio de discursos e ideologias, discriminam as condutas “boas” (comumente aceitas, exemplares) das más (repudiadas por não serem convencionalmente aceitas)

Dessa forma, depreende-se, então, que o indivíduo não nasce moral; mais do que isso, sua moralidade é desenvolvida e elaborada segundo a ordenação de cada

lapso temporal, espacial ou cultural em correspondência à dimensão pessoal subjetiva dos indivíduos.

~

Em *A Genealogia da Moral*, Nietzsche dissecou a constituição da noção de moral no decorrer das mudanças hegemônicas de pensamento, além da tentativa da originação da Moral, construindo, assim, uma História da Moral. Essa está baseada na premissa da dicotomização entre o “bem” e o “mal”, que por sua vez possui duas interpretações absolutamente distintas e contrárias. Para a Antiguidade Clássica, o “ser bom” era uma valorização dada a si mesmo, quando apresentava características de dominação, impulsividade, força e beleza estética; o “ser mal” era o oposto – a representação do fraco, do passivo, do dependente e decadente. Com o advento e influência do Cristianismo, essa “lógica” da moralidade inverteu-se cabalmente. O bom passou a ser o obediente, dependente e domesticado; enquanto o mal foi associado àqueles que possuíam maior liberdade de domínio e expansão da felicidade, dos prazeres e da sexualidade:

A Igreja, a partir da Reforma principalmente, propendeu a um espiritualismo exagerado. A polêmica com o próprio protestantismo situou-a não poucas vezes em terreno sexual, tratando de exibir a própria superioridade perante o adversário em relação com o mundo do sexo. A Igreja Católica propugnou a austeridade, o freio, a desconfiança e até o menosprezo contra o prazer e, em geral, contra os sentidos e as tendências instintivas do homem. Estas eram consideradas como a porção inferior e mais vil do homem, que era preciso domar e até suprimir em benefício do espírito. (FORCANO, 1996, p. 19)

O modelo mais representativo utilizado por Nietzsche é o dos Sacerdotes e por tudo aquilo que eles representam. Tomados como “guardiões” e retratos da Moral a ser seguida, as suas condutas – em grande parte das religiões – são firmadas no discurso do comedimento, em que deve ser prezado o controle das sensações de prazer. Entre tantas formas de sobriedade dos tais ideais ascéticos, está a continência sexual; quando a sexualidade passa a deter cunho predominantemente regulatório.

O autor faz questão de salientar, ainda, que essa última acepção da Moral, além de se fazer cada vez mais presente na modernidade, é também relativizada pela perspectiva superior e do subordinado (por isso, pode-se ler também a Moral como o resultado da oposição entre forças ativas e forças reativas). A lógica cristã de moral passa a ser utilizada como um instrumento discursivo preponderantemente das classes dominantes como a Igreja e os detentores de meios de produção. Porém aos olhos dos “submissos”, enxergados como moralmente maus, as suas experiências permitem enxergar aqueles outros como a negativa da “bondade”.

Em suma, o que poderia ser observado como espontâneo ao ser humano foi transformado pela moral racionalista em culpa e pecado, motivando a interdição às paixões, vontades e desejos – que até então nada teriam a ver com bem ou mal, pois esses é que são invenções da racionalidade moral.

Posto isso, é possível que agora direcionemos, a partir dessa premissa quase que dialética da Moral, ao cerne de nossa pesquisa: a sexualidade como objeto de juízo dos valores e suas implicações nas ordenações espaciais.

~

A história da sexualidade não se distingue isoladamente da história da Humanidade; pelo contrário, é mais um dos inúmeros aspectos que constituem o saber da História e, inclusive, marca os processos e a modificação ao longo do espaço e do tempo de comportamentos, práticas, condutas e costumes tencionados por discursos ideológicos sustentados por aparatos éticos, morais e comportamentais. Discorrer sobre a sexualidade em si e todos os efeitos e determinações de condutas sexuais - por mais relevantes que sejam - não se enquadram nos limites deste trabalho e nem cabem à ciência geográfica. Contudo, é necessário ser evidenciada, em especial sobre a sexualidade - e por meio dela -, a formação de discursos dominantes que desempenharam verdadeiras **ordenações no mundo** dirigidas sob a ótica de instituições detentoras de poder (a Igreja, a burguesia, a ciência) que acabaram por engendrar controles sociais determinantes elaborados para um cenário de heteronormatividade, monogamia, casamento e vida familiar.

Em “A história da sexualidade”, Michel Foucault explica que desde o século XVIII a Sociedade vive uma fase de repressão sexual¹ em que o sexo é reduzido à sua função reprodutora e o casal passa a ser o “modelo” padronizado a ser seguido e *normatizado*. O que sobra para além disso torna-se objeto de repulsa, sendo expulso, negado e relegado ao silêncio, porém o entendimento da sociedade burguesa confere permissão a algumas coisas. Ela restringe as sexualidades tidas como ilegítimas a **lugares** onde possam dar lucros – que, numa época em que o trabalho é muito explorado, as energias não poderiam ser dispensadas nos prazeres.

Com a fixação no poder da burguesia pós-revolução francesa e a formação de uma específica consciência a partir da estabilização de seu poder, forma-se um tipo “novo” de sociedade assentada nos preceitos burgueses de um estilo de vida contrário ao da aristocracia vigente até então. A transição não se limita às questões de governabilidade, forma de Estado ou de concentração de poder; além disso, delineia-se todo um estilo de vida guiado pela sobriedade, contenção, reatividade e, por conseguinte, pela moderação, ordenação e disciplina. A constituição dessa sociedade ainda institui “novas” idealizações reformuladas de papéis e identidades sociais, que quase sempre partem de binarismos, muito bem definidos sobre homem/mulher, família, patrão/empregado, meio urbano/rural, a casa e a rua. Ajustam-se, portanto, na figura do casal a concepção da imagem de procriador da família conjugal amparados pela formação idealizada do lar, carregada por preceitos de moral, do particular, da unicidade; enquanto fora destes limites matrimoniais a vida sexual é colocada como velada, encerrada, calada e condenada, afirmada e reafirmada de forma inexistente. Assim, é o Ocidente que, a partir dos séculos XVII e XVIII experimentou uma produção multidiscursiva sobre a sexualidade.

Para Foucault (1988), essa repressão é chamada por ele de “hipótese repressiva”, da qual ele refuta e formula uma nova hipótese, mostrando que certas explicações, por mais que funcionem não podem ser encaradas como as únicas verdadeiras.

¹ Ainda que Foucault concentre severas críticas aos discursos do cristianismo, o autor faz questão de ressaltar em diversas obras suas que os códigos de comportamento sexual não foram prescritos ou exclusivos dessa doutrina. As sociedades tidas como pagãs também tinham suas restrições a essa “ética” sexual, já muito semelhantes às do cristianismo que, aliás, apenas o “adotou, reforçou, deu-lhe um vigor e um alcance bem superiores aos que ele tinha anteriormente (FOUCAULT, 2012, p. 96).”

A hipótese repressiva é construída de tal maneira que não pode ser contestada, já que serve para a sociedade atual. Para nós é gratificante formular, em termos de repressão, as relações de sexo e poder por muitos motivos. Primeiro porque, se o sexo é reprimido, o simples fato da repressão e falar do sexo ultrapassa todos os limites; afinal, aceitando a hipótese repressiva, se pode vincular revolução e prazer, se pode falar num período em que tudo vai ser bom: o da liberação sexual. Sexo, revelação da verdade, inversão da lei do mundo, são hoje coisas ligadas entre si. Mas insiste-se na hipótese repressiva, pois, dessa forma, tudo o que se diz sobre sexo ganha valor mercantil. O maior exemplo colocado pelo autor está nos profissionais da Psicologia e da psicanálise, que são pagos para “ouvirem falar da vida sexual dos outros” e, com isso, regularem tais atividades de modo que remonta àquela dicotomização de “boa” e “má” sexualidade.

Tal “hipótese repressiva” baseia-se na ideia de que a ordem de desenvolvimento do capitalismo na sociedade burguesa torna incompatível o sexo livre com o trabalho. O único lugar da sexualidade reconhecido é o quarto dos pais e em sua função reprodutiva e útil: tudo o mais é fadado a encobrir-se, revestido de decoro e decência sobre as palavras e os gestos, que são cerceados até em sua menor alusão. As sexualidades ilegítimas passam a ser tachadas de anormais e relegadas (além de exploradas economicamente por) às casas de prostituição e de saúde: prostitutas, clientes, cafetões, o psiquiatra e os pacientes dos analistas:

O rendez-vous e a casa de saúde serão tais lugares de tolerância: a prostituta, o cliente, o rufião, o psiquiatra e sua histérica — estes “outros vitorianos”, diria Stephen Marcus — parecem ter feito passar, de maneira sub-reptícia, o prazer a que não se alude para a ordem das coisas que se contam; as palavras, os gestos, então autorizados em surdina, trocam-se nesses lugares a preço alto. Somente aí o sexo selvagem teria direito a algumas das formas do real, mas bem insularizadas, e a tipos de discurso clandestinos, circunscritos, codificados. Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo. (FOUCAULT, 1999, p. 09)

Essa “hipótese repressiva” vem acompanhada de uma forma de pregação: a afirmação de uma sexualidade reprimida é acompanhada de um discurso destinado a dizer a verdade sobre o sexo. Foucault questiona e aponta aí a hipocrisia da sociedade. A questão é contra nós mesmos, que somos reprimidos. A partir daí, ele propõe uma série de questões: a repressão sexual é mesmo uma evidência histórica

como se afirma? Serão os meios que se utiliza e o poder repressivo o mesmo? Será que são formas discretas de poder?

Não se trata de dizer que o sexo não vem sendo reprimido; ele afirma que essa interdição não é o elemento fundamental pelo qual se pode escrever a história do sexo a partir da idade moderna. Ele coloca a hipótese repressiva em uma economia geral a partir do séc. XVII. Mostra que todos os elementos negativos ligados ao sexo (proibição, repressão, censura), têm função em uma técnica de poder e numa vontade de saber. Sendo assim, para o autor não se trata de uma negação do sexo, mas sim do uso que se fez acerca do que o cerca.

A hipótese de Foucault é que há, a partir do séc. XVIII, uma proliferação de discursos sobre sexo. Ele diz que foi o próprio poder que incitou essa proliferação de discursos, por meio da igreja, da escola, da família, do consultório médico. Essas instituições não visavam proibir ou reduzir a prática sexual; visavam o controle do indivíduo e da população. Eis aqui um ponto que nos possibilita remeter ao estudo da Moral de Nietzsche. Para aquele autor, especialmente na modernidade, a sexualidade foi um dos pontos de observância que serviria como parâmetro de valores ético-morais.

É suposto que se deve falar de sexo, mas não apenas como uma coisa que a ser tolerada, mas a ser gerida e inserida para o bem de todos, fazê-lo funcionar: “O sexo não se julga apenas, mas administra-se”. Regula-se o sexo, mas não pela proibição, e sim por meio de discursos úteis, visando fortalecer e aumentar a potência do Estado como um todo.

Para além da regulação que contornava os saberes em redor dos discursos acerca da sexualidade, a domesticidade² obteve um caráter determinante também para as questões de gênero desde o âmbito particular das famílias (divisão de tarefas, sujeição, dependência) até a escalas maiores, que foram definidoras da constituição

² Em *Couro Imperial* (2010), Anne McClintock aponta essa domesticidade de duas maneiras que se completam: uma é que o binarismo masculino/feminino prestou ao mercado industrial e à empresa imperial do século XIX; outra é que servindo a esses interesses, a constituição de duas identidades distintas (e antagônicas) passou a impulsionar aqueles sistemas e a garantir uma realidade condizente com a construção de modelos retóricos (o modelo de família era desenhado pelo poder do homem branco, heterossexual, abastado e autoritário).

das identidades masculina e feminina e, conseqüentemente, da convenção de heterossexualidade e homossexualidade.

Um exemplo prático dos motivos para se regular o sexo foi o surgimento da população como problema econômico e político, sendo necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis e assim por diante. Pela primeira vez, o dinheiro e o futuro da sociedade eram ligados à maneira como cada pessoa usava o seu sexo. O aumento dos discursos sobre sexo pode, então, ter visado produzir uma sexualidade economicamente útil.

Também passou a despertar as atenções de pedagogos e psiquiatras. Na pedagogia, há a elaboração de um discurso sobre o sexo das crianças; na psiquiatria, são estabelecidas as perversões sexuais. Ao assinalar os perigos, despertam-se as atenções em torno do sexo como um “perigo incessante” – o que incita cada vez mais o “falar sobre sexo”.

Para o autor, o exame médico, a inquirição psiquiátrica, o controle familiar – que aparentemente visam apenas vigiar e reprimir essas sexualidades – funcionam, na verdade, como mecanismos de incitação correspondente de prazer e poder. Ambos reforçam-se mutuamente:

Dizendo poder, não quero significar “o poder”, como um conjunto de instituições e aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos num determinado estado. Também não entendo poder como um modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma de regra. Enfim, não entendo o poder como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre o outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma de lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas da sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1993 pág. 88-89).

Ao construir uma nova hipótese sobre a sexualidade humana, Foucault expõe que as sexualidades são socialmente construídas tal qual a hipótese repressiva

psicanalítica justamente porque é uma explicação que funciona. Como consequência da complexa ordenação **do mundo** por discursos dominantes, podemos inferir, conseqüentemente, que há claras **ordenações no e do espaço**.

~

Como explorado por Foucault, a prostituição e a homossexualidade foram dois dos muitos elementos decorrentes da elaboração de discursos ao longo da história que foram colocados como produtos de uma sexualidade ilegítima marginal à tida como padrão.

A história recente da prostituição, especialmente no Brasil, está intimamente ligada ao processo de urbanização pelo qual se desenhou uma nova realidade do mundo moderno: aglomerações populacionais nas cidades, concentração de zonas industriais, segmentação social em classes econômicas e, principalmente, a mentalidade da sociedade articulada num modelo patriarcal, machista e de permanente comedimento das propriedades impulsivas (dos desejos) contribuíram para a manifestação mais incisiva dos ordenamentos discursivos nos ordenamentos espaciais.

Particularmente no século XIX as acepções urbanísticas estavam intrinsecamente relacionadas às questões de higiene, nos mais variados sentidos. Primeiramente, as cidades passaram a ser pensadas já com a preocupação da proximidade de pessoas em grande escala e as possíveis (e existentes) contaminações de vírus e epidemias; já como uma especialização cada vez maior da Medicina. Adjuntamente a isso cresciam e ganhavam cada vez mais notoriedade os pensamentos eugenistas e higienistas.³ O urbanismo do século XIX vinculou-se com a doutrina higienista a fim da necessidade de se manter condições salubres nas cidades por meio de saneamento básico, tratamento de esgoto, iluminação de ruas: tudo a fim de controlar as epidemias que se tornariam mais suscetíveis nos ambientes urbanos. Tornaram-se objetos de execução a realocação da localização de cemitérios,

³ Termo criado em 1893 por Francis Galton, o termo Eugenia designava um pensamento ultraconservador ancorado em uma teoria que buscava produzir um “melhoramento genético” por meio de um controle social de embranquecimento populacional.

matadouros e indústrias, por exemplo; com a finalidade de dirimir os efeitos nocivos causados por contaminações ligadas às atividades realizadas nesses espaços. Além disso, com os mesmos fins e alegações de saúde, a demolição de parte significativa de moradias coletivas (cortiços) dispersou para as bordas da cidade as populações de menor renda que ainda se encontravam nas centralidades das cidades.

Contudo, esse tipo de controle foi muito mais além do que a infraestrutura “concreta” e o reordenamento urbanístico. Naquele momento, a Medicina e o sanitarismo dedicaram-se a erradicar ou diminuir o máximo possível a contaminação e disseminação de quaisquer vírus, doenças e epidemias. Com isso, tudo o que estava relacionado à (possível) transmissão de doenças foi alvo desses profissionais. É nesse momento que a prostituição, que até então era observada pela perspectiva moral, passa a ser estudada pelos seus aspectos patológicos graças a sua relação com as doenças venéreas:

A prostituição é considerada, por isso, um problema social a ser controlado. Torna-se objeto de pesquisa e discussão dos médicos e juristas que terminam por considera-la um mal necessário, concedendo-lhe espaços de exercício sob atenta vigilância policial. Além da disciplinarização física, depara-se com a lapidação moral que distribui condutas apropriadas a papéis e funções sociais segundo a atividade produtiva (trabalho), a classe, o gênero e a raça. (GALLICCHIO, 1998, p. 75/76)

A cidade deve espelhar, espacialmente, a mentalidade burguesa calcada no controle de valores morais pré-determinados; sendo assim o ordenamento urbano passa a dispor – mais abertamente – de uma hierarquia social fundamentada em preceitos econômicos e sociais que, justamente por estarem dispostas separadamente no espaço, seriam mais fáceis de serem administradas. A concentração em lugares específicos de práticas ou modos de vida não condizentes com uma possível moralidade *requerida* (como veremos ao longo do trabalho, uma *região moral*) permitiria, mais facilmente, controle efetivo.

O real processo de formação das cidades no Brasil, dadas as devidas proporções regionais, foi duramente impactado não apenas pela profusão do crescimento populacional, mas especialmente pela significativa variação dessa população no final do século XIX e início do XX. Entre todo esse aumento, podemos citar tanto as últimas levas de escravos vindos da África quanto, posteriormente, a sua

Abolição; as imigrações europeia e japonesa e a elevada taxa de natalidade dos brasileiros em geral. Contudo, o que nos interessa é observar em que medida os preceitos morais, baseados nas proposições científicas, desenvolveram políticas tais que propunham mudar o perfil racial dos brasileiros e, por meio do embranquecimento da população, também construir uma sociedade com uma “moral comum”.

Em 1911, João Batista Lacerda⁴ apresenta no Congresso Universal das Raças em uma conferência defesa de políticas de imigração como “solução” para a quantidade de mestiços e negros presentes no Brasil. Tal medida promoveria o embranquecimento da população brasileira e, com isso, uma futura extinção da raça negra no país. Segundo ele, só assim o Brasil ocuparia um lugar de destaque nas Américas (e ainda assim, iria contra o modelo estadunidense de segregação racial). Outros intelectuais como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna buscavam criar um senso de nacionalidade, amparado na unidade étnica. A fim de construir a Nação desejada (branca e com modelos e costumes europeus) seria necessário, para eles, a homogeneização do povo brasileiro, possível graças às imigrações europeias. Esse tipo de pensamento absolutamente conservador e discriminador não se limitou ao Racismo Científico que exploramos brevemente até agora.

Seguindo alguns preceitos que eram norteados, como vemos, pela recorrência a modelos pré-dispostos da moral, o médico carioca José Ricardo Pires de Almeida, na sua obra *Homossexualismo*, de 1906, estimula uma “geografia moral” baseada nas práticas libidinosas dos cidadãos. Para o autor, da tentativa de constituição ou manutenção do que enxergava como civilização (daquela branca e aos moldes europeus), ocorreria aquilo o que chamou de degeneração: o tipo humano perfeito (com base criacionista) e civilizado passaria por uma involução do processo evolutivo, ou seja, pelo processo de degradação. Toda essa deterioração se daria por um único motivo: a sexualidade. O que ele chama de *homossexualismo* seria, então, o sintoma mais contundente de retrocedimento ao primitivo. Segundo ele, a homossexualidade (vista na época como doença) seria uma deficiência nervosa causada pela intensa atividade sexual masculina basicamente ocorrida pela prostituição feminina; visto que a esposa deveria ser vista com respeito e sacralidade. Ainda assim, o autor entendia que a prostituição feminina era “necessária” justamente para manter o lar, a família e

⁴ Médico e cientista fluminense. Lacerda, João Batista de. “Sobre o mestiço no Brasil”, História, Ciências, Saúde – Manguinhos, no prelo.

a figura da esposa, apartados de uma necessidade fisiológica masculina que, em excesso, poderia desestabilizar tal ambiente. Pires de Almeida ainda chega a mencionar a prostituição masculina, como algo decorrente do *homossexualismo*.

Desses últimos parágrafos vemos dois pontos importantes a serem pontuados. O primeiro ponto é a dimensão que pode ser levada utilizando-se como argumento a moralidade e seus efeitos práticos no cotidiano. Além do nosso foco deste trabalho, a sexualidade, pudemos estender alguns parágrafos para a temática racial apenas para observarmos que o discurso em torno da moralidade é muito amplo e pode englobar os mais diversos tipos de preceitos possíveis. O segundo é de que temos aqui um exemplo nítido e brasileiro daquilo que vimos no capítulo anterior pormenorizado por Foucault.

Falando nesse autor, em um artigo chamado “Outros espaços” (1984) há o interesse pela investigação do que ele chama de “problema do lugar ou do posicionamento”, apurando, a partir do questionamento de que haverá ou não lugares suficientes para o homem no mundo, principalmente no que se refere às relações “de vizinhança”, o que do limite das diferentes formas de interesse, realidades e elementos de cada indivíduo ou grupos. Para isso, o espaço moderno para o autor está assentado na forma de posicionamentos:

Creio que a inquietação de hoje se refere fundamentalmente ao espaço, sem dúvida muito mais que ao tempo; o tempo provavelmente só aparece como um dos jogos de distribuição possíveis entre elementos que se repartem no espaço. (FOUCAULT, 1984, p. 413)

Este trecho exemplifica boa parte do da formação do argumento do autor, que aponta que a preocupação já de sua época passou a ser o espaço, em contrapartida à obsessão do século XIX pelo tempo. Para a mentalidade ocidental, o espaço sempre esteve intimamente ligado ao tempo e graças a isso constituiu-se, a partir da Idade Média, um conjunto hierarquizado de lugares. Essa hierarquização, entre tantas outras como citaremos a seguir, foi calcada numa polarização de ideais moral-religiosos, como por exemplo, o sagrado e o profano.

Desenvolveu-se, a partir disso, uma permanente dicotomização das esferas do espaço tomadas pela oposição entre o espaço público e o privado, o espaço social e

o da família, o espaço de lazer e o de trabalho; além de tantas outras formas ainda tão resignadas por todos nós, de forma que o autor a coloca como *sacralizada*. Ou seja, abre-se, aqui, a prerrogativa que nos interessa para dizer que a percepção das pessoas para com o espaço – e a consequente relação e impressão e ocupação dele – é pautada na qualidade sobrestada a partir das formas pré-determinadas com que percebemos os espaços segundo aquelas dicotomizações exemplificadas por Foucault.

Uma observação é necessária antes de prosseguirmos. Toda as sociedades são firmadas em preceitos valorativos ou morais. Ademais, não se trata de pensar que o cristianismo instaurou tais pensamentos conservadores e que antes dele haveria uma completa liberalização de uma ética sexual. Pelo contrário, a então nova moral cristã apenas reelaborou e acentuou compreensões pretéritas, justamente como um instrumento de poder:

Creio que aquilo que o cristianismo trouxe para essa história da moral sexual foram novas técnicas. Novas técnicas para impor essa moral, ou na verdade, um novo ou um conjunto de novos mecanismos de poder para inculcar esses novos imperativos morais que haviam deixado de ser novos no momento em que o cristianismo penetrou no Império Romano e se tornou, muito rapidamente, a religião do Estado. Portanto, é mais do lado dos mecanismos de poder do que do lado das ideias morais e das proibições éticas que é preciso fazer a história da sexualidade no mundo ocidental desde o cristianismo (FOUCAULT, 2012, P. 63).

Realmente, a leitura simplista da moral como constituição “nefasta” pode nos levar a ideias completamente equivocadas.

3. Situando os conceitos de território e territorialidade para uma análise propriamente geográfica

Depois de explanarmos exaustivamente sobre o papel ideológico de discursos e perspectivas deliberativas seguindo aportes subjetivos, veremos a partir de agora as implicações dessas ordenações no espaço. Para tanto, o conceito de território nos é, oportunamente, essencial para traçar esse objetivo.

A categoria território é atualmente central para uma análise propriamente geográfica, porém como qualquer outra o seu conceito não é consensual e muito menos universal. Há uma acentuada variância entre as suas concepções em que a noção é apreendida a cada autor que a utiliza e destaca certos aspectos, elimina alguns ou impõe outros. Logo nos primórdios da institucionalização da Geografia, Ratzel definiu território como sendo uma designação que a sociedade se organizaria a partir da conjunção do solo e do povo implicada pela expressão legal e moral do Estado, sendo este seu dependente e tutor ao mesmo tempo, com característica de sustentar a manutenção do poder e contribuir para a formação cultural do grupo por meio de sua identidade cultural.

Convém ainda destacar que espaço e território são conceitos bastante distintos. Segundo Robert Sack, o espaço é anterior ao território e este é formado em determinado espaço *apropriado* especialmente pela capacidade de influência e imposição de diferentes tipos de acesso às pessoas e aos recursos disponíveis naquela formação. Ademais, recuperando a base fornecida por Ratzel, o território está intrinsecamente relacionado com poder e, conseqüentemente, a concepção do território como um espaço que sofre determinadas relações de poder é, em parte, o pilar dos estudos sobre o tema e também deste próprio trabalho.

Partindo da premissa de que a partir do território é que o poder se materializa no espaço este trabalho se propõe a expandir tais conhecimentos para as relações da prostituição de rua da cidade de São Paulo, em especial na região do parque do Ibirapuera, popularmente conhecido como “autorama”, escolhido pelas suas particularidades e peculiaridades quanto ao espaço, relações de poder e território; como veremos mais adiante.

A prostituição se materializa no espaço na forma de múltiplos territórios. Especialmente quanto à prostituição de rua essa expressão de complexidade territorial é muito mais adversa, pois ganha aspectos muito mais contundentes de domínio pelo espaço, de manutenção dessa força, da resistência da vizinhança e de tantos outros tantos fatores que tornam essa prática não meramente restrita às atividades de sexuais, mas principalmente de luta por espaços, domínios e, fundamentalmente, territórios:

Território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados (HAESBAERT, 2002, p. 121).

Portanto, essa visão de Haesbaert nos permite destacar ainda não apenas uma salvaguarda conceitual base para este trabalho como também para destacar que território não se trata de um domínio único como podemos pensar. A multiplicidade de territórios é confrontada não apenas com limites entre um ou mais, mas também da intersticialidade de múltiplos territórios e sua flexibilidade que varia conforme seus componentes “provocadores”.

Levando em consideração que a “territorialidade não pode existir a não ser que exista uma tentativa individual ou de grupo no sentido de afetar a interação dos outros” (SILVA, 2011, p. 25), destacamos essa categoria, pois ela permite maior liberdade para lidar com o que mais nos preocupamos aqui: interações sociais. Aliás, não se trata de inferir que a questão de “afetar a interação” dos outros seja voltada apenas para o sentido pejorativo. Qualquer tipo de comunicação ou correspondência é possibilitado pela troca, pelo choque (positivo ou negativo) de agentes que desestabilizam os seus interlocutores conforme o andamento da negociação ou do diálogo. Sendo assim, toda e qualquer troca ou entendimento que envolva interesse e se dê em um determinado espaço conforma o que chamamos de territorialidade, justamente pela ocorrência de um “embate” de interesses próprios. Ou seja, o que tratamos aqui pode ser uma “paquera”, o jogo negocial de um michê para com seu cliente, do comércio ambulante, de percepções de pertencimento pelos mais diversos grupos sociais, do controle do Estado por meio de rondas policiais militares e tantas outras infindáveis formas de expressão de territorialidades.

Para que a pesquisa não se limite apenas a abordagens teóricas e conceituais adotaremos como recorte de análise a questão da prostituição e sua consequente produção de territórios e territorialidades como um painel explicativo daquilo que em teoria estaremos por investigar.

Não cabe aqui a discussão sobre a prostituição em si. De conhecimento geral é uma prática baseada na troca consciente da atividade sexual em vista do pagamento, podendo ocorrer de diversas maneiras e circunstâncias diferentes. Particularmente o que nos interessa é o desenvolvimento causado por essa ocupação em espaços públicos que acabam por envolver disputas de poder, pertencimento e estratégias de territorialidade. Tal atividade produz (ao mesmo tempo em que é produzida), de forma peculiar, a questão da dinâmica urbana através do espaço.

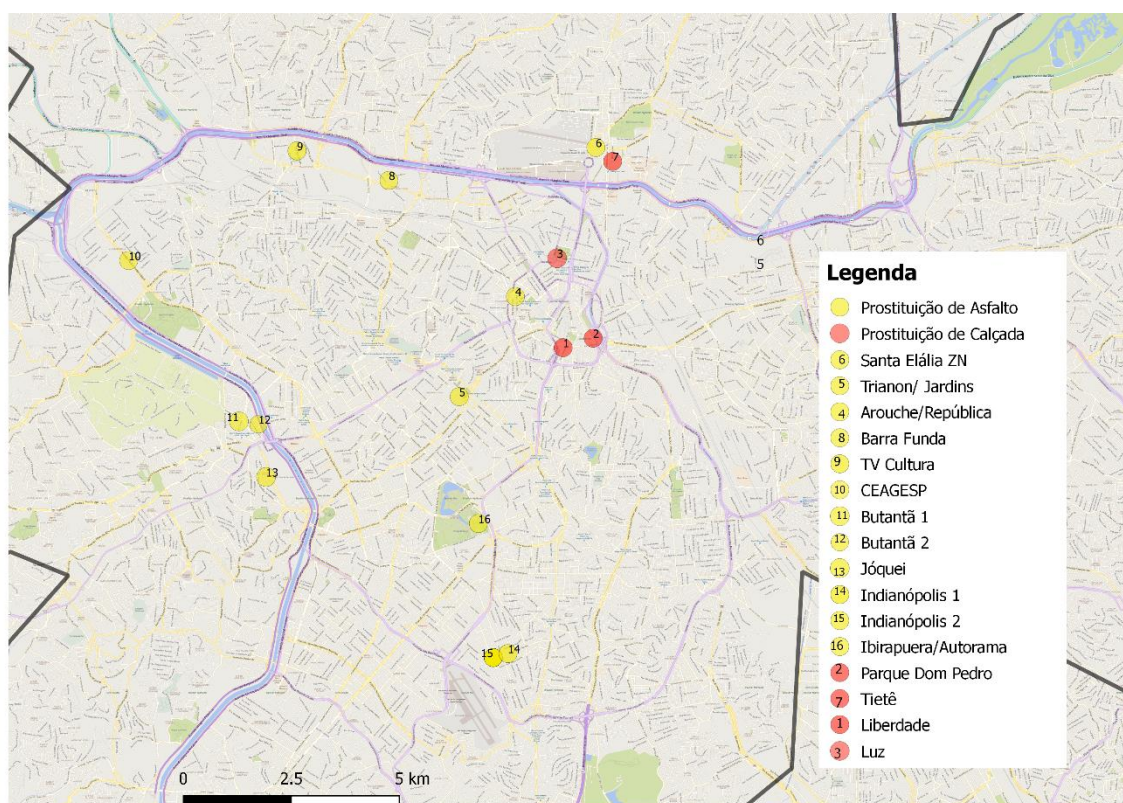
4. A prostituição de rua

A prostituição de rua é aquela que se difere de tantas outras formas da troca mediada pelo dinheiro do sexo. A cidade de São Paulo é um bom exemplo da diversidade de configurações bem diferenciadas dessa prática. Podemos dizer que há dois modos bem distintos de prostituição: a dita “fechada” e a de rua. Na fechada inserem-se as de bordéis, prostíbulos, saunas, casas noturnas e de shows mascaradas, e inclusive a prostituição intermediada por classificados em jornais e sites em internet. A prostituição de rua ocupa, como o nome diz, as calçadas e o asfalto, garantindo relações completamente distintas daquelas outras formas; sendo comumente mais direta, explícita e principalmente constituindo territorialidades complexas.

A prostituição de rua também pode ser dividida, como mencionado, em dois aspectos, a de calçada e a do asfalto. O que chamo de prostituição de calçada é a que se concentra em vias de grande circulação de pessoas a pé e geralmente estão localizadas próximas a estações de metrô ou terminais de ônibus, onde as prostitutas, nas portas de pequenos hotéis que ficam nos sobrados de lojas, atraem clientes por meio de provocações aos homens que ali passam. Como exemplo desse tipo, especificamente, podemos citar o começo da Avenida Liberdade (próximo à Praça João Mendes), o entorno da estação da Luz, nas imediações da rodoviária do Tietê, entre outras localidades.

A prostituição de asfalto é aquela que está mais condicionada ao emprego de meios privados de transporte como carros, motos ou caminhões. Concentram-se em grandes vias de circulação de automóveis e não de pessoas caminhando. Ao contrário do que chamei de prostituição de calçada, neste tipo há consideráveis casos da prostituição masculina. Os profissionais do sexo aqui flutuam entre a calçada, o meio fio e o asfalto com maior liberdade do que aqueles outros profissionais e se utilizam de estratégias mais enfáticas no que diz respeito ao corpo e ao despertar o desejo para atrair os clientes. A relação dessa forma para com o espaço é bem mais tensa, pois envolve disputas de território e do domínio local.

Na cidade de São Paulo os pontos mais proeminentes desse tipo de prostituição⁵ são a Avenida Indianópolis (que aglutina de um lado da via prostitutas e do outro, travestis); a Avenida Santa Eulália, na zona norte (em sua maioria travestis); as avenidas Lineu de Paula Machado e Magalhães de Castro, em frente ao Jóquei e à marginal Pinheiros, respectivamente (ambas reunindo travestis); dentro do CEAGESP e em algumas ruas próximas, na Vila Leopoldina; as imediações do Parque Trianon, na Paulista e a região do largo do Arouche, com garotos de programa, a avenida Afonso de Sampaio e Souza em Itaquera, zona leste e a Avenida Marquês de São Vicente e imediações, na Barra Funda, zona oeste da capital (aqui, diversificada por garotas de programa e travestis).



Mapa 5. Mapeamento dos principais pontos de prostituição da cidade de São Paulo. Fonte: do autor, 2017, Bing Maps.

⁵ Sobre o que chamamos de prostituição de asfalto, o psicanalista Robert Stooler (Perversão, 2015, p. 211) ao analisar os aspectos de atratividade da prostituição, destaca o papel fundamental do carro na constituição de determinadas práticas da “venda do corpo”. O procedimento padrão da formação de regiões em que o único meio de efetivação do tal contrato seja através do automóvel permite afirmarmos que isso seja reflexo não apenas da condição das cidades de se sujeitarem ao uso de meios de transporte privados, mas também de uma possível divisão espacial calcada nas preferências, aspectos econômicos e até sociais.

A prostituição de rua é marcada vigorosamente pela disputa de poder constante entre diversos indivíduos e grupos sociais. A divisão e o embate territorial na prostituição de rua são, inicialmente, as competições pelo comando do “ponto”, das disputas por clientes e pela fixação do controle local, não sendo, portanto, um espaço livre de hierarquias; pelo contrário. Há nessas dependências um entendimento de que embora não exista um gerenciamento caracterizado pela exploração explícita de figuras como “cafetão” ou “cafetina”, existe um “dono”, um comandante daquela área que cobra pelo uso e pela permissão da permanência naquele território. Essa “cobrança” é feita quando não por um preço fixo por noite, um percentual de cada programa realizado no dia. Em contrapartida, além da já referida “permissão” da permanência no local, existe uma espécie de “proteção” que garante “tranquilidade” quanto à estabilidade naquele espaço seja por outros profissionais do sexo ou, principalmente, por possíveis batidas policiais.

Além dessa turbulência interna dos envolvidos há, ainda, a enorme tensão entre esses profissionais do sexo e os moradores da região em que eles atuam. De meios diretos e indiretos a relação entre as partes é bastante complicada e tem seus mais diversos desdobramentos. As principais queixas concentram na insegurança e na formação de um ambiente hostil em que a população ali residente se vê “refém na própria casa”.

Há casos recentes de moradores da região do Butantã que bloqueiam a circulação de carros nas ruas das 22h até às 4h com o intuito de inviabilizar a prostituição naqueles locais, sob o argumento da insegurança e do tráfico de drogas que também são cometidos na região.⁶

Há, ainda, a interferência na questão imobiliária. Grande parte dessas zonas de prostituição se concentra em áreas residências que sofrem demasiadamente com a imagem negativa deturpada por tais práticas. Mesmo os imóveis que se encontram nas áreas de alto padrão sofrem com a considerável desvalorização motivada pela estigmatização das práticas vizinhas.

⁶ Os casos de insatisfação de moradores para com essas práticas é antigo e nos últimos tempos têm ocorrido recorrentes medidas de interdição de ruas por parte dos moradores, no Butantã e no Morumbi, que são ocupadas por essas práticas (<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,moradores-do-butanta-fecham-ruas-para-barrar-prostituicao-e-trafico,10000027098>)

Reckless, autor da Escola de Chicago, desenvolve uma teoria complexa sobre a localização das áreas de prostituição, que não se daria em bairros residenciais porque elas representariam a “respeitabilidade”, mas sim nas zonas centrais da cidade, como o “mundo da desrespeitabilidade”. Ele também coloca que por ser uma atividade considerada desviante, as áreas de prostituição na cidade vão sofrer certa segregação. Para a lógica daquela Escola e os desdobramentos de suas teorias há sentido apenas quando se trata sobre ecologia humana. Porém não são hipóteses a serem tomadas como possíveis de estudá-las ou compreendê-las na prática visto serem modelos não reais. Contudo, tal teorização se faz necessária a ser resgatada para nós neste momento porque mesmo que espacialmente não possamos trabalhar com o conceito de segregação, é inteiramente cabível propormos para as áreas de prostituição uma visão absolutamente estigmatizada sob a sociedade.

Na obra *Estigma* (1964), o cientista social Erving Goffman faz uma notável documentação histórica do conceito da estigmatização por meio de uma profunda análise que abarca as mais variáveis categorias subjetivas: a noção do “eu” e do “outro” e as identidades pessoal e social – todas submetidas ao status moral, já desde a Grécia Antiga.

Para o nosso estudo, o que nos interessa é, basicamente, grosso modo, a noção substancial de estigma desenhada pelo autor. Inicialmente o termo estigma foi relacionado a marcas físicas, cicatrizes perduráveis nos indivíduos, que, por isso, eram socialmente marcadas em razão de tais atributos que as diferenciavam visivelmente do resto da sociedade que era colocada como regular/normal.

Contudo, o autor concebe o significado da palavra para além do fator dessas condições “materiais” defendendo que para a sua compreensão, é necessário perceber o que se passa na linguagem de relações e não pura e simplesmente dos atributos, uma vez que, um atributo que estigmatiza uma pessoa pode conferir normalidade à outra.

Na atualidade estariam entre os indivíduos estigmatizados não apenas aqueles que eram portadores de deformidades ou deficiências físicas, mas todos aqueles que passaram a ser concebidos como “anormais”, e que não se encaixavam nos padrões exigidos pela sociedade. O autor exemplifica com as prostitutas, os criminosos, os homossexuais, os doentes mentais, alcoólatras e todos aqueles que pertençam a

grupos tribais, étnicos ou religiosos alheios aos pré-determinados pela tal sociedade. Enfim, aqui reforçamos o exposto no início deste trabalho: a estigmatização é fruto da discrepância entre atributos de valores distintos, em que o estigmatizado é visto como *naturalmente* menor, cuja supressão de direitos, assim, poderia ser firmada em razão da visão desclassificada.

Ora, a estigmatização chega a ser algo tão considerável e substancial que o reconhecimento dos tais indivíduos ou grupos estigmatizados se materializa no espaço, como é o caso de guetos (impostos) ou de alternativas de ocupação e apropriação, de como é o nosso caso, de lugares públicos. Como veremos mais adiante, a formação deste espaço do Autorama foi em razão da não aceitação (e até repressão governamental) da presença dos homossexuais no centro da cidade de São Paulo.

Goffman deixa claro isso ao apontar que “são essas pessoas [os homossexuais] consideradas engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social” (p.122) e que as próprias são vistas como incapazes de usar as “oportunidades disponíveis” para seguir ao progresso junto ao resto da sociedade, faltando-lhes moralidade.

Quando o sociólogo Loïc Wacquant (2006) desenvolve a ideia de estigmatização territorial, ele está pensando a respeito de bairros e distritos em Los Angeles e na França que são territórios claramente isolados e circunscritos baseados, sobretudo pelos elementos étnicos e raciais. A problematização sob o aspecto de estigmatização territorial nos permite enxergar outra perspectiva da nossa área já tratada por nós como de permissibilidade, seja reconhecida como “região moral” ou como “heterotopia”. A importação deste conceito, que nos será de extrema importância para fundamentar nossos propósitos requer, contudo, muita cautela justamente por sua concepção ser desenvolvida em realidades bem distintas das de nossos objetos de pesquisa. Ainda assim devemos nos atentar para uma argumentação bem precisa:

Os efeitos da estigmatização territorial também se fazem sentir ao nível das políticas públicas. A partir do momento em que um lugar é publicamente etiquetado como uma zona de “não-direito” ou uma “cité fora da lei” e fora da norma, é fácil para as autoridades justificar medidas especiais, derogatórias face ao direito e aos costumes, que podem ter como efeito – quando não por objetivo – desestabilizar e marginalizar mais ainda os seus habitantes, submetê-los aos ditames do mercado de trabalho desregulado, torná-los

invisíveis ou escorraçá-los de um espaço cobiçado. Assim, na sequência de uma série de reportagens sensacionalistas na televisão, o bairro de São João de Deus, um setor “abarracado” do norte do Porto com forte presença de ciganos e de originários de Cabo Verde, é hoje conhecido, por Portugal inteiro, como a encarnação infernal do “bairro social degradado”. A câmara municipal do Porto serviu-se da ignóbil reputação do bairro de “hipermercado de drogas” para lançar uma operação de “renovação urbana” que, graças à multiplicação de violentas rusgas policiais, visa essencialmente à expulsão e dispersão dos drogados, ocupas, desempregados e outros destroços locais, a fim de reinserir o dito cujo bairro no mercado imobiliário da cidade – sem a menor preocupação quanto ao destino dos milhares de habitantes assim deslocados (WACQUANT, 2006, p. 30).

Como ainda veremos e destrincharemos mais adiante neste trabalho, essa estigmatização territorial parte, primordialmente, de uma visão negativa (e consequentemente negadora) e depreciativa das populações (e práticas) ocupantes de determinados lugares, bairros ou territórios.

Ou seja, o conceito de estigmatização territorial é apenas mais um dos tantos desdobramentos da estigmatização em si. É logicamente compreensível que aqueles indivíduos ou coletivos socialmente estigmatizados, por essa razão, se concentrem ou se constituam em integralizações tomadas pelos sentimentos de interesses em comum, afinidades e, principalmente, reconhecimento; o que pré-ordenam sociabilidades que podem se desenvolver em verdadeiros territórios seja como forma de necessidade (de sobrevivência), de dominação e de resistência.

Mais uma vez retomamos a perspectiva do Estado para com espaços como o Autorama. No nosso caso, não se trata do estabelecimento de áreas de moradia e fixação concreta do espaço; mas sim de ocupações territoriais de sociabilidade e de práticas específicas consideradas subversivas.

Observa-se, portanto, que a tentativa da dissolução de determinados territórios – ou um confinamento desses - desempenha a mais contundente forma de desarticulação e negação de específicas práticas sociais que contrariam os interesses de uma sociedade constituída em ordenamentos preestabelecidos de valores, condutas e normas.

Aproveitando essa exposição sobre algumas formas de prostituição cabe frisar novamente o aspecto peculiar do autorama. Teoreticamente, segundo aqueles modelos propostos acima o desenvolvimento da prostituição ou de práticas sexuais

não se enquadra em nenhuma daquelas hipóteses. Primeiro, o espaço em si permite que as relações e dinâmicas ali praticadas garantam particularidades e características próprias. Um estacionamento, cercado por grades, repleto de árvores e que dê acesso a pequenas trilhas que não permitem quaisquer visões externas; por mais que seja um espaço público, difere-se radicalmente de locais de passagem como ruas, avenidas e do próprio urbano de uma metrópole como São Paulo. Segundo, sua condição constitutiva também é peculiar por ser fruto de uma reprodução social baseada em relações sociais especificamente centradas na apropriação, inicialmente, de um espaço-refúgio de autonomia e emancipação momentâneas da “vida real”.

5. Territórios marginais

O trabalho torna-se um desafio a partir do momento em que nos responsabilizamos em defender a ideia da existência de territórios marginais. Primeiramente, essa nomenclatura pode causar estranheza. Afinal, existem territórios, lugares, espaços ou regiões marginais? Propriamente não. O que os precede e garante existência são sociabilidades que são, aos olhos do que estão dentro da “regra”, marginais.

O ordenamento espacial das cidades reflete a expressão de discursos que, além das interferências subjetivas, se materializam espacialmente, e é graças a isso que “a aparência de uma cidade e o modo como os seus espaços se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais” (HARVEY, 2012, p. 69) que só são possíveis a partir do momento em que a cidade deixa de ser vista como algo homogêneo e total e passa a ser reconhecido o seu caráter fragmentado e, passando a observar a diversidade das experiências urbanas e outras especificidades possíveis graças a segmentações institucionais (zonas, distritos, bairros) e outras oriundas de ocupações espontâneas (apropriações do espaço – também subjetivas). Esse parâmetro só é possível em razão do reconhecimento de que as sociedades, internamente, por mais que estejam fundamentadas em paradigmas similares não se constituem por indivíduos ou grupos uniformes.

Por isso a ideia de Barthes⁷, resgatada por Harvey, é crucial para a fundamentação deste trabalho, pois defende que a cidade, através da arquitetura, é “um discurso e esse discurso é na verdade uma linguagem”. Aqui nos apropriamos dessa argumentação para defender a nossa tese de que realmente a disposição, seja de equipamentos urbanos, seja de práticas sociais em determinado espaço não são materializadas em vão: são consequências de discursos.

Foucault foi capaz de nos fazer compreender a tal fundamentação da (re)produção de diferenças a partir do discurso. Mais importante do que seu conteúdo é o papel que ele desempenha na ordenação do mundo sem qualquer compromisso

⁷ Roland Barthes (1915 – 1980) foi um escritor, sociólogo, filósofo e crítico literário francês, da escola estruturalista que, entre tantas outras temáticas, também se dedicou ao estudo dos discursos.

com uma “veracidade” ou coerência. Assim sendo, ele próprio produz uma “verdade” legitimando um campo e marginalizando outros. Justamente por isso haverá sempre um discurso cerceando os demais, produzindo, portanto, hierarquias e desigualdade. A hierarquização e desigualdade no limiar dos assuntos que dizem respeito à sexualidade são de um grau de complexidade que requerem relativo cuidado visto a sua magnitude.

O caso do Autorama um claro exemplo de produto de discursos morais que regem a nossa sociedade. Mais do que isso, ela representa uma resistência à essa lógica estabelecida.

Uma das grandes marcas de seu pensamento é a atenção que ele dispõe para com o poder e, principalmente, as causas e os efeitos das relações de poder. Em meio as profusões dos discursos hegemônicos estão aqueles que não se adequam àquilo que é imposto como verdade e substancialmente não se reconhecem naquilo postulado e colocam-se, de alguma forma, como pontos de resistência.

As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento. Grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças? Às vezes. É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis. Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução, um pouco à maneira do Estado que repousa sobre a integração institucional das relações de poder. (FOUCAULT, 1999, p. 9)

Ora, eis aqui algo que já indica uma proximidade muito auspiciosa para nós. Partindo já diretamente para o nosso objeto, o Autorama, reconhecemos uma considerável consonância entre esse argumento citado acima e a realidade do nosso objeto.

É sim possível afirmarmos que o Autorama é a representação de uma Resistência – em todos os sentidos. Os garotos de programa representam a

resistência do sistema, estão ali unicamente para garantir sua subsistência e suas necessidades financeiras. Os clientes configuram não apenas a busca pela satisfação sexual por meio do pagamento, mas especialmente a Resistência, ainda que oculta (e sigilosa) da lógica formal dos preceitos assentados na comunhão da família, da heterossexualidade e da romantização das relações sexuais. Os homossexuais remanescentes daquela pretérita sociabilidade gay que o espaço constituía, ainda reafirmam ali um reduto de encontro e convivência, livres da intolerância que persiste na sociedade.

Assim, aquele espaço é o que é porque reflete as inúmeras formas de resistências subjetivas de cada indivíduo ou grupo social ali presente. Da mesma forma que a Resistência sujeitada às relações de poder, a formação territorial também o é. A disposição ocasionada pela também disputa de poderes naquele espaço configura territorialidades e territorializações que são expressões, como pudemos ver aqui, da Resistência.

Em se tratando do estacionamento do Parque do Ibirapuera, objeto de nosso estudo, não existem fronteiras concretas que delimitem fisicamente o espaço onde se dão essas ou aquelas práticas, onde se pode ou não ir ou a existência de alguma placa restritiva de acesso. Tal qual o resto da cidade o frequentador ou morador detém seus olhares ao que se reconhece ou se identifica. E isso não é algo particular daquele lugar, mas sim se encontra na própria rotina urbana:

Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, que é cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. (ARANTES, 2000, p. 106)

A experiência urbana, de forma geral, proporciona a possibilidade de contato, ainda que superficial, com as mais diversas conformidades sociais, econômicas e culturais.

Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações e lembranças compartilhadas, que passam a fazer parte da experiência ao se transformarem em balizas reconhecidas de identidades, fronteiras de diferença cultural e marcos de “pertencimento”. Os lugares sociais assim construídos não estão simplesmente justapostos uns aos outros, como se formassem um gigantesco e harmonioso mosaico. A meu ver, eles se superpõem e, entrecruzando-se de modo complexo, formam zonas simbólicas de transição (...). (ARANTES, 2000, p. 106)

O autor aponta para um fenômeno muito semelhante ao da multiterritorialidade – tratando, contudo, a partir de aspectos e vertentes um tanto quanto distintas, como é o caso de que ele enfatiza a noção de pertencimento e não se prende muito às questões de domínio.

Por isso é que existe o equívoco de relacionar indiscriminadamente territórios com fronteiras. Levando em consideração que a sociabilidade exerce fator considerável sobre a nossa noção de território, a sua composição é basicamente elástica. O mesmo autor, Arantes, resgata uma questão muito interessante sobre tais “zonas simbólicas de transição”, que ajudam na compreensão de que a multiplicidade de territórios em um mesmo espaço, além de não simplesmente formar o que ele chama de simples justaposição entre eles, conforma zonas de contato de ordenamentos morais diversos.

Mais do que territórios complementares e bem delimitados por fronteiras simbólicas de traçado inequívoco, essas configurações podem ser entendidas como zonas de contato, onde se situa uma ordem moral contraditória [...] (ARANTES, 2000, p. 107)

Para uma considerável parte dos frequentadores do Parque do Ibirapuera existe um completo desconhecimento quanto à existência de uma dinâmica como a do Autorama. E isso ocorre por inúmeros motivos: desde os que não possuem carros e não têm acesso àquela região, ou aos que frequentam em outros horários até aqueles que tão somente não se atentaram àquela dinâmica e seus desdobramentos justamente por não terem identificação ou simplesmente não repararem (o que também pode estar ligado a um não reconhecimento). Ou seja, acaba-se tendo que levar em conta a experiência dos indivíduos no que tange não apenas os aspectos de pertencimento, mas também para o reforço de territórios e territorialidades – que estão completamente relacionados à noção de pertencimento enquanto a plena subjetividade do que cada indivíduo reconhece, tecendo a sua própria realidade a partir do que ele se identifica.

A identificação do sujeito para com determinados lugares e espaços é concebida por meio do seu trajeto, que aqui é entendido como o seu direcionamento consciente de deslocamento entre lugares:

A cidade, contudo, não é um aglomerado de pontos, pedaços ou manchas⁸ excludentes: as pessoas circulam entre eles, fazem suas escolhas entre as várias alternativas – este *ou* aquele, este e aquele e depois aquele outro – de acordo com uma determinada lógica. Mesmo quando se dirigem a seu pedaço habitual, no interior de determinada mancha, seguem caminhos que não são aleatórios. Está se falando de trajetos. (MAGNANI, 2002, p. 23)

O trajeto contém um teor que muitas vezes é subestimado. Em campo, foi um assunto bastante abordado e relatado pelos frequentadores: por que estavam ali? Por qual razão? Em que momento decidiram parar ali?

A grande maioria estava ali, literalmente, de passagem. Voltando do trabalho, indo para uma festa, a caminho de um restaurante. Eis que a vontade, o *desejo* e o interesse pela procura do Autorama traçaram a execução do trajeto. Alguns casos, em especial, chamam a atenção. Um determinado homem, a pé, relatou que frequenta o lugar quase todos os dias da semana, visto que o ponto de ônibus do portão 3 do Parque, da Avenida Pedro Álvares Cabral é o ponto que ele tem de fazer baldeação para chegar na sua casa após o trabalho e que está na sua rotina passar por ali entre uma linha e outra de ônibus. Outro caso que destaca o aspecto defendido sobre trajeto é o de um homem – casado – que em dias específicos da semana frequenta o Autorama, pois informa à família alternâncias de horários em seu trabalho para que tenha sempre a possibilidade de estar ali e manter assiduidade.

Dentre tantos casos destacamos estes ambos em razão da perceptível lógica ordenada no traçado de trajetos. Na primeira situação, a frequência do indivíduo é facilitada pela clara facilidade de acesso e por estar no meio do percurso. Na segunda, havia um desvio considerável e, por conseguinte, a elaboração de uma série de arranjos que possibilitassem a comparência. Nos dois, entretanto, há a conformação de definições pré-estabelecidas que fazem com que, por meio de uma prévia noção de pertencimento, haja o interesse (colocado como necessidade) em introduzir nas suas próprias rotinas trajetos que possibilitem a realização (se não, ao menos contato) de práticas reprimidas do sujeito.

O que poderia nos ajudar a compreender esse tipo de percepção, do aguçamento do reconhecimento de certos tipos de desejos e ações em um

⁸ Para o autor, a mancha se atém a uma contiguidade espacial em que apresenta uma relação mais estável com o espaço por meio de equipamentos que se complementam ou competem entre si no oferecimento de determinado serviço (Magnani, 2002, p. 24)

determinado espaço onde existe uma multiplicidade de relações ao mesmo tempo, nos traz mais complicações do que descomplicações. Ainda as vastas significações do conceito de identidade e de outros tantos similares que se diferenciam por pequenos detalhes.

A abordagem sobre Identidade deve, sobretudo, remeter à correspondência e reportação do sujeito para com um objeto real ou imaginário. Como muito bem sintetiza Guattari (1986, p. 68/69), identidade é “aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável”.

É por isso que por mais que ensejamos por trabalhar com o conceito de identidade o mais plástico e maleável possível ainda assim a sua ideia não compreende a todos os sujeitos ou unidades semelhantes de sujeitos que frequentam ou permeiam o Autorama.

Aquilo que eu chamo de processo de singularização – poder simplesmente viver, sobreviver, num determinado lugar, num determinado momento, ser a gente mesmo – não tem a ver com identidade (coisas do tipo: meu nome é Félix Guattari e estou aqui). Tem a ver, sim com a maneira como, em princípio todos os elementos que constituem o ego funcionam e se articulam; ou seja, - a maneira como a gente sente, como a gente respira, como a gente tem ou não vontade de falar, de estar aqui ou de ir embora... (GUATTARI, 1986, p. 69)

Para constatar com uma amostra concreta podemos muito bem trazer a este debate a ocorrência de, se não grande maioria dos clientes ou interessados por sexo casual naquele espaço, homens casados ou que mantenham uma vida social ancorada na heterossexualidade/heteronormatividade. Trata-se, basicamente, de indivíduos que estão naquela territorialidade justamente porque ela permite o sigilo e uma considerável confidencialidade graças ao que tratamos aqui de ser realmente um lugar em que o extravasamento das questões da vida social é, com reconhecida cautela, permissível.

É preciso frisar que no decorrer de sua história Autorama se firmou como uma territorialidade propriamente gay, constitutiva de reconhecimento, identidade, laços afetivos. Como veremos futuramente, tal espaço fazia parte (entre suas tantas outras funções e usos) sim da territorialidade gay como um espaço de lazer, paquera e reunião. Para além disso, pode-se compreender que, dentre todas as suas formas de

ocupação, o fechamento formal atingiu “unicamente” o aspecto de territorialidade da comunidade LGBT e não das possíveis práticas (prostituição, tráfico, atos libidinosos) que ali poderiam existir, que desagradavam a vizinhança e alguns frequentadores do parque.

Contudo, ainda que hoje a frequência seja majoritariamente dos que prezam pela discrição (que buscam as práticas e condutas ali remanescentes), observamos que, ainda assim, estes indivíduos possuem fortes vínculos de identificação para com aquele espaço e as práticas ali desenvolvidas.

Ora, o tal reconhecimento se faz presente a partir do momento em que uma gama de indivíduos, das mais diversas “origens” (bairros, cidades, estados) passa a se identificar com uma determinada localidade por conta das diversas relações que aquele espaço permite e, ainda, como, de que maneira cada indivíduo mencionado tenha inicialmente descoberto e se identificado com toda aquela dinâmica.

Sendo assim vimos em campo recorrentes precauções desses indivíduos que, claramente se distinguem daqueles outros que não veem problemas em serem identificados naquele espaço.

Mesmo os pequenos grupos de homens casados e postos como “discretos”, além de segregados das demais sociabilidades que ali se “expõem” fora dos carros não dão tanta liberdade de acesso ou comunicação (salvo quando haja apelo sexual). Tal nível de união e segurança foi construído através de longos anos e ainda assim continua restrito a aquele espaço.

[...] o famoso mito do anonimato das cidades é colocado em questão. Somos estranhos uns aos outros, mas buscamos constantemente resguardar um espaço dentro da urbe onde sejamos comuns e conhecidos, onde nossos signos encontrem reciprocidade. (HAESBAERT, 2006, p. 94)

Desta forma, levando em consideração o excerto acima de Haesbaert, é possível afirmar que o espaço do Autorama expõe a confluência de interesses comuns que se chocam com as questões mais internas e pessoais dos indivíduos que ali frequentam. Uma das mais comuns qualificações que cercam as grandes cidades e Metrôpoles é a sua correspondência com o aspecto de que, pelas proporções, o anonimato seria sua maior característica, afetando, inclusive, a percepção das relações de seus moradores. Ainda que quanto a este ponto concordemos com o

autor, que questiona essa visão tosca e simplista acerca das grandes aglomerações urbanas, temos ainda a necessidade de mais uma vez relativizar o aspecto de liberdade no âmbito desses espaços de reciprocidade. Quando observamos em nosso estudo a permanente preocupação de parte significativa de frequentadores que, mesmo presentes em um ambiente de suposta reciprocidade, têm a necessidade de preservar as suas “identidades” das mais variáveis formas.

Ainda que tenhamos encontrado homens casados ou que perante a sociedade se reconheçam como heterossexuais e que ali se encontram em grupos, conversando e constituindo convivência naquela circunscrição, há ao mesmo tempo muitos homens que fazem as suas frequências com um certo distanciamento. Dentro de seus carros dificilmente baixam seus vidros escuros e passam seus momentos ali circulando e dando voltas em seus automóveis.

Há de se considerar com grande relevância o papel fundamental do automóvel nas dinâmicas que conformam o Autorama, que como o próprio apelido remete a sua função, é elementar. A relevância do veículo automotivo naquela dinâmica pode ser interpretada por uma porção de aspectos tão significativos que por si só seriam dignos de estudos próprios. Para tanto condensaremos brevemente os pontos mais importantes para este trabalho.

Não é preciso nem comentar que, especialmente nos dias atuais, os automóveis não desempenham pura e simplesmente a sua função precípua de meio de transporte. Por tudo o que representam, é possível afirmar que as categorias, marcas, atributos e preços conferem qualidades de status social ao proprietário ou condutor do veículo: a conformação do fetichismo da mercadoria⁹.

Dessa forma, é notória a atenção que um automóvel de luxo ganha mesmo sendo impossível a identificação do condutor pelas películas escurecedoras de vidro, em detrimento de, por exemplo, carros mais populares. Quanto maior o valor atribuído

⁹ Um dos pontos principais da obra de Marx que exprime magistralmente essa sua posição é acerca do excerto sobre o fetichismo da mercadoria. Reduzindo ao máximo a ideia, trata-se do fenômeno social e psicológico em que as mercadorias aparentam ter uma vontade independente de seus produtores. Em decorrência disto a relação social entre pessoas passou a ser mediatizada por coisas. O indivíduo passa não mais a comprar ou desejar o objeto por si mesmo (sua utilidade, sua função), mas sim por aquilo o que ele passa a representar (valores simbólicos diversos).

ao carro, maior é o desejo, a atenção e até a curiosidade. Isso vale tanto para os garotos de programa, que obviamente têm o interesse pela possibilidade de aumentar o seu serviço, quanto para os frequentadores no geral, que se atraem seja pelo objeto em si ou até mesmo pela possibilidade de interagir com pessoas de outros níveis sociais.

Outro aspecto significativo é, pela especificidade do Autorama, o dos automóveis como “[...] escudos que permitem o total resguardo de nossas individualidades” (HAESBAERT, 2006, p. 94). Parte significativa dos indivíduos faz de seus carros verdadeiras blindagens de suas identidades. Há pessoas que não descem de seus carros, não procuram programa, nem relações sexuais; a realização, para algumas delas, está na relação limítrofe de realidades e identidades distintas e contraditórias; em que por mais que circulem pelos mesmos ordenamentos espaciais e territoriais, desenha-se uma aparente virtualidade que assegura ao seu ego a não efetivação das relações pela proteção de seu automóvel, eis o caráter de resguardo que tal objeto permite. Todas essas demandas observadas e apontadas aqui dizem respeito, estreitamente, a questões abstratas de reconhecimento, aceitação, autopreservação, de traços subjetivos que acabam por se materializar nas conformações territoriais e espaciais de ocupação do lugar.

Não tomaremos totalmente a ideia de singularização de Guattari e nem desprezaremos a noção de identidade também já posta. É preciso reafirmar que em campo não encontramos teorias e estudos que respondessem precisamente àquela realidade. É muito mais do que capaz, também, que outros pesquisadores que procurem se debruçar sobre estudos desse mesmo objeto não encontrem as mesmas coisas vistas por mim. Além da óbvia livre observação e compreensão científica há tamanha singularidade naquele local que faz com que seus estudos tornem-se puramente datados. A multiplicidade do ordenamento territorial reflete a tamanha diversidade de sujeitos e de extremas particularidades na apropriação, no uso, na ocupação e na frequência daquele lugar.

Sobre isso, ainda, existe a também confusa efusão de detalhes no comportamento daqueles sujeitos. Caracterizar os garotos de programa foi o recurso mais direto e objetivo na escrita e na observação. Seus códigos, suas relações de poder para com seus colegas, com os frequentadores e clientes traçavam quase que

visivelmente um domínio territorial se não “simples”, compreensível e entendível a quem ali estivesse. Os seus “papeis” estão muito bem definidos graças, também, à objetividade de seus interesses: satisfazer sexualmente pessoas em troca de dinheiro. E tal objetivo é refletido na disposição espacial em que eles se encontram. São eles que têm o papel de chamar a atenção dos clientes.

A dificuldade maior está nos sujeitos restantes. A tarefa de agrupá-los para diferenciá-los e podermos estudar com mais precisão é feita com muitos obstáculos. É possível dizer que a maioria dos frequentadores, ao menos atualmente, busca preservar as suas identidades, outros que criam novas identidades, outros que estão apenas de passagem e por aí vai... mas o que os une é a ciência de que aquele espaço permite e dá possibilidades a eles que nenhum outro espaço público é capaz de dar.

6. Elementos de fundamentação teórica

A Escola Sociológica de Chicago surgiu nos Estados Unidos, na década de 1910, por iniciativa de pesquisadores sociais americanos do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago.

O conjunto de pesquisas produzido direcionavam a investigação dos fenômenos sociais que ocorriam especificamente no meio urbano da grande metrópole norte-americana, especialmente pelo contexto histórico e social pelo qual passava. Como resultado de um acelerado desenvolvimento industrial, a cidade de Chicago sofreu rapidamente com os efeitos da expressiva coincidência de marcantes fenômenos sociais. A enxurrada de fluxos migratórios, o crescente desemprego, a formação de uma população marginalizada e a formação dos guetos, além de imprimirem características sociais físicas no espaço, atraíram a atenção dessa nova geração de pesquisadores. É com a formação dessa Escola que se inaugura um até então novo campo de pesquisa sociológica, centrado exclusivamente nos fenômenos urbanos, que levará à constituição da chamada Sociologia Urbana como ramo de estudos especializados. Essa nova Sociologia foi elaborada em cima do conceito-chave para essa escola: a Ecologia Humana.

Resumidamente, trata-se de uma teoria que a ordem social é mantida por conta da competição tal qual o meio natural e, por conta disso, cada sociedade seria peculiar graças aos aspectos institucionais ou morais que restringiriam o caráter simbiótico das relações humanas: daí o questionamento da determinação ou influência do modo e estilo de vida dos indivíduos. Evidenciava-se muito o interesse pelos comportamentos tidos como desviantes.

Entre um de seus principais nomes está Robert Park (1864–1944), que fez da cidade seu laboratório de investigação da vida social e desenvolveu conceitos muito importantes. Entre eles, o que mais nos interessa é o da região moral.

Em seu artigo “*A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*”, de 1916, Park apresenta a “região moral” como lugares em que o indivíduo se apresenta como é, onde “por algum interesse tem suas raízes diretamente na natureza original do indivíduo” (1979 p. 65). As causas de suas origens

seriam devidas às restrições impostas pela vida urbana, em contraste com a permissibilidade que tais núcleos possuem, possibilitando desinibições, afrouxamento das repressões de impulsos e dos instintos naturais transformados por uma vida metropolitana imbuída de normas, expectativas e valores próprios. Ou seja, seriam espaços que permitiriam dar vazão e extravasamento a sentimentos (instintos) reprimidos. A “região moral” é, então, o lugar de confluência de interesses em comum que reforçam a consumação da satisfação livre de pudores, ressentimentos e julgamentos.

Ao mesmo tempo em que o espaço do autorama é um lugar de extravasamento como resposta às asfixias de certas condutas morais da sociedade, existe, em relação à boa parte de seus frequentadores, uma constante necessidade de resguardo de sua identidade tendo em vista preservá-la. A questão da identidade, como já dito, é bastante relativa e o próprio Foucault, quando já muito mais próximo às temáticas da ciência geográfica imprime respeitável entendimento que muito nos será útil. O conceito de *heterotopia* foi desenvolvido pelo autor para descrever espaços tão complexos que têm múltiplas camadas de significação ou relações a outros lugares.

Depois de um determinado tempo de sua trajetória de pesquisa, Foucault passa a se dedicar a um outro aspecto da noção de espacialidade. Passando a seguir por um caminho até então pouco explorado em seu trabalho, o autor, ainda que por um breve momento – antes de morrer - enxergou a relevância do espaço, constatando, finalmente, que na espacialidade da vida social, o espaço verdadeiramente vivido e produzido é aquele constituído pelas relações sociais que, de modo a refletir o mundo moderno, não são simples, uniformes ou homogêneas, mas sim constituem pluralidades e diversidades que estabelecem, propriamente, redes de relações.

O espaço no qual vivemos, pelo qual somos atraídos para fora de nós mesmo, no qual decorre precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo, de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos sulca é também em si mesmo um espaço heterogêneo. Dito de outra forma, não vivemos em uma espécie de vazio que se encheria de cores com diferentes reflexos, vivemos no interior de um conjunto de relações que definem posicionamentos irreduzíveis uns aos outros e absolutamente impossíveis de ser sobrepostos. (FOUCAULT, 1984, p. 414)

Inicialmente, tal conceito se assemelha muito com o de região moral, contudo as concepções e os aspectos sociais constitutivos de cada um fazem com que sejam completamente distintos – mas perfeitamente compatíveis para nosso trabalho. Ao

invés de privilegiarmos um e desprezarmos outro, optamos por ressaltar os pontos mais oportunos para fundamentar a constituição do que é nosso objeto de estudo.

Heterotopia, portanto, estaria em oposição às utopias. Utopias seriam lugares ou modelos praticamente inatingíveis, sendo uma ideia ou imagem não verdadeira que representaria uma versão aperfeiçoada da sociedade. Além disso, utopias são utopias justamente porque não possuem a capacidade ou possibilidade de se firmarem em um *lugar* real.

Há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias; e acredito que entre as utopias e estes posicionamentos absolutamente outros, as heterotopias, haveria, sem dúvida, uma espécie de experiência mista, mediana, que seria o espelho. (FOUCAULT, 1984, p. 415)

Eis que Foucault exemplifica por meio de inúmeras amostras heterotopias ou espaços separados do meio com significações dúbias, podendo elas ser de desvio, de ilusão, compensação, entre outras. Assim, a heterotopia é em geral uma representação física ou aproximação de uma utopia, ou um espaço separado que contém corpos indesejáveis para tornar um verdadeiro espaço utópico possível:

O espelho, afinal, é uma utopia, pois é um lugar sem lugar. No espelho eu me vejo lá onde não estou em um espaço irreal que se abre virtualmente atrás da superfície, eu estou lá longe, lá onde não estou, uma espécie de sombra que me dá a mim mesmo minha própria visibilidade, que me permite me olhar lá onde estou ausente: utopia do espelho. Mas é igualmente uma heterotopia, na medida em que o espelho existe realmente e que tem no lugar que ocupo uma espécie de efeito retroativo; é a partir do espelho que me descubro ausente no lugar em que estou porque eu me vejo lá longe. A partir desse olhar que de qualquer forma se dirige para mim, do fundo desse espaço virtual que está do outro lado do espelho eu retorno a mim e começo a dirigir meus olhos para mim mesmo e a me constituir ali onde estou; o espelho funciona como uma heterotopia no sentido em que ele torna esse lugar que ocupo no momento em que me olho no espelho ao mesmo tempo absolutamente real em relação com todo o espaço que o envolve e absolutamente irreal, já que ela é obrigada, para ser percebida, a passar por aquele ponto virtual que esta lá longe. (FOUCAULT, 1984, p.415)

Aqui, a tentativa de classificação do que estudamos como Autorama, e especialmente sobre seus sujeitos, fica muito próxima à conceituação heterotopia. Tanto em épocas pregressas quanto hoje em dia, vemos a particularidade do caráter

da subjetividade naquele espaço. Uns defendendo suas identidades e outros as escondendo ou até mesmo formando outras espécies subjetivas que apenas seriam vividas ali mesmo. Para tanto, boa parte dos indivíduos que ali estão concebem aquela realidade quase como uma virtualidade. Tal realidade, para muitos, só é “factível” quando ali experimentada, sendo objeto de sigilo e até de negação quando em outras instâncias.

Na tentativa da criação de utopias, diversas heterotopias foram criadas para isolar os desviantes. Acaba, porém, que a tentativa de se criar uma sociedade perfeita seja uma própria heterotopia de ilusão. Sobre heterotopia de desvio, Foucault dá o exemplo dos hotéis, “onde se entra com seu carro e sua amante e onde a sexualidade ilegal se encontra ao mesmo tempo absolutamente abrigada e absolutamente escondida, mantida afastada, sem ser; no entanto, inteiramente deixada ao ar livre”. (FOUCAULT, 1984 p. 420)

Tendo em vista esse exemplo, podemos perfeitamente associar o nosso objeto de pesquisa, o “autorama”, às teorias de heterotopia. Em contrapartida aos modelos de discursos originados pelos ideais cristão-burgueses que assentaram verdadeiros padrões de heteronormatividade, família e moral; tal espaço representa a possibilidade de expressão dos indivíduos que reprimem comportamentos e desejos exigidos por aquela idealização. A unidade familiar, simbolizada pela fidelidade, pela idealização do amor, representa uma utopia¹⁰.

Não é à toa, portanto, que a prostituição feminina foi vista pela Igreja – principalmente no Brasil colônia – como menos detestável do que o adultério e a homossexualidade, tolerando tal prática tanto pela questão econômica da subsistência quanto pelo desempenho de condutas eróticas que não seriam dignas de serem reproduzidas naquele âmbito familiar sacralizado.

Contudo, como agora relembramos o que introduzimos nos primeiros capítulos, tais práticas de prostituição deveriam ser desenvolvidas em lugares distintos e restritos, cuja segregação permitiria quaisquer formas de controle. Eis, portanto, a

¹⁰ É relevante salientarmos que Utopia não se trata de impossibilidade ou irrealidade (nestes casos seria Atopia). Utopia seria o lugar ou estado ideal, a descrição imaginativa de, no caso, uma sociedade ideal, que de tanto ser idealizada torna-se um modelo.

conformação de espacialidades que se compõem complementarmente às noções de região moral e heterotopia.

A referência a ambos os conceitos que aqui fazemos é feita de maneira livre. Ainda assim é necessário ressaltar que por mais que aqui recorremos à região moral de Park, o fazemos seguindo muito mais o seu conteúdo do que a sua estrutura. Há todo um complexo arranjo espacial pelo qual o autor insere essa categoria dentro de um espaço urbano dividido em círculos concêntricos, onde cada núcleo possuiria sua região moral. O que nos interessa é, basicamente, a existência de um espaço de permissividade moral como apoio às “tentações” morais para a estabilidade da vida social comum.

Quem soube superar tais limites conceituais e, ainda assim, trabalhar com referências a partir daquela definição foi o antropólogo Néstor Perlongher, que produziu uma belíssima etnografia da prostituição masculina no centro de São Paulo na década de 1980.

Inicialmente há um certo diálogo e referência com a região moral de Robert Park mediante discussão sobre práticas e regras específicas. Isso se dá muito em razão por Perlongher se interessar pelos territórios marginais. Porém a referência parece limitar-se a isso: a relação com as obras de Deleuze e Guattari se torna muito mais influente para a elaboração de dinâmicas de territorialização – desterritorialização – reterritorialização. Estabelece-se, conseqüentemente, uma oposição à referida ideia de Park, pois nada tem a ver com assimilacionismo, muito pelo contrário. A preocupação de Perlongher (2008) está naqueles que não se integram, nos que estão realmente à deriva.

A noção de território para ele se torna vaga e não muito precisa em razão de ser, em sua concepção, considerado fixo. Torna-se mais propício e preciso trabalhar com a noção de territorialidade, que é a combinação dos espaços físicos com os códigos sociais. Finalmente, não se trata de um espaço físico, transcende a geografia dada. Isso é possível graças também a elaboração da categoria “identidade” nos fluxos espaciais. O desejo, o negócio e todas as práticas só são possíveis porque há uma justaposição entre a noção de identidade com o caráter de territorialidade.

O espaço territorializado a partir da figura do michê, por exemplo, é a maior expressão disso. O tal profissional não se encontra fixo no espaço, mas ao mesmo tempo não está disperso. O seu apoderamento pelo espaço que ocupa tece relações de domínio não apenas nos limites físicos do espaço, mas também para com todos aqueles que circulam por ali ou que de alguma forma concorrem com a permanência do mesmo lugar.

Sendo assim, o michê configura a territorialidade no espaço. Já esses espaços que concentram essas práticas estabelecidas (em seu caso, a prostituição masculina) configuram o território.

Portanto, a territorialidade é um território praticado. E é justamente em seu trabalho que o autor apresenta isso, de maneira magistral, inúmeras territorialidades que se configuraram território: espaços como o da República ou da Marquês, todas no centro da cidade de São Paulo.

Temporalmente mais recente à obra de Perlongher, é em Raffestin que esbarramos com uma conceituação mais generalizante e cabível em qualquer esfera de pesquisa sobre tal assunto: a territorialidade seria "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema" (RAFFESTIN, 1993, p.160). Ora, com finalidades bem diferentes, Raffestin chega a uma conclusão muito parecida com a daquele antropólogo, a de que a territorialidade é mais do que uma simples relação homem-território, argumentando que para além da demarcação de parcelas individuais existe a relação social entre os homens. Ao levarmos em conta a dinâmica dos fatores envolvidos na relação, seria possível a classificação de vários tipos de territorialidade, desde as mais estáveis às mais instáveis.

Retomemos com exemplificações concretas. O baixo-Augusta¹¹ se notabilizou como uma antiga rua boêmia de São Paulo e que concentrou, durante décadas, uma diversidade de tanto de casas de prostituição como de prostituição de rua. O chamado

¹¹ O chamado Baixo-Augusta é o trecho da rua de mesmo nome entre a Avenida Paulista e o centro da cidade. Na década de 1970 a região passou por um processo de desvalorização quando, por conta da formação de novas centralidades, a antiga concentração de restaurantes, bares, lojas e teatros se diluiu pela cidade em shoppings ou em bairros glamourizados. Além dessa mudança de perfil, aliada a relativa queda do metro quadrado, a proximidade com a Avenida Paulista e com centros de negócios propiciou a concentração de casas de prostituição, o que passou a caracterizar aquela parcela da rua.

“autorama”, estacionamento do parque do Ibirapuera também durante décadas, mesmo mais recentes, concentrou não apenas as práticas relacionadas à prostituição como também ponto de encontros da coletividade gay.

Tanto em uma quanto em outra situação não houve nenhuma política ou ato institucional, por exemplo, que gerasse qualquer impulsão para tal. Isso porque estamos falando de práticas sociais, que nada têm (ou melhor, que não necessariamente nada terá) a ver com incentivos. Aqui, enxergo a prática social como um fortalecimento de condutas praticadas reiteradamente e que em determinado ponto adquirem uma própria autenticidade.

Tal caráter original tem muito a ver com o espaço em que tais práticas são realizadas. Aqui cabe uma perfeita combinação com aquilo que Raffestin tratou. Justamente pela intrínseca relação com a territorialidade, podemos muito bem apontar que as práticas sociais garantem essa originalidade graças a correlação da tríade sociedade-espço-tempo.

7. O Autorama

Como estamos tratando aqui, a história do espaço conhecido como autorama não possui uma origem precisa. Isso acontece por um aspecto além de o de ter sido constituído através de uma apropriação do espaço público: mas principalmente pelos agentes dessa ocupação e das dinâmicas que ali passaram a se desenvolver. A sua gênese deu-se logo no início da década de 1980, quando foi formado um então novo reduto gay da cidade especialmente pela sua localização e por estar distante dos demais, que se concentravam no centro da cidade.



Fotografia 1 – Madrugada no Autorama em 2007, quando o espaço ainda vivia seu tempo de efervescência. Fonte: Daia Oliver/Folha Online, 2007.

O apoderamento daquele lugar pelos gays instituiu naquele momento uma nova “centralidade” como um lugar alternativo de reunião e de encontro; onde ainda poderíamos destacar a apropriação daquele lugar pela identidade de um grupo.

Paralelamente a essa particular dinâmica em formação do lugar de encontro constituiu-se, para além da paquera e das conversas, um lugar de “despudoração” e exacerbação da sexualidade, um local de permissividade.

Tanto a frequência quanto os interesses passaram a ser muito variados e talvez isso explique a sua tamanha oscilação histórica. À medida que o local condensava, com uma liberdade relativa, práticas sexuais passou a atrair também profissionais do sexo como garotos de programa e travestis, dando àquele espaço novas formas de ocupação e de comportamento.

A imagem de um espaço estigmatizado pela sociedade está ligada à somatória de ser lugar de realização de encontro da comunidade LGBT com tendência da sexualização daquele espaço. A representação de um espaço dominado por territórios de liberação sexual, demarcado por michês e travestis, do voyeurismo e de tantas outras práticas transgressoras já suficientes para despertar a ojeriza da população só foi ainda mais manchada pela possível posterior invasão do tráfico de drogas no local.

Formalmente nenhum governo chegou a adotar medidas diretamente de políticas públicas ou sequer implementar comissão ou gerenciamento do Autorama; sempre ele foi constituído pela coletividade, pela sociabilidade e apropriação do espaço público pelos seus frequentadores e comerciantes.

Essa inércia do poder público para com aquele local gerou, então, uma auto regulação e um desenvolvimento voluntário daquele espaço. Isso levou a, em 2006, existirem cerca de quatorze barracas de comerciantes de bebidas e comidas no local, que propiciaram uma melhora na condição da sociabilidade e tornaram, definitivamente, uma referência LGBT não só na cidade ou no país, mas com fama mundial. Esses mesmos comerciantes passaram a garantir segurança não permitindo que menores ou traficantes ocupassem o Autorama.

Nesse mesmo ano, no final da gestão Serra, o secretário do Verde e Meio Ambiente, Eduardo Jorge, divulgou o fechamento durante a madrugada dos portões 3 e 4 do parque, alegando a falta de segurança e o aumento da criminalidade. Mobilizados, comerciantes e frequentadores do Autorama apelaram firmemente e uma semana depois o secretário retratou sua decisão.

Na gestão seguinte, já tendo como prefeito Gilberto Kassab, todas as barracas dos comerciantes foram tomadas e destruídas truculentamente pela Guarda Civil Metropolitana (em 2007). Com isso, a forma apresentada anteriormente que se estabelecia a segurança por meio da responsabilidade desses comerciantes em

salvaguardar o Autorama e seus frequentadores foi arruinada e dissolvida. Como consequência, a criminalidade aumentou consideravelmente:

Assim, o governo Kassab não fechou o Autorama, mas destruiu seu comércio, o que desorganizou os principais responsáveis pela manutenção da segurança e contenção da criminalidade no local, dificultando igualmente a presença de LGBT, que a partir de então não tiveram mais comida e bebida à disposição. (AUTORAMA LEGAL, 2014, p. 6)

Contudo, foi no governo Haddad que o Autorama foi oficialmente fechado. Membros da Associação de Moradores Amigos do Jardim Lusitânia (Sojal), que muitos deles fazem parte do Conselho gestor do Parque, agiram incisivamente para tal fechamento com amostras bastante superficiais alegando a alta da criminalidade, o tráfico de drogas e a pedofilia. Diversas reuniões eram marcadas, com o convite estendido aos grupos LGBT, porém sempre os lugares ou horários das reuniões eram modificados sem prévio comunicado e, por fim, já tinham sido realizadas sem todos esses coletivos. Manobras e artimanhas estratégicas como essas viabilizaram o fechamento do Autorama tal como planejado inicialmente.

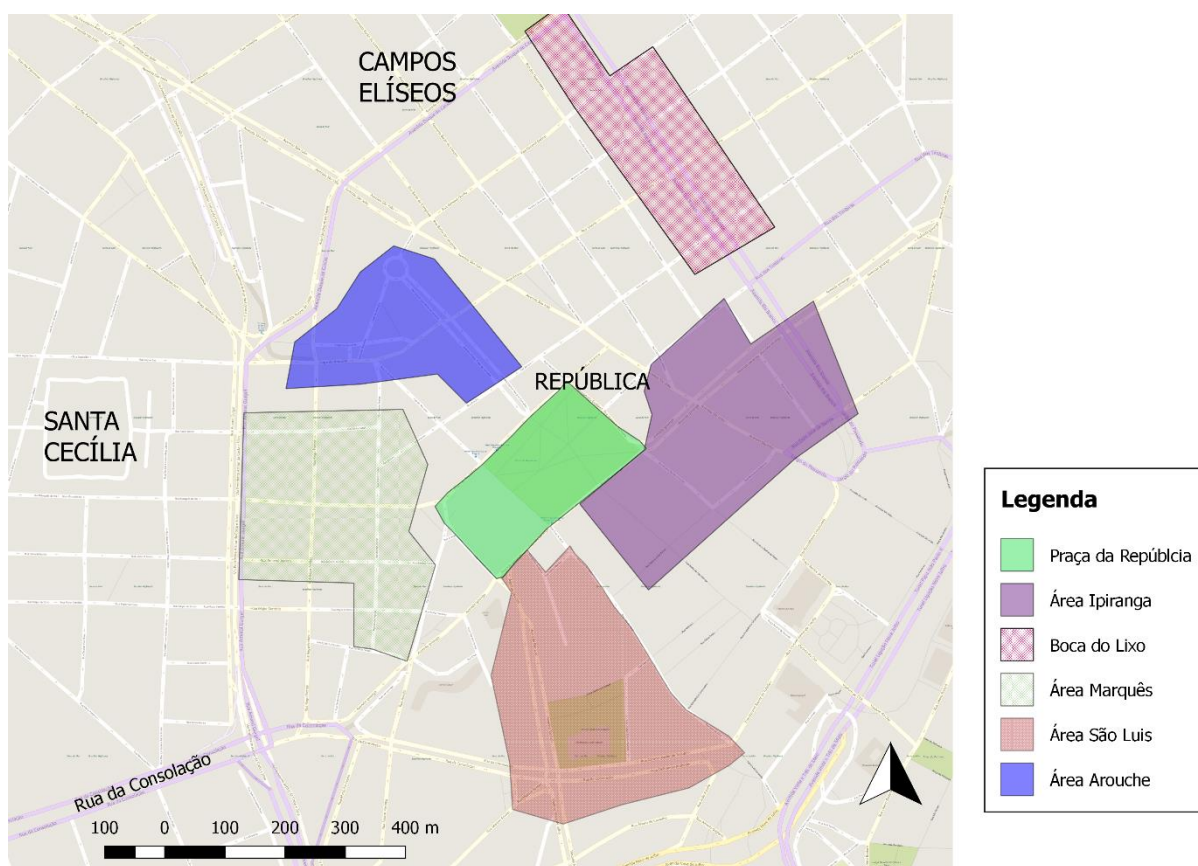
Enxergamos uma destruição estritamente política e paulatina. Por esse breve histórico dos jogos de poder das ofensivas governamentais, de um lado, e dos frequentadores, da comunidade LGBT e dos comerciantes do outro, mais uma vez a vontade dos detentores de maior poderio tiveram êxito com seus ideais celetistas, conservadores e intolerantes.

Percebe-se que a real deterioração e caracterização criminoso do local foi construída ao longo de vários anos e diversos prefeitos. A destruição da área própria de convivência e sociabilidade é que, na verdade, esboçou condições propícias para atividades que até então não presentes passaram a se firmar e, assim, subsidiar o discurso persecutor do lugar.

7.1 Uma possível História através das Operações Richetti

O período da Ditadura Militar no Brasil - além de todas as implicações sociais, econômicas e políticas que estamos acostumados a estudar - atingiu direta e incisivamente também as questões de comportamento moral e de sexualidades, além de suas implicações territoriais.

É preciso aqui esclarecer que a partir da década de 1960 o chamado centro novo da cidade de São Paulo passou a ser ocupado pela prostituição e por bares e lugares de sociabilidades homossexuais.



Mapa 6 Mapa das subáreas de ocupação de homossexuais e da prostituição masculina segundo Néstor Perlongher, na década de 1980. Fonte: do autor, 2016, Bing Maps.

As inúmeras formas de ocupação foram estudadas pelo antropólogo Néstor Perlongher, que reproduzimos sinteticamente no mapa acima. Basicamente as divisões eram estabelecidas por nichos que compreendiam desde a prostituição masculina até os perfis de frequentadores no próprio público homossexual segundo tipos socioeconômicos. Nota-se que a organização foi dada nos entornos da Praça da

República. O autor segue uma extensa apresentação de cada área através do perfil tantos dos michês quanto dos clientes e frequentadores.

As cinco maiores áreas eram: a da própria Praça da República; a prostituição masculina da Rua Marquês de Itu e entorno; a da prostituição e presença de bares e boates gays no Largo do Arouche e imediações; a chamada Boca do Lixo, área mais degradada e sujeita a maior violência, no início da Avenida Rio Branco e, por fim, a Avenida São Luís e Praça Dom José Gaspar, que mesclava bares e prostituição.

No ano de 1976, o jornal carioca Última Hora lançou uma coluna destinada ao público homossexual e que devido ao seu grande sucesso e repercussão foi alvo de perseguição por órgãos de censura, o que culminou na extinção da publicação por se tratar de ofensa à moral contida na Lei de Imprensa:

(...) também em 1976, a polícia civil paulista toma a iniciativa de realizar um estudo de criminologia sobre a prostituição tanto de michês quanto de travestis em São Paulo. Nesse estudo, o delegado Guido Fonseca relata que havia diversas boates e saunas voltadas ao público homossexual, demonstrando que o mercado estava em plena expansão. Ambos os fatos trazem à tona a tentativa de controle do Estado sobre os novos espaços conquistados pelos LGBTs tanto na imprensa quanto na rua. (OCANHÁ, 2014, p. 149)

Aqui temos mais um perfeito exemplo de esforço do Estado para o controle de práticas que considera subversivas e que, para serem tomadas medidas efetivas, estudos e levantamentos de pesquisas eram feitos para conduzi-los ao sucesso das operações. Pode-se dizer que através dessa retórica de bons costumes e da moral conservadora, atrelada a um prévio levantamento de estudos sobre a ocupação espacial daquelas populações, uma série de medidas por parte do Governo estava por vir:

(...) no mês de maio de 1979 as Operações Limpeza e Rondão, atacando o centro da cidade (de São Paulo), a boca do lixo, o Largo do Arouche e as áreas frequentadas por prostitutas, travestis, michês, lésbicas e gays. Nestas operações invadiam bares, boates, restaurantes, saunas, cinemas de pegação, praças, ruas e parques. Foram cometidas tantas arbitrariedades contra a população-alvo do delegado que Riguetti chegou mesmo a rasgar vários habeas corpus concedidos por juízes às prostitutas e travestis alegando: “a lei aqui sou eu” (FERNANDES, 2014, p. 135)

A área de atuação do delegado e de suas operações era a da região central da cidade, a mesma com grande concentração de travestis, michês, prostitutas e

homossexuais. O discurso do delegado era “limpar” a área do tráfico de drogas, de assaltantes e de outros bandidos e marginais que ali frequentavam. Porém era notório que o verdadeiro público alvo era realmente aquele primeiro que passou a ser tratado realmente como o segundo. Com isso, hotéis frequentados por homossexuais foram fechados e travestis eram gravemente agredidas e presas.

Juntamente a essa ostensiva repressão policial havia o apoio de moradores e de comerciantes locais que se mobilizavam através de abaixo-assinados e até o lançamento de excrementos e garrafas pelos residentes àqueles grupos; e os métodos para a “purificação” daquelas áreas pelos sujeitos indesejáveis passavam a ser cada vez mais categóricos. A tal “Operação Limpeza”, com o discurso de sanar o aumento da criminalidade se concentrou em repreender, deter e ameaçar travestis, prostitutas e homossexuais. Os casos de agressão eram muito comuns e recorrentes, especialmente contra travestis.

A aversão a qualquer coisa que estivesse ligada à homossexualidade, à prostituição e ao travestismo era cada vez mais fundamentada na institucionalização do combate a quaisquer práticas que se atentassem contra a moralidade. Além da deturpação promovida à associação desses grupos com delinquência, o que incomodava era a realização do chamado trottoir, que nada mais é do que o aliciamento explícito a clientes.

Tais comportamentos repressivos,¹² amparados pelo caráter oficial da política de coibição de todas essas atividades, acabaram por disseminar sentimentos de medo e insegurança por parte dos então frequentadores. Perlongher (2008) defende que tudo isso gerou um efeito dispersor, não apenas das práticas de prostituição que ali se concentravam, mas também de diferentes sociabilidades LGBTs que permaneciam mais restringidas àquela região.

Como consequência dessas operações houve uma considerável mudança territorial naquela antiga dinâmica vivida até então. Aquela miscelânea de grupos diferentes entre si, mas que compartilhavam uma estigmatização semelhante, sofreu

¹² Para se ter uma noção, há relatos de que camburões paravam no Largo do Arouche enquanto policiais gritavam “Quem é viado pode ir entrando” (OCANHA, 2014, p. 168)

um reordenamento imposto pelo Estado e que também fragmentou tais grupos espacialmente.

Ainda em se tratando dessa operação, realizada no centro, existe aqui uma boa fundamentação para o desenvolvimento do Autorama, no Ibirapuera. Tendo sido intensa e efetiva a repressão policial, como já mencionado não só houve a supressão de locais de sociabilidades gays como também houve um efeito dispersor de grupos que não mais se reconheciam naquelas novas formulações territoriais. Aqui vemos um explícito caso de como a interferência de políticas públicas por parte do Estado é capaz de, quando não aniquilar composições sociais bem estabelecidas, modificá-las de tal maneira que os ordenamentos territoriais constituídos sob relações voluntárias são afetados drasticamente, pois quando as dinâmicas de um território são afetadas, consequentemente ele também será afetado, da mesma forma que se as ordenações do território sofrerem perturbações, as dinâmicas como essas que vimos acima também serão afetadas.

É, portanto, perfeitamente possível relacionar o abalo da, até então, única centralidade dessas populações marginalizadas com o surgimento de outros territórios semelhantes. Aquele estacionamento do mais famoso parque da cidade, até então inutilizado no período noturno, longe de moradias e de passagem, se mostrou e, posteriormente, firmou como um novo reduto de sociabilidade de, no caso, homossexuais e que também futuramente reproduziria práticas semelhantes à da centralidade e veria, novamente, a atração de inúmeras populações distintas, da marginalidade e da hostilização da vizinhança (um tanto quanto distante). Assim, o nascimento do Autorama se dá no contexto da deterioração do centro da cidade na visão de um segmento gay das classes médias e altas que almejam novos lugares de convivência fora daquele primeiro.

As tensões entre setores da sociedade e grupos marginalizados não são novidade e remontam a divergências ao longo de décadas, que descambam a múltiplas disputas territoriais.

É importante ressaltar que a dinâmica atual em nada se assemelha à de anos atrás: segundo relatos e algumas reportagens, entre suas épocas de altos e baixos, o movimento era intenso, a quantidade de carros congestionava o local, grupos dos mais diversos perfis se encontravam para dançar, ouvir música, conversar e beber. Em meio a isso tudo a prostituição e as práticas libidinosas faziam parte do lugar. As relações que ali se estabeleciam eram muito bem marcadas, havendo internamente uma divisão aparente de perfis (como idade e preferências musicais) e de interesses sexuais (prostituição, sexo, flerte). Tais ocupações ocorriam durante todos os dias da semana, sendo que nos dias de semana os frequentadores costumavam ser homens em busca de prazer, sexo e atividades libidinosas naquele mesmo local, enquanto da quinta-feira até o domingo esse mesmo perfil se misturava com outros tantos, entre jovens (homens e mulheres) que quando não paravam para beber e fazer o “esquentar” para a noite, faziam pequenas festas ali mesmo.

Em seu artigo, de 2008, Giorgio Momesso descreve com bastante nitidez a perceptível dinâmica e divisão territorial dos grupos de frequentadores a partir de suas fixações em determinados pontos/ruas do Autorama. O autor enumera cada rua do local e, a partir das informações coletadas em entrevistas e observações, classifica segundo as configurações estabelecidas.

Segundo o autor, a Rua 1, chamada pelos próprios frequentadores de “Rua do Abatedouro”, talvez por ser a rua menos frequentada do estacionamento concentrava a maioria dos encontros sexuais ocorridos dentro dos automóveis (fosse entre homens que se conheciam ali há pouco ou o sexo entre michês e clientes). A Rua 2 era o ponto de encontro dos frequentadores mais antigos do Autorama (de mais de 10 anos a duas décadas), homens com perfil acima dos 40 anos e assumidamente homossexuais. Momesso aponta que eram homens de nível superior e bem sucedidos profissional e economicamente. O intuito deles era muito mais a confraternização, tendo o Autorama como um ponto de encontro entre amigos, do que o flerte ou interesses sexuais.

A Rua 3 seria a rua mais ocupada e movimentada do estacionamento, concentrando os vendedores ambulantes (bebidas alcoólicas, refrigerantes, cachorros-quentes, lanches, espetinhos) e a presença de jovens (por volta dos 16 aos

26 anos). O autor aponta que é nessa subárea que contava com a maior incidência de homossexuais femininas, transexuais e heterossexuais de ambos os sexos.

A Rua 5 era a subárea que ocorriam com mais “liberdade” as práticas sexuais explícitas, especialmente a masturbação, como atrativo para outras práticas ou até mesmo puro exibicionismo. As demais ruas seguintes, na época de seu estudo, foram isoladas pelo DETRAN, mas em épocas anteriores concentravam aquelas práticas sexuais. Segundo o próprio autor, tal isolamento pode ter sido feito a fi de coibir tais atos.

O autor observa, ainda, que a falta de banheiros públicos (uma consequente deficiência infra estrutural) levava aqueles frequentadores a urinarem em público, entre as árvores e nas grades. Isso, de certa forma, estimulava ainda mais os atos sexuais e a fetichização por meio do voyeurismo. Diferentemente de outras épocas, em que os próprios vendedores do local, sem qualquer ajuda ou iniciativa do poder público, bancavam banheiros químicos para dar as mínimas condições para aquele lugar.



Mapa 7. Divisão das baias do estacionamento, segundo apontamento feito por Giorgio Momesso (2008). Do autor, 2017, Google Earth.

Atualmente, o número de carros circulando é mínimo, cerca de 6 ou 7, com “picos” de 10 ou 12. Logo na grade que cerca o parque há uma relativa concentração de carros estacionados com alguns homens dentro e outros circulando por ali perto, quando não se apoiando nos carros, do lado de fora.



Mapa 8. Autorama e arredores encontrados atualmente. Do autor, 2017, Google Earth.

O que Momesso apontou como Rua 1, atualmente está ocupado por uma grande tenda que aloca bicicletas para os frequentadores do parque (aberta até às 19h). A presença de ambulantes ou comerciantes como encontrada por Momesso ou discutida por Bill¹³ é inexistente. Às vezes aparece um único carro que comercializa algumas bebidas como cerveja, vodca, catuaba, cachaça e refrigerante, porém, de maneira bem discreta para não chamar a atenção da GCM.

A circulação de veículos é bastante reduzida, mas agora, circulam por todas as ruas transitáveis. Os garotos de programa se concentram em pequenos grupos nas

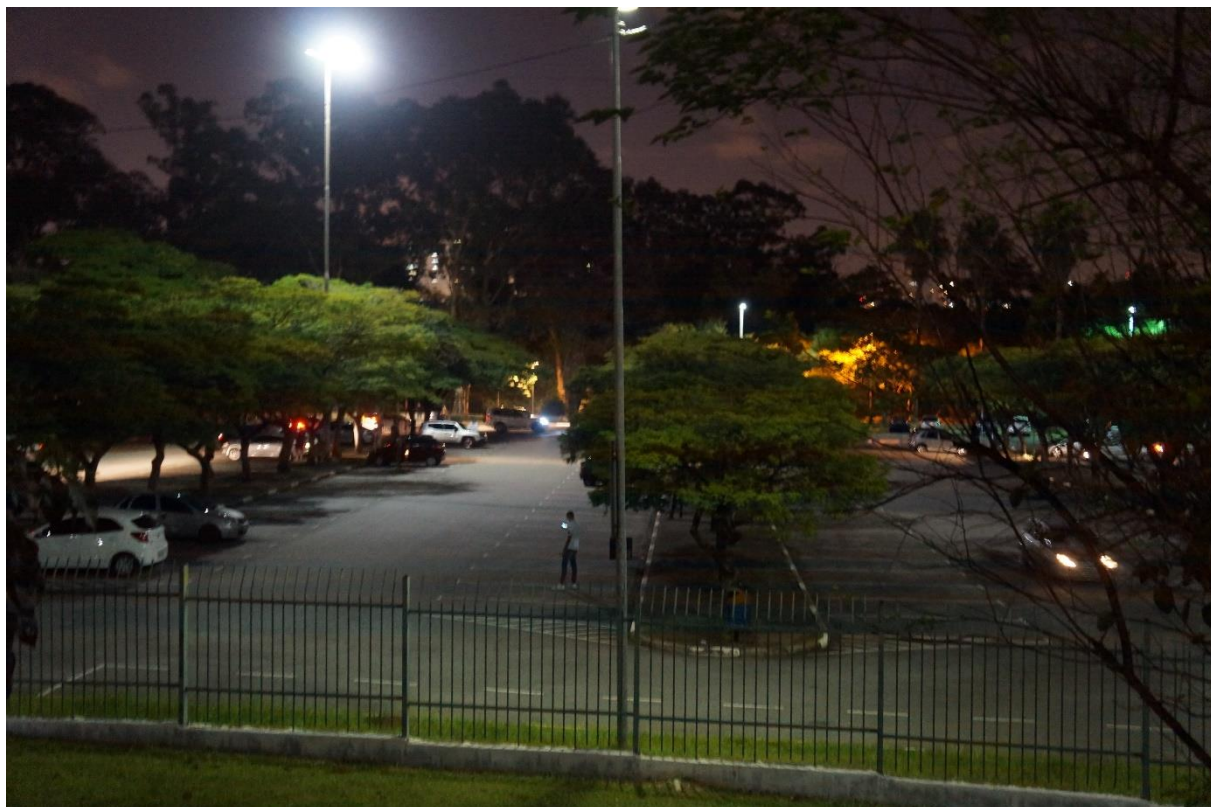
¹³ Conforme exposto na transcrição, disponível no apêndice.

ruas 3 e 4 - quando não estão circulando pelo local ou ancorados nos carros estacionados.

A também rara concentração de homens circulando fora de seus carros, seja para conversa, seja para interesses sexuais, agora está na fileira de estacionamento próxima à grade do parque. É ali que atualmente os carros estacionam e os homens circulam pelo calçamento. É aqui que também duplas ou pequenos grupos têm maior liberdade – e segurança – para permanecerem no Autorama.

Após o seu fechamento, a busca pelas práticas sexuais avançou para os limites internos do parque. No mapa 8, trata-se da área sombreada. Os frequentadores mesclam entre transeuntes do parque, antigos habitues do próprio Autorama e homens que fazem baldeação nos pontos de ônibus da Avenida Pedro Álvares Cabral. Essa “nova” área é exclusiva para fins sexuais e, aparentemente, possui uma grande movimentação de pessoas, pois o fluxo de homens transitando por trás das grades é bastante intenso.

Nas ruas do bolsão estão os garotos de programa que, curiosamente, em boa parte dos dias a quantidade aparenta ser maior do que o número de frequentadores. Percebe-se que aqueles que param seus carros próximo às grades não têm relação alguma com os carros que se dirigem à área dos garotos de programa.



Fotografia 2. Em contraponto à imagem apresentada anteriormente, aqui uma visão panorâmica do local em um dia de semana, com poucos carros, alguns garotos de programa e nenhum grupo social interagindo. Fonte: do autor, 2017.

A espacialização das práticas classificadas como transgressivas é capaz de transmitir isso muito bem, pois envolve essencialmente, além do embate pela imposição de domínio e poder, a necessidade de um comportamento específico e condizente para o reconhecimento de seus frequentadores.

Já apresentamos anteriormente a relevância do conceito de território, que abarca precisamente o estabelecimento de relações de poder em uma extensão espacial, onde, geralmente, se dá a influência de um polo sobre outro, cuja relação é baseada em uma estratégia em que os dois ou mais agentes pleiteiam, de alguma forma, um domínio, autoridade ou “propriedade”. Aliás, propriedade, essa, que está muito próxima do “pertencimento” e da apropriação de determinado lugar.

À maioria dos frequentadores do nosso espaço de estudo isso é muito perceptível. Os indivíduos adentram em um território que possui suas próprias “regras” marcadas por condutas próprias e uma organização social singular e com elementos não comuns aos de fora de seus limites. Observa-se que a considerável confrontação de valores naquele espaço estabelece uma das principais características dali. Por ser

um local de choques de “realidades” distintas, de organização de práticas subversivas e, por conseguinte estigmatizadas, quando um espaço como o autorama é retratado está sempre associado a adjetivos relacionados a um submundo. Ali, à noite, quando o espaço passa a ser considerado degradado, o fenômeno social é bem diferente, partindo de novos códigos, novas identificações e novas relações de poder.

Para tanto, Gomes tem uma passagem que resume perfeitamente o que os indivíduos passam a seguir quando adentram aquele ambiente:

Fazer parte dessa associação, desse espaço, significa aceitar suas regras, endossar os contratos que unem os indivíduos e, conseqüentemente, preservar os limites da lei, limites territoriais e sociais. Significa também renunciar a todas as outras formas de regulação do comportamento que entrem em conflito com o código de conduta estabelecido nesses domínios. (GOMES, 2006, p. 38)

Tudo isso pode originar lutas e disputas devido à identidade comunitária, que está sempre relacionada a uma identidade territorial. Contudo, para nós, neste trabalho e especialmente tratando dos territórios e territorialidades de um espaço como o autorama/parque do Ibirapuera constata-se um grande desafio lidar com as questões de identidade.

As figuras dos garotos de programa e, também poderemos dizer dos homossexuais assumidos e abertamente frequentadores do local, constituem sim reconhecimentos de identidade. Os primeiros por exprimirem ali relações de poder sobre o espaço, reivindicarem e estabelecerem autoridade sobre uma demarcação territorial. Já os segundos, além de terem sido os responsáveis pela constituição daquele espaço e pela apropriação inicial, ainda hoje desejam o reconhecimento do lugar como um espaço de convivência e com uma visão contrária à de estigmatização e de visões depreciativas. São duas formas distintas de ocupação do espaço por meio de reconhecimentos baseados na identidade.

O que não acontece com outros muitos tipos de frequentadores, que pelo contrário, fazem questão de preservar suas identidades, fazendo com que tal espaço se mantenha e se confirme como um submundo de subversão, permissividade e de extravasamento dos conflitos de identidade.

7.2 Da experiência urbana

As categorias de análise que auxiliam a compreensão do estudo do meio urbano são modelos apreendidos a partir de signos, relações, abstrações que comportam o entendimento para de que maneira a sociabilidade produz conformações espaciais.

Ao longo deste estudo, procuramos deixar bastante claro o caráter de extrema inconstância e mutabilidade do nosso objeto de estudo. Em razão de se tratar de uma voluntária apropriação do espaço e a consequente configuração de territórios e territorialidades, tal ordenação está sujeita a inúmeros fatores como o clima, os dias da semana, os eventos que ocorrem nas proximidades. Acerca desse último tópico cabe destacar alguns elementos pertinentes. Por se tratar de um bolsão de estacionamento vizinho ao prédio da Bienal, qualquer evento ocorrido ali interfere direta ou indiretamente na dinâmica do Autorama.

Particularmente na Bienal de Arte e na São Paulo Fashion Week, as transformações foram explicitamente observáveis. As organizações de ambos os eventos mudam a disposição do estacionamento e diversos cones e faixas preenchem o local com a mudança de sentido das vias e tal lugar fica abarrotado de caminhões (que dão suporte ao *staff* dos eventos) e ônibus que transportam funcionários e visitantes). Nos dias de SPFW era comum ver modelos transitando pelo local e, principalmente, carros de luxo. Já na Bienal, chegavam a formarem-se filas para o embarque nos ônibus. Em meio a todas essas turbulências, contudo, as atividades do Autorama permeavam essas “novas” experiências; a concentração, porém, é reduzida às últimas ruas do estacionamento.

Já nos eventos realizados no Parque (shows públicos) ou no final do ano, quando é montada a árvore de Natal muito próximo dali, o movimento de pessoas aumenta consideravelmente, mas sem alterações espaciais. Aqui, as dinâmicas variam conforme a quantidade da “interferência”, que por vezes pode gerar certo receio e inibição, visto que tal circulação é mais variada e diversa.

Agora apresentaremos uma subdivisão generalizadora dos três perfis de frequentadores do local: michês, clientes, frequentadores – além dos frequentadores do próprio parque, um caso à parte.

Antes de mais nada, por quê distinguir “clientes” de “frequentadores” (do Autorama)?! Aqueles, de fato, não tornam repetidas as suas presenças naquele lugar? Sim, é claro. Trata-se mais de uma divisão simbólica que, todavia, nos é necessária na medida em que, ao novo ver, se colocam como estruturas bastante distintas.

7.2.1 A prostituição masculina

Quando se trata da discussão sobre prostituição, a prostituição masculina possui especificidades tão particulares que é necessário tratá-la como uma atividade à parte. Historicamente o serviço do sexo mediante pagamento foi desenvolvido nos assentamentos dos valores peculiares das sociedades. Ainda que objeto de censura, tal prática, em todo o tempo foi tacitamente tolerada por ser um meio de desfrute do prazer masculino. Portanto, está intimamente relacionada aos preceitos machistas e patriarcais que estruturaram as mais diversas sociedades e, dessa maneira, é “evidente que em termos de visibilidade e de um imaginário social, a prostituição é uma atividade “feminina” que serve para atender a “homens heterossexuais”” (LAGO, SANTOS, 2014, p. 02).

Tanto é que o polo passivo, a oferta do serviço é comumente relacionada ao feminino: à mulher, à travesti. Partindo disso existe também a subestimação da sexualidade da mulher, sendo que isso é contrastado com a comum vinculação do homem como detentor de uma sexualidade ativa e regular. É nessa aqui simplificada composição que demostramos o cenário da conformação da prostituição e que nos permite abrir espaço para retomar a compreensão da prostituição masculina.

Como já vimos em capítulos anteriores, a prostituição masculina foi algo comum já nas sociedades clássicas e antigas e foi mudando juntamente com a diferenciação da visão sobre a homossexualidade.

Observamos que as mesmas particularidades conformadoras da usualidade de determinadas práticas no nosso objeto de estudo, Autorama, estão presentes na humanidade, literalmente, há milhares de anos. E, ainda assim, em cada época ou

lugar possuía uma visão típica em conformidade com os padrões morais e dos costumes de cada tempo/espço. Desse modo, a título de contextualização, apresentaremos alguns fragmentos que comprovem isso:

Parque e locais pouco frequentados eram espaços privilegiados à prostituição e à busca de parceiros para encontros sexuais furtivos. O Pireu, ou o Porto de Atenas, e o Cerâmico, o bairro dos oleiros, possuíam diversos bordéis, masculinos e femininos, mas parece que os prostitutas podiam ser encontrados em quase todos os bairros da cidade, além das casas de banho. As mal afamadas tavernas dos bairros populares também eram conhecidos pontos de prostituição, frequentadas desde por escravos até mesmo pelos ricos e famosos da cidade, como o orador e político Demóstenes (384 – 322 a.C.). (FILHO, 2000, p. 26)

Nesse excerto, fica visível para nós o quanto certas práticas estabelecidas atualmente são muito próximas das mesmas postas séculos atrás. Ainda assim é necessário fazermos aqui um pequeno aporte histórico do contexto identificado por Torrão Filho na Grécia Antiga.

A prostituição masculina era tão ou mais praticada do que na Grécia, mas não havia tantos pudores morais em relação à sua prática. Receber dinheiro em troca de favores sexuais não era uma vergonha; era considerado em geral um gesto de cortesia, inclusive em relação às mulheres bem nascidas. Os adolescentes, mesmo da aristocracia, se fossem belos, podiam encher suas bolsas de dinheiro vendendo seus favores, embora fosse repulsiva a idéia de servir sexualmente a um homem socialmente inferior, ou mesmo a um escravo, em troca de dinheiro. (FILHO, 2000, p. 66)

Todas essas referências históricas sobre sexualidade, a homossexualidade e, em particular, sobre a prostituição masculina nos ajudam a compreender que ao longo das épocas, das sociedades e das culturas, essas, entre as mais diversas outras práticas ou condutas, tinham configurações próprias que variavam de acordo com os tais costumes predominantes (cultura, moralidade, princípios) e não um desenvolvimento progressivo ao longo da história.

Como estamos desenvolvendo aqui, a atual forma de concepção ocidental de sexualidade – dentre tantas outras esferas comportamentais – é fruto de um longo histórico processo de arranjos estruturais de discursos, ideologias, culturas e costumes.

Dessa forma, os atos homossexuais deixaram de ser vistos como um pecado menor, uma simples fornicção, ou um excesso de sensualidade praticado por pessoas educadas e clérigos, e transformou-se num pecado gravíssimo, nefando, que sequer deveria ser mencionado. A partir do século XIII, todos os grupos marginalizados foram segregados e perseguidos. Eles representavam

um perigo à comunidade sagrada dos cristãos; vivendo num clima de insegurança matéria e mental, os cristãos desconfiaram de todos aqueles que pareciam ameaçar o seu frágil equilíbrio. Estes “inimigos” são aqueles que ameaçavam a religião (hereges), o corpo (leprosos, prostitutos), a identidade dos cristãos (judeus, estrangeiros), a natureza (sodomitas, monstros) e o trabalho (ociosos e mendigos). Para redimir esses marginalizados e a própria humanidade, criou-se neste mesmo século XIII, de triste lembrança, o purgatório – para dar uma oportunidade às almas pecadoras de se arrepender antes de irem para o inferno – e as fogueiras da Inquisição – para salvar aqueles que insistissem em não querer se arrepender de seus erros. (FILHO, 2000, p. 121, 122)

O assentamento da ideologia cristã, pela Igreja Católica, ao longo da Idade Média baseou-se nessa profusão de discursos moralizadores amparados na construção de universos como o purgatório, paraíso, inferno, éden que nada mais seriam do que categorizações de “espaços” pós morte baseados nos valores e nas condutas morais terrenas. Tal qual nossa intenção neste estudo, o traçado histórico das convenções morais e suas execuções nos proporciona apreender como realmente as condutas humanas foram se modificando com o passar dos anos, ao mesmo passo em que os discursos ideológicos vigentes. Já no início do século XII, a relação sexual entre das pessoas do mesmo sexo passou efetivamente a ser condenada por não acarretar na procriação (da mesma maneira que a masturbação, a continência sexual e, até mesmo, o sexo entre judeus e cristãos, por exemplo).

Lembremos, antes de tudo, que durante o século XIX a prostituição era vista como uma doença necessária para controlar os impulsos e desejos masculinos, pois tinha “como função social dar vazão aos resíduos seminais masculinos, como ocorre com lixo e excrementos nos esgotos (CARMO, 2011, p. 255).

No Brasil, os médicos do final do século XIX e início do XX (a exemplo do já referido Pires de Almeida) concentraram seus esforços nos estudos sobre a prostituição e as implicações da homossexualidade e prostituição masculina. Em seus trabalhos havia uma larga inclinação para o comportamento dos tais michês em público. A questão do *lugar* estava sempre presente no apontamento da existência de tais práticas. Especialmente parques, praças e ruas ermas e escuras seriam lugares propícios para o reconhecimento e interesse sexual dos chamados “invertidos” (homossexuais) e, por conseguinte, da prostituição masculina.

Diferentemente do encontrado n’“O negócio do michê”, não existe, no “autorama” de 2016, diversidade de pontos nesta área. O perfil do garoto de programa,

aqui, é basicamente o mesmo: jovens entre 18 e 30 anos de baixa renda e residentes das periferias ou em pensões nos mais variados bairros da cidade (em sua maioria são jovens negros e pardos).

A busca por uma divisão territorial muito bem demarcada entre os garotos de programa do “autorama” no que diz respeito às suas práticas sexuais, tal qual na região central apresentada por Perlongher é inconsistente, para não dizer inexistente. Entre um carro e outro, uma “rua” e outra o que se faz presente é o que aquele autor, amparado em Deleuze e Guattari, chama de “código-território”. É claro que encontramos naquele estacionamento do parque do Ibirapuera um espaço peculiar pela sua multiterritorialidade, em diversos aspectos, entre o dia e a noite, os clientes, os michês, os frequentadores etc. Porém é necessário esclarecer que a “divisão” posta pela ocupação dos michês em razão das suas territorialidades é decisivamente colocada pelo código-território desses próprios agentes.

Além disso, não podemos também abandonar o caráter subjetivo desses profissionais do Autorama. Tal realidade é existente pelas mais diversas razões possíveis; todas, lamentavelmente, propiciadas pelos mais diversos aspectos de marginalização. Espoliação social, educacional, profissional, econômica. Para muitos tornou-se a atividade mais viável para obter um retorno financeiro, visto que a qualificação daqueles homens é ínfima - a maioria sequer concluiu seus estudos de educação básica.

Alguns daqueles michês têm suas famílias e encontram e possibilitam naquele lugar, os seus sustentos. Dessa forma, o dinheiro da prostituição mantém a família, ainda que a origem seja mascarada para seus membros. O contato com aquelas pessoas nos permitiu ter conhecimento das mais diversas histórias possíveis. Uma delas exprime claramente a nossa justificativa. Um daqueles garotos já havia trabalhado ali anos atrás e decidiu abandonar após casar, ter filhos – constituir família. Porém, depois de um dado tempo, sem qualificação profissional, novamente sem emprego e sem qualquer perspectiva de trabalho, retornou à prostituição para poder, assim, sustentar a família – sem, é claro, contar a verdadeira origem do dinheiro que recebe.

7.2.2 Os frequentadores

Aqui englobamos os “curiosos”, os que paqueram, que desenvolveram amizades e grupos e os que buscam apenas sexo.

Não existe um padrão definido. A grande maioria está de carro ou moto. São os homens que circulam com seus carros pelas ruas do estacionamento, deixam seus carros parados, ficam dentro do carro observando, saem e caminham e/ou se reúnem e conversam.

Outra vez é preciso apontar que devido ao fechamento oficial do lugar não encontramos mais a divisão descrita por Momesso (2008), visto o contexto e a considerável redução do número de pessoas.

7.2.2.1 Clientes

Mais uma vez, aqui, se quiséssemos traçar os perfis dos clientes como fez Perlongher, não obteríamos êxito. Também nessa categoria existe uma considerável diversidade desses homens que buscam pagar por sexo. A heterogeneidade se faz presente na idade (reconhecemos que parcela considerável de clientes é de homens mais velhos, porém outras faixas etárias fazem bastante uso do serviço), na classe social e nas preferências sexuais.

Porém no geral, podemos afirmar que quem paga por sexo o faz objetivamente. Os clientes estão lá com essa finalidade e não costumam dispersar seu foco com, por exemplo, outros frequentadores do Autorama que estejam atraindo outros homens para sexos casuais. Aqui desenha-se, por consequência, uma perceptível demarcação de territorialidades. Dentro de seus carros, os clientes abrem as janelas, diminuem a velocidade ou dedicam sua atenção exclusivamente aos garotos de programa e nas áreas em que ocupam.

Quando o Autorama vivia seus tempos de maior efervescência, tem-se diversas informações de algumas – ainda que muito raras – clientes mulheres. O que se pode dizer que era comum era a procura de casais heterossexuais que buscavam um terceiro participante para relação sexual.

7.2.2.2 Os frequentadores do parque

Por ser o mais famoso parque da cidade e concentrar um verdadeiro complexo de equipamentos urbanos, o volume de visitantes é bastante alto: estima-se que o número chegue a 14 milhões por ano. O acesso de carro é feito por diversos bolsões de estacionamento existentes dentro do parque. Um deles, como já sabemos, abriga o Autorama.

Para os frequentadores do parque existe, claro um certo estranhamento em relação às práticas ali estabelecidas. Contudo, muitos desconhecem completamente o que acontece ali. Aqui estamos tratando dos que não compõem os sujeitos do Autorama.

Os que têm conhecimento ou param em outros bolsões ou, ao estacionar, deixam seus carros próximos ao portão de acesso ao parque. Em campo este foi um dos pontos teóricos que surpreenderam consideravelmente as expectativas do projeto de pesquisa. Inicialmente pensávamos o contrário, que haveria tensão e resistências maiores entre as duas dinâmicas, o que não foi o encontrado.

Ao mesmo tempo em que há a sociabilidade dos que “caçam” e a interação michês/clientes encontramos facilmente grupos de ciclistas montando bicicletas, pessoas calçando tênis de corrida e pequenos grupos conversando, de certa forma, tranquilamente. Claro, também por respaldo de uma pequena base da Guarda Civil fixada, contudo, no portão de acesso ao parque.

8. Notas sobre identidade

Abordar o papel da identidade no ordenamento social daquele espaço requer muitos cuidados e muitas ressalvas em razão da multiplicidade de usos distintos e específicos segundo as conveniências de cada grupo social ou indivíduo que se identifica para com as práticas ou serviços disponíveis conforme seus interesses. A pluralidade dos usos de um espaço que foi concebido inicialmente para ser estacionamento de um parque torna-se interessante para nós graças à sobreposição e à coexistência de diversos territórios e territorialidades estabelecidas por meio de relações sociais intrinsecamente ligadas àquele espaço.

Por ser fruto de um elaborado processo de arranjos e rearranjos sociais no tempo e no espaço, as identidades também são passíveis de serem moldadas e rearranjadas por meio de diversas políticas, como veremos no subcapítulo seguinte.

Como desenvolver em pleno ano de 2017 uma leitura sobre identidade de uma realidade de quase dois séculos passados, quando o posicionamento sobre identidade, voltado para o que se vivia na época, era muito mais fixo e enclausurado do que atualmente? O conceito mais difundido atrela a identidade de um indivíduo à coletividade a qual ele pertence.

Sendo assim, então, a categoria território estaria condenada mediante a aparente fragilidade do que é colocado como identidade? Seguramente a resposta é: não. Muito pelo contrário. O que pode ser visto é a diversidade e multiplicidade de territórios e territorialidades possíveis oportunidade que agora temos de enxergar, em um sujeito, inúmeras identidades.

Identidade e singularidade são duas coisas completamente diferentes. A singularidade é um conceito existencial; já a identidade é um conceito de referência, de circunscrição da realidade a quadros de referência, quadros esses que podem ser imaginários. Essa referência vai desembocar tanto no que os freudianos chamam de processo de identificação, quanto nos procedimentos policiais, no sentido da identificação do indivíduo – sua carteira de identidade, sua impressão digital, etc. em outras palavras, a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável. (GUATTARI, 1986, p. 68/69)

Para Bauman (2011), nos dias atuais os indivíduos não “herdam” mais identidades de grupos sociais, mas como reflexo da atual Modernidade, passam a criar as suas próprias identidades; que ainda são recriadas inúmeras vezes durante a vida obedecendo a expectativas sociais que mudam constantemente.

Ora, vemos na multiplicidade de identificação dos frequentadores para com a configuração territorial do Autorama o mais preciso e extremo exemplar dessa análise. Sobretudo aqueles que ali se escondem em seus carros ou que se preservam suas “identidades sociais”, criando verdadeiras barreiras de significações entre a vida normal fora daquele ambiente e o que ele procura, deseja ou vive dentro daquele espaço.

Precede à identidade social (e até mesmo a identificação a um lugar ou território) a identidade por si só que apresentamos acima, que traduz o reconhecimento do sujeito por meio de significações e de entendimentos dos indivíduos em relação a si mesmo, a outras pessoas, às relações que estabelece, aos lugares. Entre os especialistas do assunto há uma considerável parcela que reconhece na sexualidade um fator de grande consideração na conformação identitária e na formação dos sujeitos:

Como fórmula geral, Foucault assinala que a história do Ocidente moderno constitui-se na produção de sujeitos referidos a um conjunto de relações sociais cuja significação emana da emissão de um discurso da verdade sobre si mesmos, verdade essa que se encontra inapelavelmente no sexo. A metamorfose operada constitui-se na passagem da assim chamada simbólica do sangue para a analítica da sexualidade. A proposição insiste que a localização dos sujeitos num mapa social é realizada na modernidade através de uma explicitação desejante das pessoas, ou seja: a escolha de determinadas práticas sexuais revelaria a natureza dos indivíduos, situando-os frente aos outros. (HEILBORN, 1996, p. 138)

É justamente essa significação pessoal acerca da própria sexualidade que permite a conformação de territórios que dispõem as práticas aqui estudadas. Primeiro, a “verdade sobre si mesmo” é o choque entre os desejos e impulsos próprios do indivíduo e as imposições dos valores da sociedade. Esse embate gera nele, muitas vezes, questionamentos, dúvidas autodepreciativas que o levam a se reprimir com fins de se adequar ao que é apontado pelas instituições familiares, religiosas e por vezes sociais. Segundo, sendo o sujeito construído pela ótica da sexualidade, por

consequente, sua conformação pessoal será igualmente estabelecida através da efetivação de seus reais anseios.

Pois podemos compreender, naquele espaço do Autorama, mais uma vez, a verdadeira expressão da “natureza” daqueles sujeitos. Livres de julgamentos, imposições e pudor, ao travar vínculo com os demais frequentadores e estar ali por querer, à procura pela pura vontade, pode-se inferir que as pessoas se realizam por uma relativa destituição da repressão sexual.

O artigo de Maria Luiza Heilborn levanta, muito apropriadamente, o debate sobre o não reconhecimento íntimo da homossexualidade, por exemplo, como determinante para todas as construções identitárias dos sujeitos. Segundo declarações que levaram a seu estudo de caso,

O sexo do parceiro não seria relevante para o entendimento da relação, que a escolha sexual do presente (ou do passado) não significa se reconhecer como essencialmente homossexual uma vez que os caminhos do desejo são obscuros e inescrutáveis são os seus desígnios – e, ainda, que privilegiar a dimensão erótica de sua apresentação no mundo é empobrecedor. (HEILBORN, 1996, p. 141)

Eis aqui situação muito parecida com a que encontramos no nosso objeto de estudo. Trazendo essa fundamentação para a nossa realidade nos deparamos reiteradamente com justificativas bastante próximas desse pensamento do trecho acima. A opção por não assumir as preferências sexuais é costumeiramente alegada por serem assuntos tão íntimos que diriam respeito apenas a eles mesmos e aquele local, ainda que público, traria uma possibilidade de realização dessas relações e, como estamos vendo, na maioria das vezes restritas àquele lugar.

Encontramos casos que exprimem de forma clara o que aqui consideramos. Em campo foram recorrentes as diversas formas de identificação social naquele espaço. Há homens que ali se apresentam com nomes diferentes dos reais, unicamente usados naqueles encontros e reuniões de sociabilidade. Além disso, mais informal ainda, existe o uso de apelidos específicos para frequentadores mais assíduos que variam desde relacionados à marca e modelo do automóvel que possui até por portes e traços físicos.

É por isso que aqui partiremos do que pensam Bonnemaïson e Cambrèzy (1996) ao afirmarem que o território “não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas

ao ser". Isso só é possível pelo preceito da relevância da identidade a que os autores creditam tamanha importância. Lidar, trabalhar e tratar com questões acerca de território deixaram, já há algum tempo, de exporem unicamente sobre dominação e controle. Faz muito mais sentido fundamentarmos sobre os aspectos simbólicos causados a partir, não apenas de processos de apropriação do espaço (aqui sob influência clara de Lefebvre), mas principalmente para nos permitir vislumbrar processos de multiplicidade tanto territoriais como também de identidades (HAESBAERT, 2007, p. 23,24).

É com base nisso que neste trabalho optamos por trabalhar não apenas com um, mas com dois conceitos muito importantes que se entrecruzam: o território e a territorialidade.

A noção de territorialidade é muito mais eficaz para desenvolver formulações de relações sociais que se dão em um espaço que não é estável, que não se limite àquela função pela qual fora desenvolvido. O nosso objeto de estudo, o Autorama, é, como já vimos, formalmente uma área criada para estacionamento de um parque. Contudo, fatores subjetivos fizeram com que aquele espaço fosse permeado por inúmeras territorialidades decorrentes de apropriações espaciais diferentes segundo relações sociais próprias repletas de valores simbólicos. A apropriação tomada pelo que Haesbaert (2007) chama de Princípio da multiplicidade, base para a multiterritorialidade, deu-se conforme grupos enxergavam naquele espaço um lugar de possibilidade de efetivação para seus interesses e o desenvolvimento possível pela identificação não só para com o lugar, mas também com todas as dinâmicas realizadas ali.

Separando a territorialidade do conceito de território, reconhecendo que não se trata de nomenclatura diferente, mas de conteúdo e embasamento teórico distinto, enxergamos no Autorama não só a sobreposição de territorialidades, mas também a sincrônica ocorrência de atividades (Figura 1). Há momentos em que realmente vemos aquele espaço sendo utilizado como estacionamento ao mesmo tempo em que homens se prostituem e se oferecem, outros buscam sexo e outros andam de bicicleta.

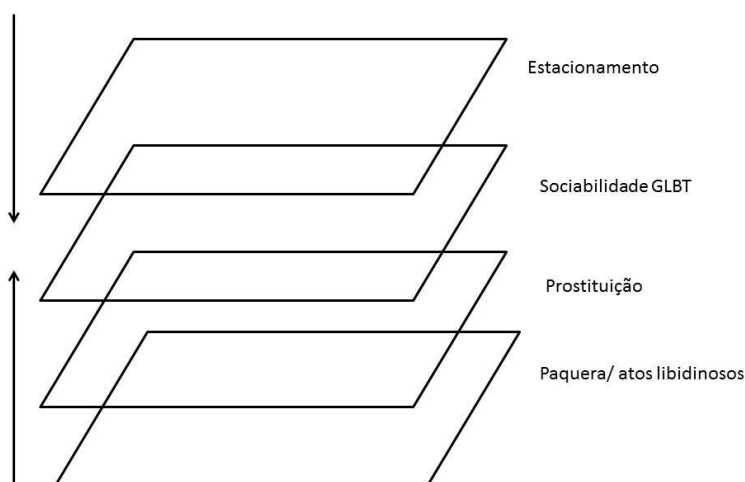


Figura 1 – Modelo exemplificativo da sobreposição dos usos do espaço público que configuram o Autorama. Fonte: elaboração do autor, 2016.

Nota-se que apontamos a sobreposição de **usos** do espaço público e não a sobreposição de relações naquele espaço. Isso é de fundamental importância na medida em que tomamos como referência as relações sociais estabelecidas e não preceitos cartesianos que permitiriam uma leitura racionalista em que o corpo físico seria apartado do metafísico. Não é à toa que cada funcionalidade é estabelecida ao mesmo tempo em que as outras são realizadas. Os usos alternativos, por mais que pelo aspecto afugentador de suas atividades reprima de alguma forma, não há cerceamento algum que promova o impedimento de livre circulação.

Faz-se necessário sempre frisar a dimensão simbólica da territorialidade, que como já vimos, possui um caráter estratégico em vista da organização espacial que é estabelecida por meio dela, intimamente relacionada ao controle e especialmente ao poder, que é a chave para o entendimento da relevância das atuações dos sentimentos de pertencimento para com os lugares e as implicações que são ordenadas pelas relações sociais derivadas dessas relações.

Como vimos, desde a concepção mais clássica de território para a Geografia, (e, por conseguinte, para as demais áreas de pesquisa que se debruçam sobre o tema) cunhada por Ratzel, a noção de identidade passou a estar muito referente à do território principalmente porque para ele, o território seria um espaço concreto determinado pelo solo apropriado por um grupo e formador de sua identidade cultural.

Eis aqui a nossa preferência pela noção de territorialidade. Segundo Sack, a territorialidade é a primeira expressão do poder. Além disso, existe nesse conceito a viabilidade de elementos subjetivos como comportamento, identificação, reconhecimento; que proporcionam a esse assentamento sobre determinada área um caráter muito mais maleável e flexível do que outras categorias.

Dessa forma, o conceito de territorialidade nos é mais favorável a partir do momento em que esse autor nem chega a mencionar a categoria identidade como suporte constitutivo de seu conceito.

A territorialidade está intimamente relacionada à forma como as pessoas usam o espaço, a como eles se organizam no espaço e como eles dão sentido àquele lugar. É evidente que essas relações mudam, e os melhores meios de estudá-las é revelar o seu caráter mutável ao longo do tempo. (SACK, 1986, p. 2)¹⁴

A importância de tal conceito está nas palavras acima transcritas. Levando-se em consideração que a territorialidade está relacionada à maneira como as pessoas usam, transformam e se apropriam do espaço e, reconhecendo que essas relações não são permanentes (no tempo e no espaço), tal conceito acaba por ser muito mais abrangente, pois permite leituras muito mais fidedignas do que outros conceitos que são colocados como mais inflexíveis.

Outro ponto muito importante que essa transcrição traz é a indicação que o autor conduz para o “caráter mutável ao longo do tempo”. Como tratamos aqui neste trabalho, a ocupação do tal estacionamento do Parque do Ibirapuera, desde a sua origem no início da década de 1980, foi absolutamente inconstante. Essa “mutabilidade” tem sim a ver com o embate entre forças de poder. Relembremos os exemplos do incômodo da vizinhança e de alguns frequentadores, ou da negativa por parte da Prefeitura que foi determinante para o enfraquecimento de todas as atividades ali realizadas.

Além dessa mudança constante ao longo de sua história, há outros pontos importantes para que as relações estabelecidas no Autorama não apresentem construções identitárias sólidas. Observamos que, para além de formações territoriais,

¹⁴ Tradução livre de: “Territoriality is intimately related to how people use the land, how they organize themselves in space, and how they give meaning to place. Clearly these relationships change, and the best means of studying them is to reveal their changing character over time. “

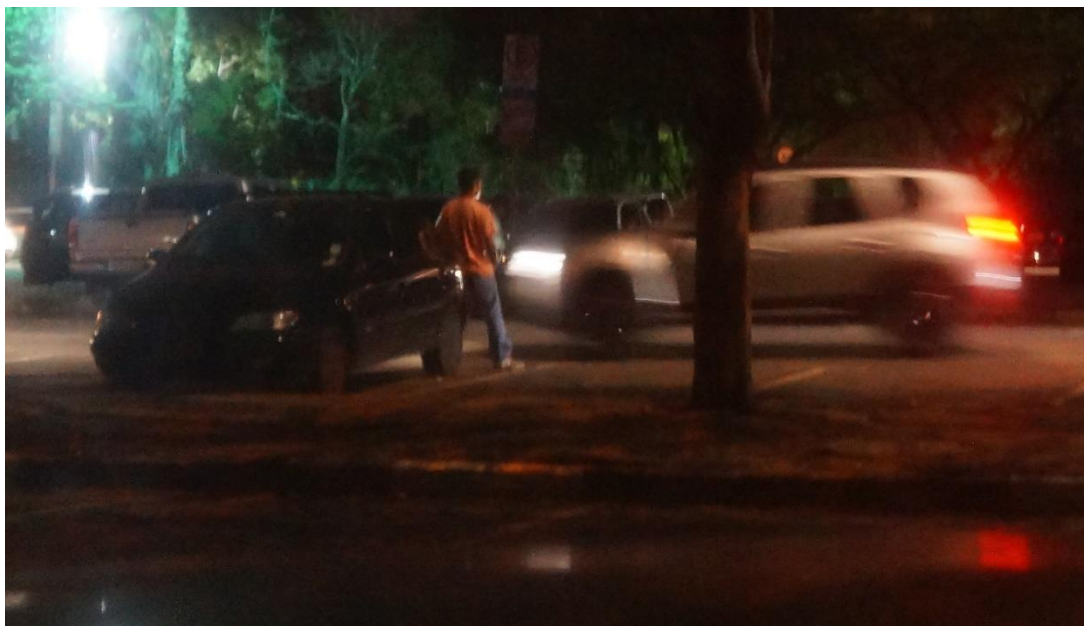
existe a profusão de incontáveis territorialidades e de identidades que não buscam ser estabelecidas. Lembremos o caso dos clientes e dos interessados em sexo, que circulam dentro de seus carros e necessitam preservar as suas (“reais”) identidades; ou os homens que descem de seus carros e se sentem à vontade pela certeza de que naquele local não haverá reconhecimento de sua identidade por considerar “seguro” às pessoas de seu meio; sem contar os michês, asseguram, naquele espaço, condutas reafirmativas próprias e que se comportam de maneiras que demonstrem seus poderes em relação àquele lugar e ainda reafirmam uma identidade alheia a que eles mantêm fora dali, também por terem a certeza de que não serão reconhecidos pelos seus “conhecidos” de seu meio de origem (família, amigos, vizinhos etc.).

Toda essa dinâmica que engloba as relações as relações de poder possuem as suas maneiras de demonstração do referido poder. A reafirmação de cada grupo ou indivíduo de é posta a partir da manifestação corporal através do espaço e, com isso, os arranjos internos das territorialidades são efeitos de uma série de artifícios simbólicos através de, entre outras maneiras de afirmação, gestualidades e códigos, que intensificam o reconhecimento de uma apropriação espacial ou territorial.

9. Gestos e Códigos

A partir da leitura de Goffman em “Regiões e comportamento regional” (1975) podemos apreender que, grosso modo, os indivíduos tendem a se comportar de acordo com preceitos morais, normas e padrões condizentes com determinada situação correlata ao que ele chama de “região”. Segundo o autor, uma mesma “região” apresenta inúmeras divisões cujos indivíduos constituem diversos subgrupos, onde em cada agrupamento existe uma certa convergência de gestualidades, tipos de falas, expressões, enfim, códigos que permitem o reconhecimento de intenções a serem correspondidas.

Dentro daquele espaço peculiar do Autorama, onde se tem uma noção de permissibilidades, os códigos e gestos são também um fator de apoderamento dos territórios ali estabelecidos. A figura do cliente atualmente está majoritariamente restrita a um veículo, que dificilmente é objetivo e direto. Antes da conversa inicial com o michê o cliente dá algumas voltas, em sua maioria com as janelas fechadas, depois diminui a velocidade e, aos poucos, cede às investidas de um garoto de programa a quem tenha tido um primeiro interesse. A conversa inicial, o papo e a negociação se dão no meio da via, apenas com a janela entreaberta. Do outro lado, os garotos de programa se utilizam de todas as formas possíveis para chamar a atenção dos possíveis clientes, utilizando-se sempre da gestualidade como fator atrativo. Há desde os que, mais discretamente, se apoiam em carros estacionados ou que andam de um lado para o outro sem chamar muita atenção até aqueles mais diretos que passam a mão pelo próprio corpo, se colocam na frente dos carros e chamam em voz alta para atraírem a atenção para si.



Fotografia 3 – Garoto de programa encostado em carro estacionado atraindo clientes Fonte: do ator, 2016.

Toda essa expansiva e marcante expressão da dominação territorial da prostituição contrasta vigorosamente com os outros frequentadores do próprio Autorama. A marca da gestualidade é a manifestação mais nítida da divisão territorial ali existente. Mais do que isso. Os gestos representam uma comunicação não verbal destinada ao reconhecimento do *outro* para com algo em comum com o *eu*. Dessa forma, como pontua Lefebvre (2006, p. 29), uma sociedade é toda talhada em reproduções e significações dos próprios gestos que geram não apenas o reconhecimento, como já dito; mas principalmente a estipulação de pertencimento. Assim, “pertencer a tal sociedade é reconhecer e utilizar os códigos (...)” (LEFEBVRE, 2006, p. 29) de tal maneira que a comunicação se estabeleça e haja aceitação das duas partes.

Isso é perceptível em todos os perfis dos frequentadores. Os michês, por exemplo, se comportam de maneira consideravelmente desmedida se em comparação com outros perfis. Seu comportamento é direto, incisivo e declarado. Não é incomum presenciar alguns deles com as calças abaixadas e com seus órgãos genitais à mostra. É dessa maneira que tal indivíduo vai chamar atenção e ainda “apresentar” seus atributos.

Há, ainda o contraponto a esse padrão. Existem alguns frequentadores que, quando saem de seus carros e caminham pelo local, circulam embaraçados, sem jeito;

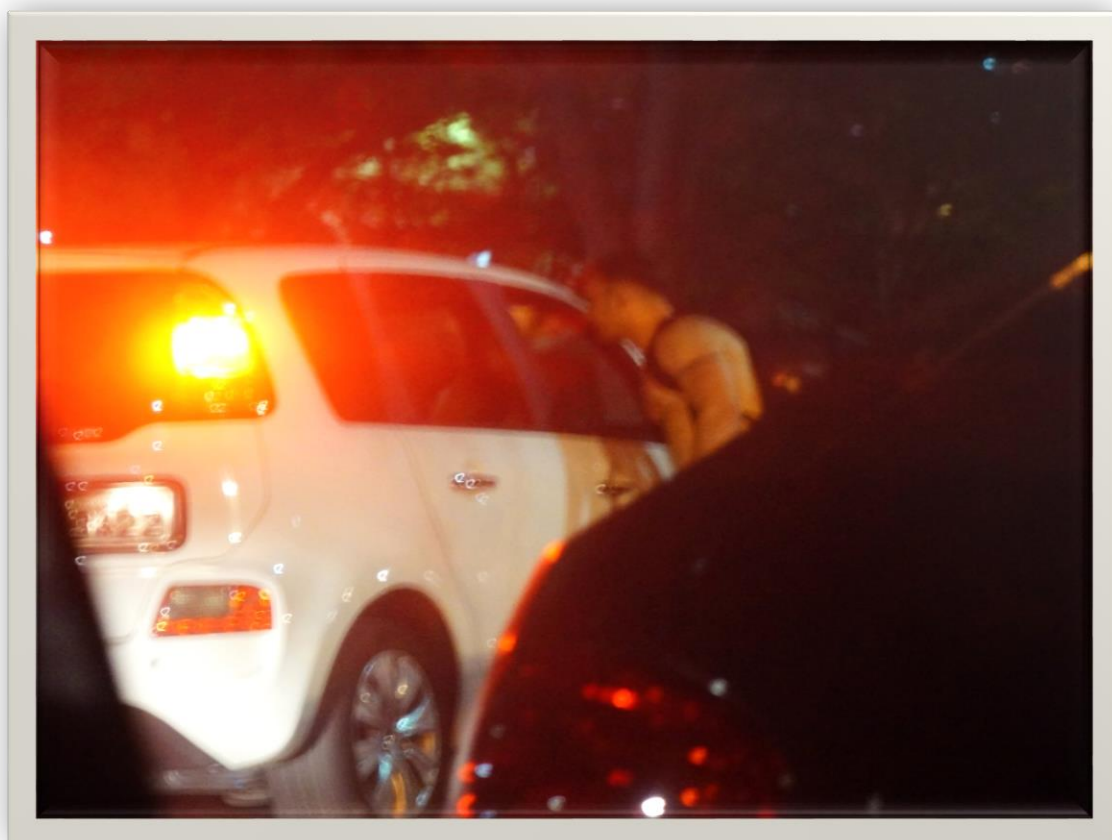
outros esboçam um pequeno sorriso como forma de reverência e possível abertura para uma conversa.

Ora, neste trabalho estamos lidando com um objeto de estudo em que as relações firmadas ali são substancialmente avessas às da sociedade “extra grades” da cidade afora. Quem ali frequenta busca reconhecer (ou apenas observar) justamente gestualidades absurdamente distintas daquelas acordadas de uma sociedade pautada na restrição, no ordenamento. O que se põe aqui não tem nada a ver com o apartamento das regras e das normas “do resto da sociedade”, não se trata disso. Muito menos queremos sugerir que seja um lugar sem regras e de quebra total com os fundamentos modernos ou de que seja um espaço “sem leis”, onde tudo pode acontecer.

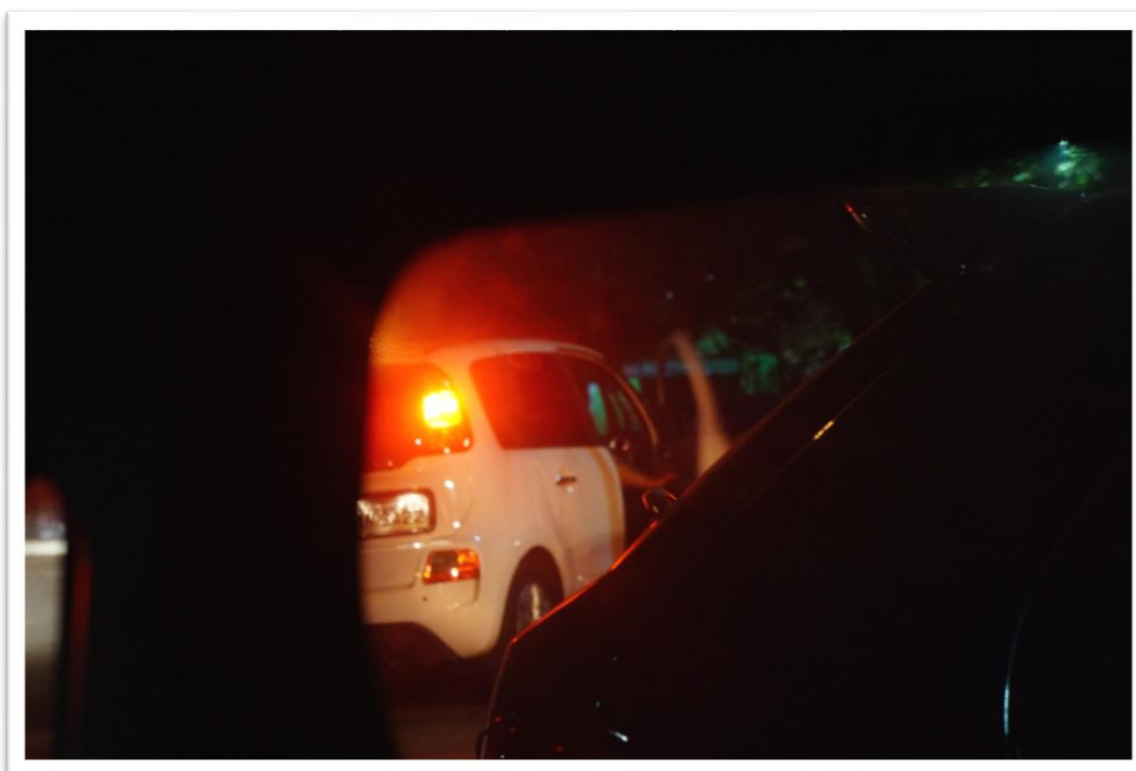
Trata-se, sobretudo, de movimentos, gestos e códigos específicos de uma realidade distinta do “comum”. São outras formas de expressão que dão suporte a já referida relativa permissividade, não apenas das práticas sexuais, mas principalmente da liberalização e afrouxamento de certos aspectos vinculados à sexualidade; respeitando-se e mantendo-se, obviamente, as noções de individualização do corpo, das leis, etc.

É dessa forma que o encadeamento e a repetição sucessiva dos códigos em um determinado lugar podem vir a estabelecer a disposição de territorialidades e territórios, quando associados a elementos como identidade e o poder. O fato de, através de a gestualidade, gerar noção de pertencimento já é uma evidente amostra da importância de *questões* como identidade ou da identificação.

Afinal, para se desenrolarem as primeiras conversas e trocas verbais da negociação existe o prévio reconhecimento desses códigos que expressam por si só os reais interesses de cada indivíduo.



Fotografia 4 – Depois do reconhecimento de códigos de ambas as partes, o cliente para o carro e inicia conversa com o michê, negociando interesses, valores e preferências. Fonte: do autor, 2016.



Fotografia 5 – Depois da efetivação do acerto o michê entra no carro do cliente Fonte: do autor, 2016.

10. Fragmentação social e desmembramento simbólico

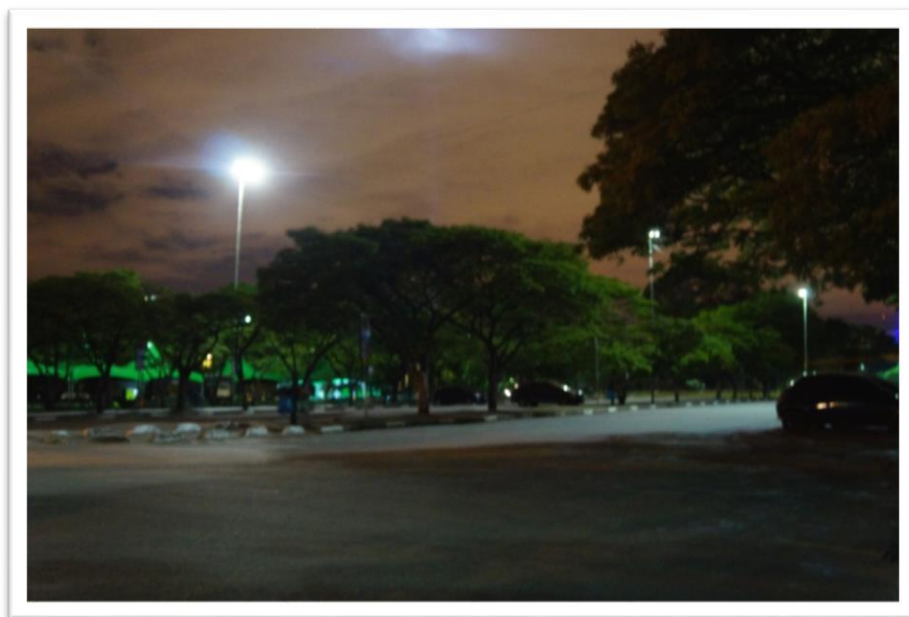
Como já muito explorado neste trabalho, a opção da Prefeitura de São Paulo pelo “fechamento” do Autorama não levou ao desaparecimento de todas as práticas ali realizadas. O que houve foi um completo rearranjo e desmembramento simbólico do que aquilo representava. O banimento gerou efeitos mais contundentes na comunidade LGBT e não naquilo que chamaríamos de atividades “extraordinárias” às aceitas na vida social (atos libidinosos, sexuais, prostituição, consumo/tráfico de drogas).

O indivíduo avalia suas próprias condutas, bem como as de seus companheiros, em termos de aprovação ou desaprovação (sanções positivas ou negativas) sociais. Isto a que frequentemente se chama consciência é, em grande medida, o reflexo nos indivíduos das sanções da sociedade, quaisquer que sejam as formas por que se manifestam: sobrenaturais, de opinião pública, organizadas, difusas, afetando os interesses particulares dos indivíduos, mediatas, imediatas (como nos tabus), legais – ou até mesmo sob a forma de desculpa, que é um modo muitas vezes socialmente aceitável de se reduzir a culpa. (RODRIGUES, 1975, p. 36)

A mobilização da vizinhança do parque contra a realização do Autorama e suas diversidades de uso denota justamente esse caráter conflitante de diferentes realidades, justamente pautada na reprodução da manutenção dos valores morais preexistentes que transformam as condutas dos outros em tabus.

A sensação e o sentimento de insegurança atualmente imperam naqueles que ali frequentam. A prostituição, as práticas libidinosas, os roubos e até casos de assassinatos ainda persistem, porém não mais estão sujeitos ao “comprometimento” direto do governo, como antes. Depois de impedir o acesso após às 22 horas e, consequentemente, a inviabilidade de quaisquer apropriações, qualquer ação, prática ou delito ocorrido internamente é visto como uma “dispensa” de culpabilidade por parte do poder público. É dessa forma, aliás, que foi tratado o assassinato de um jovem no local, no ano de 2014¹⁵.

¹⁵ <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,jovem-e-morto-a-facadas-proximo-ao-parque-ibirapuera,1593740>



Fotografia 6 - Estacionamento/Autorama após o impedimento do acesso, às 22 horas.

A alcunha de estigma e despreço que aquele Autorama de anos atrás sempre sofreu, porém com vivacidade, expressão e energia hoje, finalmente, se encontra obscurecido, lúgubre e realmente assombroso.

O que antes se via essencialmente como um espaço de sociabilidade permeado pelas questões sexuais, atualmente restringe-se cada vez mais à prática da prostituição.

Cabe a reflexão. Em nome da segurança e da manutenção de uma “não perturbação”, a Prefeitura decretou o fechamento de um espaço que, antes de tudo, sempre se caracterizou como uma histórica área de convivência da comunidade LGBT, independentemente de todas as práticas libidinosas experimentadas ali que, aliás, não produziam conflitos nenhum de pudor entre os frequentadores.

Com um outro cenário, atualmente, a prostituição e os interesses sexuais ainda existem ali, ainda que de modo incomparável ao de anos atrás. Contudo, aquela sociabilidade GLBT foi muito mais reduzida, para não dizer aniquilada. Portanto, o que vemos, afinal? O ambiente em si é frio, hostil, escuro, vazio e passa uma sensação de enorme insegurança. A vida, a ocupação do espaço urbano, as interações sociais foram suprimidas. Porém, como frisamos, não se trata de qualquer interação social, mas sim a LGBT.

Nos meses subsequentes ao fechamento oficial do Autorama pela Prefeitura houve ainda por parte dos frequentadores a tentativa de reprodução das mesmas dinâmicas na via de entrada ao portão 3. Contudo o espaço limitado e a ocorrência frequente de assaltos não permitiram o prolongamento da reprodução da ocupação naquele local.

Mesmo que ainda haja um vislumbamento e o desejo de reabertura por antigos frequentadores e militantes, atualmente, estabeleceu-se um cenário um tanto quanto improvável de aquele espaço voltar a ser o que era ou ao menos semelhante do que já foi. Isso está diretamente relacionado ao processo degradador pelo qual - nos comprometemos aqui a evidenciar - tal lugar e territorialidades foram progressivamente incitados, aí sim, pelo poder público e pela disputa de poder com outros grupos a se desagregar e perder seu caráter e identitário. Por se tratar de uma apropriação voluntária e espontânea de um espaço público, a deterioração e cada vez maior estigmatização daquele lugar destruíram vínculos, relações e as diversas identificações para com aquele antigo lugar. Os antigos frequentadores não mais se reconhecem ou se sentem acolhidos por aquele espaço justamente porque ele foi destituído de todas as suas relações e elementos que constituíam as identificações e, por consequência, a constituição de territórios e territorialidades.

Passados 4 anos desde o decisivo fechamento e pelo menos 8 anos de contrariedade e obstáculos impostos pela Prefeitura e vizinhança, configurou-se um claro desmembramento simbólico daquele espaço. Ano após ano, entrave após entrave desconfiguraram os arranjos que ali eram estabelecidos. Paralelamente a essa decadência, outros lugares, outras realidades e ferramentas abarcaram parte das carências que eram perdidas ali. Para as práticas sexuais, difundiram-se diversos aplicativos destinados a essa finalidade; ou foram alastradas para inúmeras outras localidades do Parque ou da cidade (vide estacionamento da TV Cultura).

Não podemos deixar de concluir algo de extrema importância. Em capítulos anteriores foi apresentado um breve histórico e referência às operações ocorridas durante o regime militar no centro de São Paulo que repreendeu e dispersou as concentrações populacionais de homossexuais e prostituição com base no discurso de coibir práticas não condizentes com as morais e, principalmente, a violência e o alegado alto índice de roubos e periculosidade. A vizinhança teve papel considerável

na reprovação daquelas dinâmicas ali estabelecidas e contribuiu para a subjugação e efetivação de tais operações. Ora, mais uma vez, compreendemos o mesmo processo em épocas (e contextos aparentemente) diferentes; da mesma forma que nos anos 1970, o que se realizou no Autorama foi uma convergência de discursos moralistas, reprovação e papel fundamental de ações da vizinhança e justificativas amparadas na segurança, violência e periculosidade. O resultado efetivo, nos dois casos, originou a dispersão de tais práticas e, especialmente a fragmentação e abafamento das sociabilidades e convivências centradas nas populações LGBTs.

Enfim, a cada dia que passa a possível retomada desse lugar se torna cada vez mais difícil. Em razão de seu caráter de apropriação, a ruptura do vínculo para com o Autorama destitui seus antigos frequentadores das relações e do reconhecimento em razão desse próprio desmembramento simbólico do lugar e em especial dessas relações, do convívio e da convivência.

11. As esferas Pública e Privada

O processo de polarização das esferas pública e privada é, de sua forma, um tanto quanto complexo. Não se trata de supor que são esferas dadas e genuínas; pelo contrário, são pressupostos concebidos a partir do assentamento de determinadas peculiaridades conforme cada sociedade e cada momento histórico.

Neste capítulo apresentaremos um panorama que nos possibilite entender os porquês da agora compreensível principal tensão deste trabalho: conflitos gerados por uma não aceitação do que é convencional no que tange as esferas público e privada.

Em se tratando do que se convencionou como a civilização Ocidental, o derradeiro prelúdio da considerável diferenciação das esferas sociais se deu graças ao desenvolvimento da política, elemento fundamental para o alicerçamento das polis e a posterior formação do Estado. Com o surgimento da cidade-estado, o homem passou a conceber uma espécie de segunda vida, para além de sua vida privada. Segundo Arendt, “precedera a fundação da polis a destruição de todas as unidades organizadas à base do parentesco, tais como a *phratría* e a *phyle*” (ARENDT, 1981, p. 33). Assim, as pessoas passam a pertencer a duas ordens de existência postas nas esferas do “próprio” e do “comum”:

[Na experiência da polis] A ênfase passou da ação para o discurso, e para o discurso como meio de persuasão não como forma especificamente humana de responder, replicar e enfrentar o que acontece ou o que é feito. O ser político, o viver numa polis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência. Para os gregos, forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da polis, característicos do lar e da vida em família, na qual o chefe da casa imperava com os poderes incontestes e despóticos [...]. (ARENDT, 1981, P. 36)

Nesse estágio de disjunção de esferas, a polis representava a liberdade ao molde privado/familiar que, segundo argumentos da autora, exprimia um caráter despótico, autoritário e rígido:

A polis diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer “iguais”, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. Não significava domínio, como também não significava submissão. Assim, dentro da esfera da família, a liberdade não existia, pois o chefe da família, seu dominante, só era

considerado livre na medida em que tinha a faculdade de deixar o lar e ingressar na esfera política, onde todos eram iguais. (ARENDT, 1981, p. 42)

De modo bastante sintético, aquele momento histórico tipificou a transição do protagonismo da espera particular-familiar para o alargamento da esfera pública nas mais variáveis dimensões possíveis. Não é por acaso que é nesse período que há a inversão de valores morais, que se configuram a democracia e as formas de governo, ou, principalmente para o nosso interesse, modificam-se as concepções e entendimentos sobre o espaço público e a relação desse com o âmbito privado.

Cabe, agora, um breve momento de reflexão. De que modo mais frutuoso poderíamos, aqui, tratar da relação propriamente dialética das esferas público/privado na dinâmica do que entendemos como o Autorama?

Como vimos durante este trabalho, os indivíduos constituintes daquele espaço são carregados de uma multiplicidade de interesses, finalidades e, claro, particularidades. Os casos apontados pelas singularidades pessoais, cliente, frequentadores e michês casados, a necessidade de um sigilo e discrição, a busca por um espaço de reconhecimento e tantos outros traços caracterizadores são sinais de uma tensão entre essas esferas do público e do privado.

Esses pequenos casos são intrigantes quando nos damos conta que em nome da família, dos núcleos propriamente privados todos esses sujeitos se fazem valer de instrumentos convencionalmente colocados como o oposto da mesma para, justamente, mantê-la (como foi ouvido de alguns frequentadores que estar ali, frequentar ou exercer determinadas práticas ali possíveis, ajudaria a manter e “sustentar” seus casamentos, sua vida “particular” etc.).

Aproveitando esse assunto, ainda podemos aqui ressaltar o aspecto da intimidade dentro do âmbito da esfera privada. Não estenderemos muito aqui visto que já passamos por essa questão em outros pontos do trabalho. Mesmo assim, fazendo parte da esfera privada, a intimidade configura condutas e expectativas da sociedade, sendo ponto de mais um entre tantos conflitos pessoais dos indivíduos. Trazendo novamente para o nosso objeto de estudo, o autorama é, também, um interessante caso de apropriação do espaço público para fins de um dos maiores símbolos da intimidade: as relações sexuais.

A tese central de Richard Sennet é, resumidamente, sobre a crescente descrença em relação à vida pública e uma consequente ruína do espaço público em todos os seus sentidos – desde à concepção urbanística apática até o próprio esvaziamento da vida pública e sua perda de sentido. Esperamos, aqui, que o debatido nos últimos parágrafos tenha, de sua maneira, sido compreensível para essa conclusão.

É, no mínimo curioso, pensar, mais uma vez, que quanto ao Autorama, o que foi verdadeiramente sufocado foi seu aspecto de sociabilidade – do contrário, a prostituição e os atos libidinosos ainda persistem, proporcionalmente muito mais significativamente do que a sociabilidade, se comparada a anos passados. Retomando, porém munidos de outras referências, ao pensamento sobre a resistência trabalhado em capítulos antecedentes, realmente corrobora para o entendimento de que a opressão à anterior forma de apropriação daquele espaço também está muito associada à ocupação e sociabilidade desenvolvidas ali.

Vejamos como o próprio processo de fechamento do Autorama reflete tudo isso que estamos apontando. À primeira vista poderíamos pensar que se tratava de mais uma ordem do governo. Porém lembremos que houve um movimento que motivou e pleiteou a causa: a abastada vizinhança e os frequentadores; amparados em discursos moralistas que, muitas vezes, tinham como a preservação da família, argumento base para dissolver tais reuniões.

Insisto na discrepância da aceitação e não aceitação da concepção de espaço.

Quinta ou sexta feira, por volta das 21:30. O estande de aluguel de bicicletas já está fechado há um bom tempo; a iluminação deste bolsão de estacionamento está bem inconstante. No meio, as luzes estão apagadas, clareando apenas mais próximo das grades. No centro do breu estão meia dúzia de garotos de programa, ora em grupo, ora dispersos em busca de clientes. Já são poucos os carros estacionados ali e o movimento dos frequentadores do parque já diminuiu bastante. Mais próximo às grades há uma quantidade um pouco maior de carros – bem pouco. Sob a calçada cheia de pedregulhos alguns homens circulam sozinhos e um trio de homens de meia idade conversa com certo entusiasmo.

Já em uma sexta feira do ano de 2010 ou 2011, por exemplo, a situação era bastante diferente. No mesmo lugar a iluminação dos postes estava em sua plenitude. Seria impossível, com uma rápida observação, contar quantas pessoas se encontravam ali. Homens, mulheres, jovens, adultos, senhores, garotos de programa, travestis dividiam não apenas o mesmo espaço, mas interagiam entre si. Uma base móvel da Guarda Civil Metropolitana ficava na última baía e duas ou três vezes viaturas da polícia Militar rondavam o local. Alguns carros, informalmente, vendiam variados tipos de bebidas. Outros preparavam lanches, hambúrguer, cachorro quente, pizza. Cada rua concentrava grupos específicos, mas que se relacionavam. Dos carros parados, alguns tocavam música eletrônica, outros axé, pop, sertanejo, funk... e as pessoas dançavam, confraternizavam. Literalmente o trânsito parava devido a incalculável quantidade de automóveis – não era raro uma batida ou outra. Misturavam-se todos.

Não neguemos as parcelas negativas, de modo algum. Entretanto, seria a aniquilação de um espaço vivo a solução real para seus transtornos?!

Quando finalmente foi possível a existência de um espaço com *sentido*, nas primeiras oportunidades, o maior representante do âmbito público – o governo – minou quaisquer possíveis oportunidades de convivência e verdadeiramente sociabilidade no exato sentido expresso em parágrafos anteriores.

A partir de Sennet (2001), constata-se um relativo e gradativo movimento contrário ao apresentado por Arendt na Antiguidade Clássica. O próprio autor enfatiza pequenas convenções e expectativas no comportamento nos ambientes públicos, esperando-se uma reprodução da sobriedade das esferas privadas: convém-se o silêncio, espera-se a moderação de palavras, expressões, práticas. Tal comedimento visa suprimir ou constranger qualquer dinâmica ou ação natural ou involuntário.

Dessa forma, os usos e ocupações do espaço público que vislumbrem a convivência, a expressividade e a vivacidade tendem a ser, cada vez mais, objetos de reprovação. Ora, no presente momento, a cidade de São Paulo experimenta nitidamente tal processo. Eventos como a Virada Cultural têm sido alvo de diversas críticas (e mais recentemente com o aval e intuito do atual prefeito) e já estão sofrendo mudanças significativas na sua realização, com o objetivo de diminuir a permanência e concentração de “multidões” nos espaços públicos. O Grupo Esparrama, que faz

apresentações da janela de um apartamento para o público no Minhocão, aos finais de semana, enfrentam cerceamentos constantes de suas atividades, pois são alegados motivos de incômodo e aglomeração no tal espaço público. Poderiam ser citados intermináveis exemplos de coações a apropriações de espaços públicos e a uma vida propriamente social.

Muito apropriadamente Momesso (2008) destaca que para além aversão à presença de homossexuais e das questões propriamente morais, um fator consideravelmente relevante sobre a tensão entre a vizinhança e o Autorama se encontra na repulsa da proximidade de um local público que concentre aglomeração de pessoas. É a típica ojeriza e negação a manifestações e apropriações de ambientes e espaços públicos.

Finalmente, nós pudemos depreender que esses choques e embates travados por disputas espaço-territoriais são construídos basicamente porque existe, nessa tensão, um confronto de significações absolutamente discrepantes acerca das noções (e o que elas também representam) de público e privado. Dos conservadores espera-se uma postura disciplinada e regrada no âmbito suposto público. Vislumbra-se, essa esfera, como uma extensão do privado, que é o que representa a ordem, a disciplina, a compostura. Da outra parte entende-se o âmbito público, o espaço público como possibilidades; possibilidade de troca, de comunhão, de liberdade, de emancipação das repressões originadas nas ordenações dos âmbitos privados. Portanto, um lugar como o Autorama é um sintoma de todos esses embates e conflitos.

A diferença entre o passado romano e o presente moderno reside na alternativa, no significado da privacidade. O romano privadamente buscava um outro princípio para contrapor ao público, um princípio baseado na transcendência religiosa do mundo. Privadamente buscamos não tanto um princípio, mas uma reflexão, a saber, o que são nossas psiques, ou o que é autêntico em nossos sentimentos. *Temos tentado tornar o fato de estarmos em privacidade, a sós ou com a família e amigos íntimos, em fim em si mesmo.* (SENNET, 2001, p. 16, grifo nosso).

Ora, a partir dessa última frase de Sennet compreendemos um dos cernes mais evidentes do Autorama. A apropriação e o estabelecimento de relações sociais e vínculos dos frequentadores que expusemos durante toda essa pesquisa retratam

uma externalização de convívios propriamente convencionados no âmbito privado em pleno local público.

O entendimento para uma grande parte daqueles frequentadores era a reunião, a convivência e a sociabilidade. Ironicamente, as únicas condutas expropriadas e expulsas do local. Eis que, dessa forma, pode ser feita uma análise baseada, também, nessa dicotomização dessas esferas.

Serpa (2013), ao tratar dos espaços públicos, ressalta que muitas vezes eles se transformam em justaposições de espaços privados que, embora não partilhados, são divididos entre diferentes grupos e agentes; e a transitabilidade para e entre esses espaços é controlada simbolicamente:

Os usuários contribuem assim para a amplificação da esfera privada no espaço público, fazendo emergir uma sorte de estranhamento mútuo de territórios privados, expostos, no entanto, a uma visibilidade completa – e, muitas vezes, “espetacular”. Na cidade contemporânea, toda cultura da exposição pública é também uma cultura do desengajamento, pois o espaço público “neutraliza-se” a partir de seu interior, por meio da percepção simultânea e constante das diferenças (JOSEPH, 1998). Nesses processos, as diferenças traduzem-se em táticas “exclusivistas” de territorialização e segregação. (SERPA, 2013, p. 69)

Aqui, o autor aponta para a formação de uma espécie de fronteira simbólica que “delimita” o reconhecimento dos indivíduos em relação a outros agrupamentos ou sujeitos segundo as práticas e atividades tipicamente reprodutoras de conformações das esferas privadas. Sendo assim, só “adentra” tal territorialidade quem se identifica ou reconhece com tal apropriação ou representação.

Agora, pensando na considerável quantidade de homens casados que circula pelo Autorama, de que maneira opera, internamente, a percepção de cada indivíduo sobre estar ali? E como isso conflitua no seu discernimento entre o público e os, por que não, privados (no plural mesmo)?

Quando indicamos a relativa “confiança” de homens casados, ainda que resguardados em seus carros insulfilmados, perante aquele lugar, agora somos capazes de afirmar que se trata por compreenderem que ali só circulam e estão presentes outros que se encontram nas mesmas – ou análogas – condições que eles

próprios. Só transitariam no interior dessas fronteiras simbólicas os que, teoricamente, necessitariam do mesmo sigilo, discrição ou “blindagem”.

Há, a partir dessa discussão um último ponto a ser conduzido, que se trata da costumeira associação desse componente da discrição especialmente nas cidades grandes e Metrôpoles, que conferem aos sujeitos, por muitas vezes, sentimentos de anonimidade, dadas as proporções e dinâmicas de tais espacialidades.

11.1. A relação Metrôpole e Anonimato

O espaço metropolitano é uma das manifestações mais expressivas da modernidade e, dessa forma, é tão particular que

Revela as múltiplas conexões dos sentidos atribuídos à espacialidade e incorpora sinteticamente a mudança e a permanência, o caos e a ordem, sem os justapor, congregando-os em uma dinâmica comum que constitui, em certo sentido, a própria natureza dos processos de metropolização. Do ponto de vista físico, podemos dizer que este processo compreende dois elementos básicos: a expansão contínua e a diferenciação crescente da malha metropolitana, ambos veiculadores da mudança e transformação. Não agem, no entanto, separadamente, sendo conjugados e simultâneos. Tampouco compõem um conjunto concatenado ou estritamente comprometido com uma racionalidade explícita (HAESBAERT, 2002, p. 88)

Sendo assim, trata-se de um espaço que está constantemente em transformação, onde a fluidez, o dinamismo e a mutação são muito mais sobressalentes do que nas outras formações espaciais, precisamente, por ser uma especial conformação própria do capitalismo.

É nesse sentido que Simmel (1973) especifica uma nova forma de pensar e de viver, a “mente do homem moderno”, ou seja, dos habitantes das metrôpoles. Neste autor, seria a partir do século XVIII que o homem ganharia maior liberdade por meio de uma possível insubordinação em relação ao Estado, à Igreja, à economia e à moral (1973, p. 11). Essa liberdade estaria relacionada ao sistema capitalista e, conseqüentemente, à constituição e ao novo desenvolvimento das cidades; a

A característica essencial dos habitantes das metrópoles seria a “indiferença” porque a dinâmica da metrópole inibe a “natureza” pessoal dos indivíduos justamente por ser impessoal e desfigurar os sujeitos por conta do anonimato, visto que “a pessoa em nenhum lugar se sente tão solitária e perdida quanto na multidão metropolitana” (1973, p. 20).

O conto *O homem da multidão*, de Edgar Allan Poe é bastante pertinente neste momento, pois possui pontos muito próximos do pensamento de Simmel, além de contribuir para compreender a possibilidade preponderantemente concebível nas grandes cidades e metrópoles que é o anonimato.

Sentado em um café londrino, o narrador alterna suas duas qualidades de leituras: enquanto folheava seu jornal, também observava com maior precisão a rua agitada e apinhada de gente. Nela, sua atenção era dirigida à observação dos diversos grupos de pessoas, seus tipos e à dinâmica dos transeuntes carregados pela pressa, pelo cansaço ou pela indiferença; absolutamente absortos. Os dois extremos chamam a atenção do narrador, a multidão e os agrupamentos, e os indivíduos que as estruturavam.

Entre tantos rostos, tantos movimentos e tantos arquétipos, um senhor já de idade o despertou ainda maior interesse. Não apenas pelo seu semblante e pela sua roupa puída que, porém, demonstrava outrora ter sido de primeira linha, mas também pelo seu comportamento. Não pertencia a nenhum grupo e nem era um mero pedestre. Estava caminhando por ali por muito tempo, senão horas. Tentado com aquela circunstância, o narrador se põe a acompanhar o sujeito, a fim de compreender o que aquilo significava. Começa uma verdadeira jornada seguindo-o à distância para que não fosse notado. Rua após rua, quadra após quadra o velho sujeito transitava por ruas e suas aglomerações, até que naturalmente elas findassem ou esvaziassem – nas calçadas, portas de teatros, bares. Assim que isso acontecia o senhor rumava para outra localidade adensada. O narrador acompanhou, à espreita, até o amanhecer, quando finalmente desiste de prosseguir o destino.

Este conto poderia ser analisado de muitas formas segundo o nosso estudo, contudo, buscaremos nos concentrar nas relações postas do sujeito para com a metrópole ou grande cidade. Do lado do narrador pensamos no possível anonimato

que uma grande cidade permite observações e, como no conto, uma perseguição sem nem ser notado.

O senhor de idade traz consigo conteúdos mais significativos. É claro que da mesma forma que a outra personagem poderíamos destacar o aspecto do anonimato como condição relevante para suas ações de poder transitar nas ruas e nas aglomerações sem maiores questionamentos ou indagações. Porém, nele, há uma profundidade muito maior a ser considerada: a solidão. Esse homem da multidão, de alguma maneira, se realizava quando imergia num aglomerado de pessoas, ainda que não estabelecesse relação alguma nela. Ainda que aparentemente livre enquanto indivíduo, aquele “velho decrépito” só consegue conceber um sentido em meio à multidão. Isso é realçado e recorrente na Metrópole justamente porque ela, segundo Simmel, tende a eliminar as individualidades e diluir todos esses indivíduos na *anonimidade* das multidões impessoais da vida metropolitana.

Aquela liberdade já referida por Simmel é particularmente propiciada pelo espaço metropolitano em razão da “liberdade pessoal interior e exterior”, ou seja, por meio de condições materiais e mentais/individuais. Em razão a sua vasta extensão, pelo seu dinamismo, pela impessoalidade, pelo sentimento de estranhamento, a liberdade é conferida nas entranhas da multidão. E é propriamente a partir dessa liberdade que, como contraponto, ela passaria a ser manifestada na forma de solidão. No conto de Poe, a personagem do senhor de idade representa isso com muita propriedade. A sua verdadeira deriva pelas multidões e pela grande cidade responde a sua crise identitária que só se apazigua quando significa sua subjetividade em espaços aglomerados pelas massas.

A relação entre os sujeitos de Poe e Simmel está no indicativo da busca por estar, de alguma forma, inserido em pequenos grupos/unidades, ainda que de maneira breve e impessoal, tal qual característica própria da Metrópole. Nessa questão posta, o que se estabelece no Autorama consegue muito bem ser próximo da visão de Simmel.

Sendo expropriados de suas individualidades em detrimento da massificação homogeneizadora dessa população, os habitantes das Metrôpoles precisam constantemente “enfrentar a dificuldade de afirmar sua própria personalidade no campo abrangido pelas dimensões da vida metropolitana” (SIMMEL, 1973, p. 22). No

contexto dessa grande cidade este autor ainda coloca que a fim de ser reconhecido, o indivíduo busca destaque através de maneirismos ou da adoção de peculiaridades com a intenção de se diferenciar dessa multidão objetificada. A partir daquela dificuldade de firmar sua própria personalidade guiaremos neste momento para a busca do indivíduo a lugares, territórios e territorialidades que correspondam seus anseios e permitam certo reconhecimento, como já tratamos aqui neste trabalho, de signos, identificações e possibilidades de realizações subjetivas.

Ainda reconhecendo esse caráter impessoal da metrópole devemos também apontar algumas ressalvas que, inclusive, são perceptíveis neste nosso trabalho e, em especial, no nosso objeto de estudo.

Diríamos que o progressivo crescimento diferenciado da malha urbana e acompanhado por um movimento concomitante de surgimento de novos segmentos sociais, gerados pelo processo político, econômico e cultural no interior das metrópoles. Deste modo, o famoso mito do anonimato das cidades e colocado em questão. Somos estranhos uns aos outros, mas buscamos constantemente resguardar um espaço dentro da urbe onde sejamos comuns e conhecidos, onde nossos signos encontrem reciprocidade. Somos habitantes desta confusa rede metropolitana mas forjamos uma cartografia particular de seu traçado. Nossos roteiros e deslocamentos se inscrevem em um intrincado jogo de disputas, proibições e limites espaciais. Há os lugares de passagem, há os de permanência, há também os horários convenientes e os espaços completamente proibidos ou vedados. (HAESBAERT, 2002, p. 93/94)

Ora, aqui converge oportunamente com o nosso argumento. Apesar de a Metrópole ter sim proporções gigantescas, grandes extensões e graves problemas que reiteram a impessoalidade e o distanciamento entre os sujeitos, devemos levar em consideração que, como já escrevemos em capítulos anteriores, os indivíduos tecem trajetórias e territorialidades que reconheçam e signifiquem para as suas construções pessoais.

Considerações Finais

A intenção deste trabalho foi a de apresentar de que maneira as ordenações espaciais (e entendemos como as mais importantes os territórios e as territorialidades) são implicações de arranjos discursivos calcados em preceitos morais e carregados de valores baseados em constructos sociais.

Para fundamentar tal teorização lançamos mão de um estudo de caso sobre as dinâmicas do que ficou conhecido como Autorama, dentro dos limites do parque do Ibirapuera, que pudesse demonstrar aquela nossa proposta inicial visto que sendo um espaço que comporta práticas histórica e moralmente não aceitas socialmente adquiriu status estigmatizadores e condenatórios carregados de preconceitos e juízos justamente pautados em questões morais e valores, como vimos, historicamente impregnados em nossas percepções.

O intuito deste trabalho foi o de demonstrar, por meio de categorias como território e territorialidade -, além de outros conceitos subjacentes, em que parte significativa das implicações de ordens espaciais e territoriais são condenadas ou aceitas conforme convenções sociais.

Como vimos, o perfil dos clientes dos profissionais do sexo é majoritariamente masculino. Também discutimos, dentro de nossos limites, a presença dominante de homens casados ou que sustentam, em contrapartida as suas “vidas paralelas”, o embate íntimo entre suas posturas condizentes com o que convenções sociais retrógradas (porém ainda presentes) prescrevem.

Ainda na fase de projeto e desenvolvimento inicial do trabalho, com informações precárias, o pensamento acerca daquele espaço, de suas dinâmicas era completamente diferente do agora conclusivo. Inicialmente pensava-se que havia tensão maior entre os diversos grupos do próprio Autorama, que os seus territórios fossem bem definidos e demarcados, e que aquela tensão marcasse ainda maior em relação aos frequentadores do parque. Contudo, pudemos compreender, inclusive acerca de seu histórico, que a convivência e as relações eram muito mais harmoniosas do que se imaginava. A real tensão se encontrava no incômodo dos moradores da região que não admitiam práticas e dinâmicas de maneira tão próximas

quanto ali. Conjuntamente o que contribuiu para essa visão foi a perspectiva estigmatizada tanto do lugar, como dos sujeitos e das práticas fixadas ali.

Reconhecemos que por vezes existe a possibilidade de interpretações dúbias a respeito do modo pelo qual relativizamos as diversas concepções originárias de atributos morais. Diferentemente do que se possa presumir, não há intenção alguma em pleitear espaços destinados exclusivamente a práticas libidinosas. Aliás, tratando-se de um trabalho científico, buscamos ao máximo não implicar em questionamentos ou juízos pessoais do autor.

A inclinação pelo objeto de estudo deste trabalho complementou, esperamos que com êxito, o mote que guiou o estudo: a perspectiva crítica da moralidade enquanto indicador de qualidade para determinadas conformações espaciais. A verdadeira intenção foi em demonstrar a real influência da implicação dos diversos discursos moralistas na conformação espacial, tal qual como consequência das diversidades sociais.

Não se trata, de modo algum, de apontar para uma abolição de preceitos morais ou negar completamente qualquer forma de pensamento acerca de diretrizes dos princípios e normas sociais. O intuito, aqui, é de propor uma perspectiva crítica que seja capaz de contribuir para compreensões razoáveis e não subjugadoras de práticas, comportamentos, sociabilidades e, por conseguinte, de espaços originados por todos esses elementos.

Finalmente, a predileção pela explanação sobre público e privado no término do trabalho obedece ao propósito de coadunar tal teorização com o andamento do presente estudo. A concepção das esferas públicas e privadas relaciona-se com as convenções morais vigentes de determinadas épocas e, dessa mesma forma, permite compreender as implicações tanto espaciais quanto territoriais.

Isso pode ser justificado com alguns artifícios já expostos aqui neste trabalho. O que são todos aqueles conflitos internos dos sujeitos desejantes? Aliás, para além disso, por quê existe um lugar como este Autorama, que concentra práticas subversivas aos olhos do senso comum, destoantes dos discursos da moral, da família, mas que significam e realizam os mesmos sujeitos? Respondemos essas e outras indagações

O espaço geográfico, neste nosso caso, não deixa de ser um resultado latente e concreto do insucesso de toda aquela conformação social de preceitos morais e dos valores institucionais (família, Igreja, Estado) nos indivíduos. É nesse sentido que convergem os conceitos de região moral e heterotopia. Cada qual com suas singularidades, ambos reconhecem a não realização pessoal das pessoas na necessidade de, num espaço ou ambiente possível, a oportunidade de, enfim, substancializar seus verdadeiros desejos.

Um espaço como o Autorama, ou os lugares dominados pela prostituição e pela realização do prazer sexual (como saunas, prostíbulos, casas de swing, etc) – enfim, espaços de desejo - só existem, de certa forma, graças a proliferação dos discursos morais e, em decorrência disso, a um apartamento necessariamente espacial de tais práticas. Tais sujeitos ou indivíduos que compõem esses lugares e justamente ali se realizam por conta dessa satisfação de um sentido para suas vidas, ou melhor, no momento em que relativizam seus caracteres identitários para poderem ali existir, confirmam uma segurança de suas existências. É nesse ponto que, neste trabalho, lidamos com uma perspectiva quase que simbiótica desses sujeitos/indivíduos para com esses espaços de possibilidade de auto realização.

Não é à toa que todas as relativizações que fizemos acerca do conceito de identidade foram tão trabalhosas. Esse conceito pode ser entendido como a forma em que o sujeito se entende ao mesmo tempo em que se identifica com outros sujeitos, objetos e grupos. Sendo assim, reconhecendo que passamos por uma crise de reconhecimento do sujeito, como trabalhar justamente com essas noções?!

Dessa forma foi necessário, ao final, trazer à discussão um pouco sobre em que cenário se estabelece esse sujeito e por quê da dificuldade levando em conta que essa crise das instituições familiares, estatais e religiosas esbarra na compreensão dos domínios de público e privado e, especialmente, na apropriação (e legitimação ou não) dos espaços públicos por determinados grupos ou populações.

Para tanto, aqui, nos esforçamos para compreender o porquê de algumas práticas ou orientações terem sido relegadas e de que maneira isso foi se manifestando (ou sendo manifestado) espacialmente. Ao final da leitura completa de nosso estudo, esperamos que o leitor tenha compreendido que sempre há um

fundamento para os lugares das coisas no mundo e do mundo; razões para o ordenamento no espaço e do espaço.

Bibliografia

ARANTES, Antonio. Paisagens Paulistanas. Campinas: Editora Unicamp, 2000.

ARENDT, Hannah. A condição humana. São Paulo: EdUSP, 1991.

AUTORAMA LEGAL - Proposta do conselho LGBT paulistano de reforma do Autorama, 2014. In: <http://www.andrepomba.com.br/2014/04/12/conselho-municipal-lgbt-de-sao-paulo-lanca-programa-autorama-legal/>

BARBOSA, Ana Carolina Santos; PIMENTEL, Ivan Ignácio. Dos dias de Glória aos dias da Glória: a questão da prostituição de travestis na Avenida Augusto Severo. In: RIBERIO, M.; OLIVEIRA, R. (Org.). *Território, sexo e prazer*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011. p. 75 – 88.

BAUMAN, Zygmunt. “Identidade pessoal”. Conferencista do Fronteiras do Pensamento, 2011. Link vídeo da entrevista: <https://www.youtube.com/watch?v=sMaWuh6nw3g>

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. 10ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. [1990]

CARMO, Paulo Sérgio do. Entre a luxúria e o pudor – A história do sexo no Brasil. 1ª edição: São Paulo: Editora Octavo Ltda, 2011

COUTINHO, Luciana Rachel. Do poder às margens e das margens ao poder: um olhar geográfico sobre os territórios da prostituição feminina na avenida Conselheiro Aguiar, Boa Viagem – Recife/PE. In: RIBERIO, M.; OLIVEIRA, R. (Org.). *Território, sexo e prazer*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011. p. 127 – 146.

COSTA, Benhur Pinós da. Espaço urbano, cotidiano, cultura e espaços de proximidade: o caso das microterritorializações de sujeitos orientados sexualmente para o mesmo sexo. In: RIBERIO, M.; OLIVEIRA, R. (Org.). *Território, sexo e prazer*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011. p. 147 – 166.

DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, A; OLIVEIRA, A. *Geografias de São Paulo I: Representação e crise da Metrópole*. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p. 19 – 58.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Lafonte, 2012.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, J; QUINALHA, R (orgs.) *Ditadura e homossexualidade*. São Carlos: EdUfscar, 2014 p. 125 – 148.

FILHO, Amilcar Torrão. Tríbades galantes, fanchonos militantes: homossexuais que fizeram história. São Paulo: Summus, 2000.

FORCANO, Benjamín. Nova ética sexual. 1ª ed. São Paulo: Editora Musa, 1996.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços (1984) In: *Ética, sexualidade e política: coleção Ditos e escritos volume 3*. 3ª edição ed. São Paulo: Forense Universitária, 2012 p. 411 – 422.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. "Introdução". In: *História da sexualidade 2 - O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 2001, 9ª Edição.

_____. *Sexualidade e solidão*. In: *Ditos e escritos – volume V*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GALLICCHIO, Gisele. A prostituição por uma perspectiva romântica. In: TORRESINI, E; NASCIMENTO, M. *Modernização e Urbanização no Brasil*. Porto Alegre: EDPUCRS, 1998. P. 67 – 86.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. São Paulo, 1963.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. 10ª edição ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOMES, P. C. da C. *A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUATTARI, Félix. Espaço e poder, a criação de território na cidade. In: Espaço e debates. São Paulo, 1985, nº 16.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. Universidade Federal Fluminense. Revista GEOgraphia, vol. 9, nº 17, ano IX, Rio de Janeiro, 2007.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 22ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: BARBOSA, Regina Maria; PARKER, Richard. *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

LAGO, Mara Coelho de Souza; SANTOS, Daniel Kerry. Homens no mercado do sexo: rastreamentos discursivos para uma cartografia Queer. VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, 2014.

LEFEBVRE, Henri. A sociedade burocrática do consumo dirigido. In: _____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991. Cap. 2, p. 77 – 119.

_____. Arquitetônica espacial. In: _____. *A produção do espaço*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 17 Nº 14, junho de 2002.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MOMESSO, Giorgio L. Usos alternados em territórios intersticiais na metrópole: o caso do “autorama” em São Paulo. Cadernos CERU, série 2, v. 19, n. 2, dezembro de 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. A genealogia da moral. 7ª ed. São Paulo: Editora Centauro, 2007.

OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976 – 1982) In: GREEN, J; QUINALHA, R (orgs.) Ditadura e homossexualidade. São Carlos: EdUfscar, 2014 p. 149 – 175.

PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê: A prostituição viril em São Paulo*. 1ª edição 1987 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

POE, Edgar Allan. O homem da multidão. Tradução: Dorothée de Bruchard

POLLAK, Michael. A homossexualidade masculina, ou: a felicidade do gueto? In: ARIÉS, P; BÉJIN, A *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 54 – 76.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RODRIGUES, José Carlos. Tabu do corpo. 1ª edição, Rio de Janeiro: ed. Achiamé, 1975.

SACK, Robert D. Human territoriality: It's Theory and History. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SENNET, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SERPA, Angelo. Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea. In: Revista Cidades, Vol. 10, Número 17, Grupo de Estudos Urbanos (p. 61 – 75), 2013.

SILVA, Jan Carlos. O conceito de território na geografia e a territorialidade da prostituição. In: RIBERIO, M.; OLIVEIRA, R. (Org.). *Território, sexo e prazer*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011. p. 19 – 44.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). O fenômeno urbano 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 11 – 25.

SOJA, Edward. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

WACQUANT, Loïc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. In: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4618.pdf>

WHYTE, William Foote. Sociedade de Esquina. Rio de Janeiro: Zahar, 2005 [1943]

Apêndice

Conversa com Bill Santos, antigo frequentador, comerciante e ativista do Autorama – cofundador do movimento AUTORAMA LEGAL

Bill, gostaria que você começasse a falar um pouco sobre o Autorama e o que aquele lugar representava pra você, pros LGBTs e demais frequentadores.

Na verdade, o Autorama era abandonado pelo poder público e por conta desse preconceito, de achar que era lugar de prostituição, enfim, toda essa perseguição da vizinhança por conta de ser um espaço basicamente LGBT, em que a maioria dos frequentadores era LGBTs, então as pessoas do entorno (vizinhança) viam com maus olhos aquilo né; eles achavam que era lugar de prostituição, lugar de drogas. Tudo o que eles vinculam ao que é ruim eles achavam que ali era. E no fundo não era nada disso, no fundo era um lugar de sociabilidade mesmo, era um lugar onde as pessoas se descobriam como LGBT, encontravam pares, pessoas como elas eram e percebiam: “poxa, não estou sozinho no mundo, existem centenas, milhares de pessoas como eu”. Então, era um lugar em que vi centenas de pessoas saindo da depressão, inclusive, vi um monte de gente que saiu de lá casada. Até hoje recebo mensagens de pessoas que agradecem por eu ter ajudado nisso. Eu era meio que um personagem lá, eu brincava com todo mundo e fazia com que as pessoas se conectassem, se integrassem, então as pessoas se conheciam. Muitos casais hoje me mandam mensagens agradecendo, dizendo que estão casadas até hoje, inclusive casal hétero também. Teve um casal hétero que mandou, achei muito interessante. O cara me buscou no facebook e falou: “Bill, você não lembra de mim...”- e contou toda a história – “e eu tava lá na tua barraca e você percebeu que eu tava a fim de uma menina e ela a fim de mim, você fez a gente se aproximar e nós estamos casados há tantos anos, temos uma filha de tantos anos e a gente tá te mandando essa mensagem pra te agradecer”. Nossa, que incrível né, a gente jamais imaginava que teria essa proporção, a gente fazia aquilo naturalmente, porque eu achava que ali as pessoas estavam buscando se encontrar, sabe? Eram pessoas que não conseguiam ir pra lugares onde elas eram aceitas como elas eram e que ali elas podiam ser elas mesmas. Ali era o momento delas se conectarem, se entrosarem, fazerem amizades e tudo mais. Só que as pessoas que não frequentavam lá e que não tinham noção do que era, por conta de todo o preconceito que nós sofremos, elas achavam que era tudo o que havia de ruim na sociedade, a escória da sociedade. Existia pegação lá? Existia! Mas não era uma coisa assim tão explícita como eles imaginavam, que chegava, entrava no Autorama e tava todo mundo transando, entendeu. Enfim, tinha pegação, as pessoas se conheciam, iam pra dentro do carro, lá no fundo dos matos também tinha, todo mundo sabia disso, mas não era uma coisa tão explícita. Então o

Autorama era isso, muitos gays acabavam levando a avó, quantas avós foram lá na minha barraca! Muitas pessoas levavam a mãe, a avó porque era muito libertador, era um espaço muito democrático. Chegaram a chamar ali de praia paulistana. Quando eu cheguei lá os comerciantes, os ambulantes, eram muito separados, então, eu uni todo mundo e montamos numa rua só e virou meio que uma praça de alimentação na primeira rua do Autorama. Aí a gente montou várias barracas com cadeiras de praia com aqueles guarda-sóis sabe?! Então ficava meio como se você tivesse à beira da praia. E aí as pessoas passavam a noite lá. Tinha gente que passava pra comer, ou encontrar os amigos pra ir pra balada e alguns acabavam ficando a noite toda por lá mesmo e acabava virando a saída mesmo. Então foi uma fase que eu fiquei lá, se não me engano de 2002 a 2009 e foi um momento bem bacana. Pro meu crescimento como pessoa, também como LGBT. Quando eu cheguei lá eu tava tentando me entender também como LGBT e aquilo me ajudou muito, a ver pessoas como eu, poder ser eu mesmo, me expressar da maneira que eu sou e fazer também com que outras pessoas ficassem à vontade...

Ser reconhecido, né

Ser reconhecido! Como um indivíduo homossexual, como um cidadão homossexual, trabalhador, e ver outros iguais a mim. Isso fez um bem danado pra mim. Foi muito importante, e não só pra mim; pra uma infinidade de pessoas! O que eu lamento até hoje é essa injustiça que a gente sofreu, das pessoas não reconhecerem – pessoas que eu digo, as pessoas contrárias e principalmente o poder público de não reconhecer um espaço importante pra população LGBT na cidade de São Paulo, sabe?! Importante pra cidade! Porque não é só pra população LGBT. Ali era um lugar onde as pessoas que sofriam de infinidades de problemas, familiar inclusive, e que ali de certa forma seguravam.

É curioso ver que os discursos usados pro fechamento, como o da moralidade, dos atos libidinosos, o tráfico, a “pedofilia” não estão, ou estariam, restritos àquele lugar e não tiveram as mesmas ações restritivas né

Evidente!!! Qualquer lugar, qualquer espaço público onde vai ter uma aglomeração de pessoas, independente se ela é LGBT, se ela é heterossexual, não importa, qualquer que seja a identidade de gênero dessa população ou qual a orientação sexual dela. Qualquer lugar com grande concentração de pessoas é possível acontecer atos ilícitos, fora da lei. É espontâneo. Agora, a pergunta que eu sempre fiz foi: “quer dizer que, então, teve denúncia de, vamos supor, tráfico de drogas. Quer dizer que se houver uma denúncia de tráfico de drogas em determinado local a solução é fechar?” Eu nunca entendi isso! Vamos supor se fosse som alto. Nós temos o “psi!” em São Paulo. Por que o “psi!”, então, não tomou providência ou não fiscalizou? “Ah, tem denúncias de tráfico de drogas” Por que que os órgãos competentes não tomaram nenhuma providência? Num espaço tão pequeno! Sabe? Não sei quantos metros quadrados têm ali, mas é um espaço tecnicamente pequeno. Como que o poder público não tem a capacidade de coibir essas coisas que são contra a lei? Eu nunca

entendi isso. Eu sempre achei e continuo achando que é exclusivo a questão homofóbica e transfóbica. Exclusivo daquela população que mora no entorno. Pra você ter uma ideia, se você puxar na internet vai encontrar na Câmara dos Vereadores, no site deles, consta um dossiê de uma moradora do entorno, que ela faz parte da Sojal (associação dos moradores do Jardim Luzitânia). Ela forjou vários B.Os, forjou, inventou mesmo, pra poder isso gerar volume, entendeu? Por exemplo, em um BO você vai ver lá, “atentado violento ao pudor”. Ela diz lá que viu alguém com o pinto pra fora. Coisas desse tipo! Aí no dia seguinte ela faz outro boletim de ocorrência com outra situação. Ela faz um monte de boletins, ela mesma, pra gerar volume. Pra nesse dossiê que ela faz, constar como atos libidinosos, atentado violento ao pudor e tudo mais. Ela é tão terrível – e eles todos do entorno – que conseguiram fechar uma via importantíssima da cidade de São Paulo, que é a entrada da IV Centenário, eles fecharam! Uma avenida que pra você ter uma ideia, pra contornar o Parque do Ibirapuera, você passava em frente ao parque, em frente ao DETRAN e entrava direto na IV Centenário pra entrar direto pra República do Líbano. Eles não só fecharam a IV Centenário, como colocaram grama através de um secretário do verde da época, esqueci o nome dele. Conseguiram lá um acordo com eles, fecharam a rua, colocou grama em tudo, fechou o portão e, todas as ruas próximas, se você for lá hoje elas são contramão. Conseguiram tornar tudo contramão justamente pra não serem incomodados por ninguém. O que eles querem é fazer o Ibirapuera o quintal da casa deles, entendeu? E lugares, inclusive, que descobri depois que foram todos invadidos, que são tudo invadido aquela região, e até hoje o Ministério Público nunca deu conta de nada.

Especialmente na República do Líbano...

Exatamente! São tudo casas invadidas, estão lá até hoje. Eles mantêm um espaço onde foi invadido, eles estão lá, enquanto nós o espaço público, onde a população usa por direito, espaço público apropriado por nós, que a população usa por direito, fomos expulsos de lá. Eu sempre achei muito injusto.

É impressionante como o discurso que foi da prostituição, do tráfico, etc, porém a gente indo lá hoje enxerga um tráfico, a manutenção da prostituição...

Mesma coisa! Aliás, muito mais!!!! É nítido!

Porém a sociabilidade, a coletividade...

Não tem mais!!! Mas é verdade! Me arrepio todo aqui. A convivência harmoniosa não existe mais. Vai existir essa coisa escura, entendeu? Sem segurança. Pra você ter uma ideia muitas LGBT estão sendo assassinadas. Se você puxar as matérias...a última vez, teve um menino que a gente até fez um protesto lá, que foi assassinado. Chama Marcos Vinícius e foi assassinado no Portão 3, que era do Autorama. Por quê? Quando o portão era aberto – era um negocio fechado com grade – no portão tinha uma guarita da GCM. Então quando as pessoas adentravam, elas se sentiam mais seguras porque se acontecesse alguma coisa o cara ia ter que passar pelo portão de

volta e a GCM tavá lá, tinha iluminação na frente e as pessoas se sentiam mais seguras. Hoje, o que acontece: eles fecharam o portão, e como tem uma espaço escuro antes do portão, as pessoas precisam de algum lugar pra ir, elas acabam indo por ali, ficando vulneráveis, no meio da avenida, onde passam pessoas homofóbicas, jogam pedra, vêm caras com más intenções e agridem, chegando até a assassinatos. Teve dois até agora, pelo que sei. Eu falei isso, tive no Conselho Gestor do parque do Ibirapuera. Me candidatei e ganhei pra tentar fazer alguma coisa mas é impossível. Achei impossível. Não tem vontade política. O que eu percebo lá é que existe um complô. O diretor do parque, junto com os moradores do entorno, o pessoal da secretaria do verde. Agora entrou essa prefeitura conservadora ao extremo e piorou tudo de vez. Então é assim, é sempre um complô contrário a lugares como esse, que nada mais é do que um espaço pras pessoas se reconhecerem como são, sabe? Se aceitarem como são, reconhecerem iguais a ele e tudo mais. Eu não entendo, eu nunca entendi essa perseguição por uma coisa... O que é o problema com eles? O sexo? O sexo rola solta dentro do parque do Ibirapuera até hoje! Sempre rolou e nunca vai deixar de rolar!

E agora está cada vez maior...

Está cada vez maior! Como não tem mais esses espaços as pessoas acabam buscando outros e isso eles não vão impedir nunca. E aí de novo as pessoas ficam vulneráveis. Vão pro escuro, dentro do mato, onde muitos caras vão lá, homofóbicos, e agridem. Puxa as matérias e você vai ver vários. Eu mesmo já denunciei os próprios guardas do parque agredindo as LGBTs de lá, você entendeu? E outra coisa, piorou muito, o que deveria melhorar com essas ações deles, fez é piorar as situações das LGBTs dentro do parque.

Além disso, a respeito do que você falou da vulnerabilidade existiam algumas ações de distribuição de camisinhas, conscientização sobre DSTs/HIV...

Claro, nós fazíamos isso. Como eu te falei, como o poder público abandonou o espaço, nós como sociedade nos apropriamos do espaço.

Então eram de movimentos sociais?

Isso, movimentos sociais mesmo. As pessoas organizadas e mobilizadas é que desenvolviam. Pra você ter uma ideia, quando eu cheguei eu estava começando a minha militância LGBT e não tinha muita noção de nada, onde eu ia chegar, o que eu iria fazer. Só sabia que aquele espaço era importante praquela população. Era isso o que eu sabia e eu precisava lutar por aquele espaço. Então eu buscava coisas pra lá. Não tinha segurança, não tinha nada. A prefeitura abandonou completamente e não fazia nada. Não tinha banheiro público! Pra você ter uma ideia, com aquela multidão que ia lá não tinha banheiro público! Aí eu comecei a conseguir e levar pra lá banheiro químico, consegui levar um festival chamado Mix Brasil, fizemos através dele uma apresentação muito importante. Levei eventos que eram feitos por uma rádio LGBT na época, chamada rede Blitz. Apresentávamos um programa diretamente do

Autorama, que ia pro Brasil inteiro porque era uma rádio via web. Fiz eventos de apresentação de drag queens lá, uma vez fiz uma apresentação de uma feira de artesanato de artistas LGBTs. Eu aprontei tanta coisa naquele lugar... pra poder mostrar que era um espaço cultural, de convivência, enfim, depois surgiu na prefeitura, a gestão acho que do Serra, montou uma coordenadoria de assuntos relacionados a LGBTs que chamava CADIS, isso não sei se foi em 2004. Aí apareceram lá uns meninos dizendo “nós somos da coordenadoria que tá sendo montada pela prefeitura” e voluntariamente fiz campanha lá dentro [do Autorama]. Através dessa parceria com a CADIS veio algumas ações de combate a DST/AIDS. ONGs mesmo, o “Pela Vida” ia lá sempre distribuir preservativos e folhetos sobre prevenção. Nós fizemos várias ações lá naquele local que o poder público é quem deveria fazer. Era aproveitar aquele espaço e conscientizar as pessoas sobre as questões. Questões socioambientais poderiam ter feitas lá, questão mais incisiva das DSTs/AIDS poderiam ter sido feitas lá; era isso o que deveria ter sido feito! Oficinas, conjuntamente com o poder público. Mas o poder público sempre se lixou com aquilo. Eles viam aquele lugar como promíscuo, como fora da moral e dos bons costumes, entendeu? E, no entanto, deixaram as pessoas saírem de lá e se perderem, sabe-se lá onde estão hoje. Buscaram outros espaços perigosos, como lá a TV Cultura, que é um espaço super perigoso, que mais recentemente veio a se chamar “autorama da TV Cultura”. Enfim, é uma lástima. No início eu tentei apoios. Tinha o apoio da população, mas não tinha o apoio do poder público. Não tinha o apoio da prefeitura, claro, e de nenhum outro órgão; com exceção de um deputado ou vereador da época, que tentou nos ajudar de alguma forma, mas acabou não indo pra sempre porque ele sempre foi um voto vencido. Ele chamou audiências, inclusive na Câmara, mas eles [associações de moradores e prefeitura] acabavam sempre vencendo. O vereador Paulo Fiorilo, do PT, abriu uma CPI da pedofilia e colocou o Autorama como foco de pedofilia, que também que era pra ajudar as pessoas a pensarem que aquele lugar era lugar de pedofilia – o que não era verdade! Inclusive, nós mesmos, que trabalhávamos lá, quando percebíamos que tinha alguma criança, menor de idade, adolescentes, tentávamos de alguma forma que eles não permanecessem naquele lugar. Especialmente naquele lugar lá do finalzão, que tinha pegação; pra evitar esse tipo de coisa. Então é isso, eu acho que nós fomos super injustiçados. E ninguém ganhou com isso... Não, na verdade, as únicas pessoas que ganharam com isso foram as que moram lá no entorno, que querem um parque branco, hétero, entendeu?! Eles não querem saber do que é diferente, eles querem todo mundo muito enquadrado no que eles imaginam o que é um parque.

E além disso tudo, o que existia ali também era uma mistura de classe, não?!

Sim! Meu, era incrível. Olha, é muito louco! Pedro, era incrível! Você via dentro do mesmo espaço, né?! Eu que vi isso, presenciei isso, é muito triste pra mim. Eu via isso, via um cara com um carro de 600 mil reais, 700 mil reais, conversando com outro cara que vinha de ônibus do extremo leste da cidade! Que ganhava um salário mínimo! As pessoas convivendo em harmonia, classes sociais diferentes se

entrosando, se relacionando, sabe? Era muito interessante aquele espaço. Por isso que aquele espaço foi tão falado. Ele chegou a ser conhecido no mundo inteiro. Pra você ter uma noção na minha barraca...meu, aquilo era incrível! Eu atendia na minha barraca pessoas de todos os cantos do planeta que você possa imaginar. Do Japão à Europa, sabe? Realmente, da Ásia à Europa. Aparecia gente do Japão, da Inglaterra, da Alemanha, era incrível. Eu brincava muito, porque eu sempre me diverti muito lá. Então sempre brincava com as pessoas em vários idiomas, que eu aprendia vários pedaços desses idiomas. Ia muita gente! Até hoje sei brincar um pouco com umas frases em francês porque o pessoal de lá ia lá e me ensinava... italiano, inglês, todo esse povo aparecia e a gente se divertia. Porque tinha essa mistura de pessoas, de classe alta, de classe baixa, etnia tal, etnia y, enfim, era uma mistura incrível! E detalhe: você não via violência. Fiquei muito tempo lá, com exceção de um assalto que teve, mas foram pessoas que vieram de fora e fizeram um assalto lá, mas fora isso nunca vi nada! As LGBTs lá, por exemplo, brigando umas com as outras, você não via!

E a impressão que se tem é que essa relação harmoniosa se estendia a todos os grupos que ocupavam o lugar, né. Os garotos de programa, os LGBTs, os que procuravam discrição...

E era natural, sabia?! Não era combinado, não. Mas rolava.... Tinha uma área, por exemplo, que os garotos de programa ficavam que se você fosse lá sabia que seria a prática mais comum. Eles eram super de boa, nunca aconteceu nada. E realmente tinha essa convivência harmoniosa entre as “tribos”, não sei como falar, mas tinha mesmo. Era naturalmente, acontecia tudo isso naturalmente. Nunca vi nada assim de violência entre as pessoas lá, não. E aí, um espaço como esse acabar, eu não tenho outra explicação a não ser a discriminação, o preconceito. Não tenho, não tem outra explicação, entendeu? Porque, de fato, mesmo que eles argumentem tudo isso, é que nem o que eu te falei: argumentou que tem drogas? Existem órgãos competentes pra combater isso! É um espaço de não sei quantos metros quadrados, bem pequeno. Era só combater! Eu tinha acesso a tudo, conhecia as pessoas por nome! Então, se o poder público não consegue combater um negócio desses, quiçá a cidade como um todo! “Ah, é porque tem bebida pra menores”. Tá bom, vamos fazer uma campanha! Não existe órgão competente pra isso? Vamos fazer uma campanha pra isso! Vamos colocar placas, educar as pessoas de que adolescente e menores de idade não podem beber... O que mais tem precisa fazer? Teríamos feito! Tudo tinha solução! Mas aí a solução mais prática que eles veem é fechar. É fechar espaços públicos, sabe?! É só isso o que eles veem. Assim [e no Ibirapuera até hoje. Eu participei dois anos do Conselho Gestor e os moradores do entorno, ocupam o Conselho todo do parque pra legislar pra suas causas próprias. Que é pra fechar o parque, não deixar vir eventos...

Eventos, shows, concertos...

Sim, eles reclamam de tudo! Essa mulher, inclusive, que foi responsável pelo fechamento do Autorama, que lutou o tempo todo, ela participa do Conselho Gestor do parque. E eu vi ela falando com todas as palavras sobre eventos, que eu sempre defendi – que pelo menos pequenos eventos viessem pra essa galera que não tem acesso; uma banda de jazz, por exemplo,. Meu, isso é importantíssimo! Tem gente que nunca ouviu jazz na vida! E não tem dinheiro pra pagar 200 reais num Bourbon Street da vida. São momentos importantes pra ter contato com o jazz, hip hop e tudo mais. Sabe o que ela dizia? “Esse tipo de música atrai esse tipo de gente”. Ela falava assim: “Por quê que não faz lá no Parque do Carmo?” ela falava isso, com todas as palavras, fala até hoje. Eu falei comigo mesmo, “não vou passar mais por isso ou participar desse Conselho, senão vou enlouquecer!” Não consigo ouvir essas coisas. Que atitude tomar? O que que eu faço? Não sei o que fazer.... Você fica baqueado. Eu meio que admito, hoje, que perdi as esperanças. Eu penso “acho que fui vencido”. Não sei mais pra onde ir. E é como te falei, vão passando os anos.... Foi fechado em 2013, já tem 4 anos. Assim, as pessoas vão perdendo aquela ligação, né, que tinha. Vão aparecendo outras formas de se expressar, de se relacionar. Veio o advento dos aplicativos, vão aparecendo outras coisas, vão buscando outros espaços.

E a relação, a identificação com aquele lugar vai se perdendo...

Sim, vai se perdendo! As pessoas já não têm tanta referência, já não têm tanta ligação ao local. Aí tem os saudosistas, que sempre que me encontram, dizem: “Putz, Bill! A época do Autorama era tão boa, tão incrível! Tão maravilhosos!” Aí lembramos dessa época, né, como se o tempo tivesse parado e a gente voltasse pra lembrar. É isso, acho que muitas coisas mudaram. Aí eu perdi.... Não sabia mais por quê eu tava lutando, sabe? Falei: “nossa, já não sei mais”. Aí eu também foram aparecendo outras coisas pra fazer, me envolvi com a política, fui conscientizar as LGBTs da importância de se eleger LGBT, enfim, fui buscar outras militâncias. Aí chegou um ponto que pensei, “não aguento mais”. Tanto que nesse momento de agora tô num momento mais de casulo, recuperando as energias pra voltar à militância com tudo. Porque nós temos muito trabalho a fazer, muito! Até hoje, Pedro, você acha que tá evoluindo, mas você vê cada coisa, nossa! Que absurdo é esse! Agora mesmo eu tava lendo uma matéria do CCJ pra mudar a Constituição, que fala do casamento de homem e mulher e tá pra mudar e incluir o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Nossa, se você ler os argumentos das pessoas contrárias você pensa: “Nós estamos mesmo em 2017?” São argumento surreais!

Sim, e um cenário assustador, conservador...

Assustador! Conservador, reacionário! São as mesmas questões dos homofóbicos que dizem não ser mas fazer questão de condenar os carinhos em público, andar de mãos dadas... “não sou homofóbico, mas eles que fiquem no armário deles.” Então é assim. A fase do Autorama foi uma fase revolucionária, pra mim. Uma fase muito importante pra, eu chuto, milhares de pessoas! Que eu tenho certeza que se entenderam ali, que se reconheceram como indivíduo ali, por conta de vínculos. Vínculos de amizade que

fizeram ali, encontros amorosos.... Aquele espaço foi muito importante pra população LGBT. Muito importante. Apesar de tudo, minha vontade, hoje, é reabrir aquele espaço como um espaço cultural, como uma área cultural pra população LGBT, onde contasse a história, sabe?! Da história do Autorama, desde lá o final da década de 1970, que foi meio que o início de lá, passando por tudo, por toda essa luta.

Inclusive, tem um trabalho bastante importante de um antropólogo, Néstor Perlongher, que traça um perfil da ocupação de garotos de programa no centro de São Paulo, no final da década de 1970 e início da de 1980. Nesse trabalho ele apresenta como aquela centralidade gay foi dispersa por algumas operações em plena ditadura.

Jura, que legal. É, existiam operações que prendiam as travestis que se prostituíam.

E com essas operações aquela centralidade foi meio que dispersada para outros novos locais...

.... Então será que foi aí que surgiu o Autorama?

Sim! Ele chega a mencionar que essa dissipação levasse grupos a diversos outros lugares da cidade como os Jardins, o entorno da Paulista e, inclusive, menciona brevemente uma possível nova ordenação no parque do Ibirapuera.

Mentira"! Jura?! Na IV Centenário, né! Por isso que eles fecharam a IV Centenário. Você sabe que começou bem ali. Eu cheguei a ir na década de 1990, onde as pessoas ainda se concentravam na IV Centenário. As ruas eram escuras e eles estacionavam os carros ali. Não tinha placa de sinalização, de proibido estacionar, então eles estacionavam na rua e ficavam conversando, paquerando e tudo mais. Que interessante! Essa eu não sabia.

Existem pessoas que defendem espaços públicos próprios pra atos libidinosos, o que você pensa disso?

Sou super favorável! Tem uma área lá do Parque do Ibirapuera que não pode ter afiação, poste de iluminação, nada, por conta da fauna e flora dali. São nesses lugares que ainda rolam o que a gente chama de pegação. Pros que condenam isso eu falo: "você vão entrar lá às dez horas da noite? Não vão!" Quem tá lá já sabe o que tá rolando. Então deixem as pessoas em paz. Vamos aproveitar esses espaços pra colocar lixeiras pros preservativos, vamos colocar informação sobre prevenção, vamos aproveitar esses espaços pra fazer isso. A gente não vai proibir as pessoas de fazer sexo à noite, num parque. Isso acontece no mundo inteiro. É evidente que isso não vai ser feito na frente de todo mundo, com iluminação, seria escondido. Então parem de hipocrisia! Esse meu discurso pra eles é o absurdo do absurdo, entendeu?

De uns anos pra cá aumentaram os números de pontos lá no parque que concentram prostituição, atos libidinosos, héteros e gays.

Pois é. Ao invés de se concentrar, espalha mesmo! Pois eu sou louco, Pedro, sou defensor de que se não tá expondo ninguém, se não tá a vista e se é num local onde outras pessoas que não concordam não têm acesso, acho legal. Se um espaço daqueles, à noite, escuro e as pessoas que vão pra lá sabem que vão pra isso, eu não vejo problema nenhum. Onde está o atentado violento ao pudor? Eu não consigo enxergar isso. Pra mim são adultos, que se quiserem se relacionar, estão no direito deles. Não tirando o direito de ir e vir de ninguém, não constrangendo que não tem nada a ver com aquilo e não sendo menores, sendo somente adultos – eu não vejo problema com isso. Sinceramente, sou super a favor.

Então é isso, voltando o Autorama, uma pena que você não presenciou o que era aquele lugar.

Eu sempre achei, depois, que eu poderia ter feito mais coisas, sabe?! Mas o que mais eu poderia fazer? É uma pena. Quem sabe um dia a gente consegue reabrir aquele espaço. Enquanto isso, tá lá abandonado. As pessoas querendo ocupar os espaços públicos, que são de direito, e não podem porque é tido como “promíscuo”. Vai entender isso tudo. Eles querem que a gente viva escondidinho, por baixo do pano. E lá não, às vezes ia gente até montada, nossa, ia de tudo! E é isso que justamente incomoda. Tinha que ter imagens daquele lugar, e infelizmente, não tem. Sempre que eu falo do Autorama eu me recordo de muita coisa boa. Eu não me recordo de nada ruim, não me recordo. Só coisa boa. Pra minha vida, pras outras pessoas. Amizades que eu tenho até hoje por conta daquele tempo. Foi uma fase incrível.

E ainda assim a estigmatização e o preconceito existiam entre os próprios gays?

Tinha, tinha muito preconceito! Quando eu chamava as pessoas pra ir lá me chamavam de “puta”, que eu tava indo lá pra caçar. Mas depois que iam e conheciam, não saíam mais de lá, e voltavam com outros amigos! Eu sabia que o espaço era um sucesso por isso, por ser um espaço democrático. Por aceitar todas as pessoas como elas são. Como eu já te falei, pessoas chegaram a levar até as avós e elas ficavam encantadas. Meu, vou te falar. Eu fico é com saudade e com essa sensação de injustiça – quando lembro dessas coisas boas que aconteciam por lá. Quem sabe um dia, entendeu?!